

Ao correr da pena (folhetins inéditos)

José de Alencar

Estabelecimento de texto e introdução
Wilton José Marques

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ALENCAR, J. *Ao correr da pena (folhetins inéditos)* [online].
Estabelecimento de texto e introdução de Wilton José Marques. São
Carlos: EdUFSCar, 2017, 151 p. ISBN 978-65-80216-11-6.
<https://doi.org/10.7476/9786580216116>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

AO CORRER DA PENA.



REITORA Wanda Aparecida Machado Hoffmann
VICE-REITOR Walter Libardi
DIRETOR DA EDUFSCAR Igor José de Renó Machado

EdUFSCar - Editora da Universidade Federal de São Carlos

CONSELHO EDITORIAL Ana Lúcia Brandl
Alessandra de Almeida Lucas
Arthur Aufran Franco de Sá Neto
Gladis Maria de Barcellos Almeida
Igor José de Renó Machado (Presidente)
Larissa Pires de Andrade
Maria Leonor Ribeiro Casimiro Lopes Assad
Odete Rocha
Piero de Camargo Leirner

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Editora da Universidade Federal de São Carlos
Via Washington Luís, km 235
13565-905 - São Carlos, SP, Brasil
Telefax (16) 3351-8137
www.editora.ufscar.br
edufscar@ufscar.br
Twitter: @EdUFSCar
Facebook: @editora.edufscar

José de Alencar

AO CORRER DA PENA.

(FOLHETINS INÉDITOS)

Estabelecimento de texto e introdução
Wilton José Marques



© 2017, Wilton José Marques

Capa

Thiago Borges

Projeto gráfico

Vítor Massola Gonzales Lopes

Preparação e revisão de texto

Marcelo Dias Saes Peres

Daniela Silva Guanais Costa

Vivian dos Anjos Martins

Editoração eletrônica

Renan Alcantara

Renato Zocco

Coordenadoria de administração, finanças e contratos

Fernanda do Nascimento

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária da UFSCar

A368p Alencar, José de.
Ao correr da pena (folhetins inéditos) / José de Alencar;
estabelecimento de texto e introdução de Wilton José
Marques. -- São Carlos : EdUFSCar, 2017.
151 p.

ISBN – 978-85-7600-473-8

1. Literatura brasileira - crônicas. 2. Alencar, José
Martiniano de, 1829-1877. 3. Folhetins. 4. Valorização da
diferença. I. Título.

CDD – 869.94 (20*)

CDU – 869.0(81)-94

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema de banco de dados sem permissão escrita do titular do direito autoral.

SUMÁRIO.

O ENIGMA DOS FOLHETINS

9

AO CORRER DA PENA (FOLHETINS INÉDITOS)

85

1
10 de setembro de 1854
87

2
8 de outubro de 1854
93

3
28 de janeiro de 1855
101

4
4 de fevereiro de 1855
109

5
11 de fevereiro de 1855
119

6
18 de fevereiro de 1855
127

7
8 de abril de 1855
137

8
1º de julho de 1855
143

REFERÊNCIAS

149

Obrigar um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com a mesma graça e a mesma nonchalance com que uma senhora volta as páginas douradas do seu álbum, com toda a finura e delicadeza com que a mocinha loureira dá sota e basto a três dúzias de adoradores! Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em zigue-zague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais mezinho!

José de Alencar,
Ao correr da pena - 24 de setembro de 1854.

O ENIGMA DOS FOLHETINS.

Wilton José Marques

*Eis-me de repente lançado
no turbilhão do mundo.*

José de Alencar,
Como e porque sou romancista

No início da carreira literária, entre 3 setembro de 1854 e 8 de julho de 1855, o futuro romancista romântico José Martiniano de Alencar escreveu, sempre aos domingos, uma primeira série de folhetins para o jornal *Correio Mercantil* (1848-1868), importante periódico da imprensa oitocentista brasileira e, ao mesmo tempo, ligado ao projeto político-partidário dos liberais. Embora tenha sido algo breve, a passagem de José de Alencar por este jornal foi um acontecimento decisivo, pois marcou o começo de sua trajetória na imprensa diária do Rio de Janeiro, sobretudo como contumaz polemista. Entretanto, ao contrário dos trinta e sete folhetins que a crítica literária supunha que o escritor cearense tivesse publicado nas páginas do *Correio Mercantil*, Alencar, na verdade, escreveu quarenta e cinco folhetins para a coluna de *Ao correr da pena*.¹

De modo evidente, por não constarem da chamada fortuna literária do autor romântico, os oito folhetins são, a rigor, textos inéditos, já que, até hoje, além de nunca estudados, nunca tinham sido recolhidos em livro.² Sintomaticamente, e para além da importância

1 O número de folhetins refere-se à chamada “primeira série”, ou seja, os que foram publicados apenas e tão somente no *Correio Mercantil*. Depois que saiu da folha liberal, José de Alencar ainda escreveria, conservando o mesmo título de *Ao correr da pena*, mais sete textos no *Diário do Rio de Janeiro*, jornal que passou a dirigir a partir de 1º de outubro de 1856. A “segunda série” foi localizada por Francisco de Assis Barbosa, que, em 1956, reuniu as duas séries em livro (ALENCAR, 1956).

2 Até onde se pôde averiguar, pelo menos quatro dos oito folhetins já apareceram esparsamente citados e/ou com pequenos trechos transcritos em estudos sobre José de Alencar, notadamente em função da polêmica sobre a “nacionalização da língua”. Neste sentido, ver GOMES, E. José de Alencar e a nacionalização da língua. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 18.878, p. 8, 9 de outubro de 1954, Neto (2006, p. 115-116).

histórico-literária da redescoberta em si, esta primeira recolha textual é um indicativo real do quanto as pesquisas atuais sobre autores brasileiros do século XIX, ou até de séculos anteriores, ainda apresentam lacunas significativas nessa – reconheça-se sempre – difícil tarefa da historiografia literária, e mais pontualmente no que se refere ao mapeamento detalhado das respectivas obras.

Entretanto, antes de tentar decifrar o enigma que parece rondar a história dos oito folhetins, conjecturando hipóteses sobre o porquê de os textos não terem sido coligidos em livro ou mesmo discutindo os seus respectivos motivos temáticos, será igualmente importante, embora em visada panorâmica, apresentar o breve percurso do folhetinista José de Alencar pelas páginas do *Correio Mercantil* e os principais aspectos (formais ou não) que caracterizavam sua primeira e famosa coluna.

O BACHAREL E O JORNAL.

A entrada do jovem bacharel, o Dr. José de Alencar, para a redação do *Correio Mercantil* deveu-se, acima de tudo, ao empenho pessoal do advogado e jornalista Francisco Otaviano de Almeida Rosa. Entre ambos, aliás, a relação de amizade vinha de longe, ainda dos tempos de academia. Na autobiografia literária *Como e porque sou romancista* (1893), Alencar não somente afirmou que Otaviano havia sido seu contemporâneo na Faculdade de Direito em São Paulo como também revelou que, de sua biblioteca particular, tivera acesso pela primeira vez às obras completas do escritor francês Honoré de Balzac, cuja leitura, para o então aspirante a romancista, fora uma “improba tarefa”:

Uma das livrarias, a que maior cabedal trazia à nossa comum biblioteca, era a de Francisco Otaviano, [...]. Meu companheiro de casa era dos amigos de Otaviano, e estava no direito de usufruir sua opulência literária. Foi assim que um dia vi pela primeira vez o volume das obras completas de Balzac, [...]. Tendo meu companheiro concluído a leitura de Balzac, a instâncias

minhas, passou-me o volume, [...]. Encerrei-me com o livro, e preparei-me para a luta. Escolhido o mais breve dos romances, armei-me de dicionário, e tropeçando a cada instante, buscando o significado de palavra em palavra, tornando atrás para reatar o fio da oração, arqueei sem esmorecer com a ímproba tarefa.³

Em meados de 1851, depois de formado e já estabelecido no Rio de Janeiro com uma banca de advocacia,⁴ José de Alencar estreou na imprensa diária da capital do Império com um artigo de crítica literária – e igualmente inédito para a historiografia brasileira – na concorrida, e quase sempre polêmica, seção das “*Publicações a pedido*” do próprio *Correio Mercantil*. O artigo, que o advogado novato, como era de praxe, pagou para publicar, apareceu em duas partes (30 de julho e 23 de agosto de 1851) e somente foi assinado ao término da segunda como sendo autoria de “Alencar”.⁵ Em linhas gerais, este primeiro texto é um extenso estudo de natureza crítico-biográfica sobre o livro *Dores e Flores* (1851), do poeta português Augusto Emílio Zalaur, que recém emigrara ao país.⁶

De início, atuando somente na área jurídica, o Dr. José de Alencar, entre maio e junho de 1854, voltaria a colaborar no *Correio Mercantil*, publicando outros cinco longos artigos que tratavam, ao invés de assuntos literários, da “Reforma do Sistema Hipotecário” brasileiro.⁷ Nos meses seguintes (julho e agosto), ainda escreveria

3 Alencar (1893, p. 28-30).

4 Segundo Araripe Junior, José de Alencar, depois de formado, “praticou por algum tempo a advocacia no escritório do Dr. Caetano Alberto”. O que, no entanto, o crítico não informou é que o “por algum tempo” foi aproximadamente um ano. Uma vez que, no início de 1852, Alencar abriria um escritório, aliás, em sociedade com o pai do crítico Araripe Junior. Um anúncio, publicado na seção de classificados do *Correio Mercantil* em 15 de janeiro de 1852, informava aos leitores que: “Os bacharéis José Martiniano de Alencar Junior e Tristão de Alencar Araripe têm seu escritório de advocacia na Rua do Hospício n. 78 A, 1^a andar, onde advogava o Exmo. Sr. Dr. Carvalho Moreira”. Araripe Junior (1958, p. 149), *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 4, 15 de janeiro de 1852.

5 ALENCAR, J. *Dores e Flores – Poesias do Sr. A. E. Zalaur. Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 179, p. 2, 30 de julho de 1851, n. 200, p. 2, 23 de agosto de 1851.

6 Para detalhes sobre o primeiro artigo de José de Alencar no *Correio Mercantil*, ver Marques (2015, p. 179-187).

7 Os quatro primeiros artigos assinados por “AL” enquanto o quinto e último, por “Alencar”. Cf. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 131, p. 1, 13 de maio de 1854; n. 135, p. 1, 17 de maio de 1854; n. 141, p. 1, 23 de maio de 1854; n. 149, p. 1, 31 de maio de 1854; n. 161, p. 1, 12 de junho de 1854.

anonimamente quatro folhetins dominicais – sob o título de *Álbum* – para o jornal *Diário do Rio de Janeiro*.⁸ Aliás, foi muito provavelmente por causa da repercussão pública de tais folhetins que Francisco Otaviano, primeiro escritor a popularizar o gênero folhetim na imprensa brasileira ao combinar leveza de estilo e variedade de assuntos, indicou o nome de José de Alencar para substituí-lo na coluna *A Semana* que manteve no *Jornal do Comércio*, entre 1852 e 1854.⁹ Depois de se casar com uma das filhas de Joaquim Francisco Alves, Branco Muniz Barreto, proprietário do *Correio Mercantil*, Otaviano tornou-se o diretor e, por consequência, o principal redator (e mais tarde sócio) do jornal liberal, sendo o responsável pela escrita dos artigos de fundo, isto é, os artigos de orientação política.

Após a malograda indicação ao *Jornal do Comércio*, Francisco Otaviano fez questão de convidar José de Alencar para ocupar, aos domingos e em seu lugar, um dos espaços nobres do *Correio Mercantil*, ou seja, o rodapé da primeira página, como o responsável pela redação da “Revista Semanal” das *Páginas Menores*, nova seção criada pela folha liberal em substituição à temida *Pacotilha*.¹⁰ Em carta aberta, publicada no jornal *Gazeta de Notícias* apenas onze dias depois da morte do escritor cearense, ocorrida na manhã de 12 de dezembro de 1877, Otaviano narra a sua versão sobre a entrada de Alencar para a redação do *Correio Mercantil*:

8 A atribuição de autoria dos quatro folhetins do *Diário do Rio de Janeiro* a José de Alencar foi feita, pela primeira vez, pelo jornalista Lira Neto. Apesar do biógrafo afirmar que o primeiro folhetim saiu “em 25 de julho de 1854”, na verdade, ele saiu dois dias antes, em 23 de julho. Os demais saíram respectivamente nos dias 30 de julho, 6 e 13 de agosto de 1854. Neto (2006, p. 88) e *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 200, p. 1, 23 de julho de 1854; n. 207, p. 1, 30 de julho de 1854; n. 214, p. 1, 6 de agosto de 1854; n. 221, p. 1, 13 de agosto de 1854.

9 Como explica o crítico João Roberto Faria, “entre os estudiosos das relações entre jornalismo e literatura no Brasil do século XIX, parece haver consenso em torno do nome de Francisco Otaviano como o primeiro a cultivar entre nós o folhetim caracterizado pela leveza de estilo e variedade de assunto. Com a seção intitulada ‘A Semana’, que manteve entre 1852 e 1854 no *Jornal do Comércio*, ele foi o verdadeiro criador desse gênero no Brasil, segundo a opinião abalizada de Alceu Amoroso Lima” (ALENCAR, 2004, p. XVII).

10 Circulando entre 9 de fevereiro de 1851 e 30 de junho de 1854, a *Pacotilha*, cujos textos tinham visada irônico-crítica, era o próprio jornal aos domingos e tem sua origem explicada pelo acirramento dos entraves políticos com os conservadores, que, naquele momento, estavam no poder. Com a articulação da Conciliação partidária, que em linhas gerais abria a possibilidade de incorporação de alguns membros moderados do Partido Liberal ao Gabinete Conservador, liderado pelo Marquês de Paraná, o *Correio Mercantil*, que defendia a política conciliatória, resolveu acabar com a *Pacotilha*, substituindo-a pela nova seção *Páginas Menores*, em 9 de julho de 1854.

Comunicando à direção daquele jornal [*Jornal do Comércio*] a necessidade em que me via de separar-me, fui intimado, como é cortesia na despedida dos ministros, para indicar o meu sucessor.

– José de Alencar, respondi sem hesitação. Os diretores do *Jornal* não demonstraram nesse dia o tino que bem os encaminhava sempre. [...] Do meu conselho se lembraram os diretores do *Jornal*; já era tarde. Eu estava constituído em centro do partido [liberal], redator principal do [*Correio*] *Mercantil* e cabeça de família. [...] Reconhecera a necessidade de ter Alencar a meu lado. Ele, cedendo a um sentimento que o honra, preferiu-me dar-me o seu concurso a alistar-se na turma dos meus competidores.¹¹

Por sua vez, em artigo anterior a uma de suas muitas polêmicas literário-políticas, esta travada com o jovem intelectual Joaquim Nabuco, entre setembro e novembro de 1875, pelas páginas de *O Globo*,¹² o escritor romântico não apenas antecipou e corroborou a versão de Francisco Otaviano, como também, e antes mesmo de começar a escrever para o *Correio Mercantil*, fez menção direta aos primeiros folhetins publicados no *Diário do Rio de Janeiro*:

Foi o *Diário do Rio* a primeira das folhas que lembrou-se de convidar-me para seu folhetinista em 1854 se não me engano. Escrevi para esse jornal algumas revistas. A primeira valeu-me uma carta particular de animação que dirigiu-me Otaviano nos termos mais afetuosos. Por esse tempo lutava o *Jornal do Comércio* com a dificuldade da substituição daquele ilustre amigo na revista *Semana* que ele criara e

¹¹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 354, p. 1, 23 de dezembro de 1877.

¹² Para a polêmica literária Alencar/Nabuco, especialmente as considerações sobre dois gêneros literários, o romance e o teatro, ver Martins (2010, p. 15-32).

acabava de deixar para assumir a redação do [*Correio*] *Mercantil*. [...]

Qual não devia ser minha satisfação, quando logo depois da segunda revista, coube-me a honra de ser procurado pela redação do *Jornal do Comércio*, e de receber dela um convite, para colaborar na primeira imprensa do Império, como seu folhetinista!

Minha amizade pelo redator do [*Correio*] *Mercantil* e o receio de lutar com ele na imprensa induziram-me a declinar o honroso oferecimento do *Jornal do Comércio* e as vantagens que me faria, preferindo outro lugar de folhetinista em condições mais modestas.

Criei o *Correr da Pena*. Durante oito meses usei da liberdade de escritor na plenitude que eu apreciei sempre, como a primeira das recompensas. Logo que vi-me tolhido, retirei-me, e na mesma noite; não esperei pela manhã.¹³

Em outras palavras, a amizade e o “receio de lutar” com Francisco Otaviano na arena pública da imprensa local foram os principais motivos que fizeram com que o então jovem advogado optasse pelo *Correio Mercantil*, abrindo mão do “honroso oferecimento do *Jornal do Comércio*” e das consequentes vantagens pecuniárias. O desejo de atuar na imprensa diária como “folhetinista em condições mais modestas” começou a se tornar realidade no dia 3 de setembro de 1854, quando José de Alencar publicou o primeiro folhetim da coluna. Inclusive, com pompa algo comedida e adequada às circunstâncias da estreia, o aparecimento do folhetinista novato foi acompanhado pelo seguinte anúncio aos leitores:

O Sr. F. Otaviano tomou conta da redação desta folha, como seu redator principal.

O Sr. Dr. J. de Alencar encarregou-se da revista hebdomadária das *Páginas Menores*.

¹³ ALENCAR, J. Às quintas. *O Globo*, Rio de Janeiro, n. 281, p. 1, 14 de outubro de 1875.

Hoje começa uma nova série daquelas revistas sob o título *Ao correr da pena*. Continuam fazendo parte da redação os outros Senhores que nela se achavam.¹⁴

De fato, além da coluna de estreia, nos três domingos seguintes, o “Sr. Dr. J. de Alencar”, sempre assinando seus folhetins apenas como “AL.”, ainda teve que dividir o espaço nobre das *Páginas Menores*, seja com duas crônicas de Manuel Antônio de Almeida ou “A”,¹⁵ seja com duas “Revista dos Teatros” de Henrique Cesar Muzzio ou “M”.¹⁶ No entanto, a partir do dia 1º de outubro de 1854 até a conturbada saída do *Correio Mercantil* em 8 de julho de 1855, a coluna de José de Alencar, que – como informava a nota do jornal – fora batizada de *Ao correr da pena*, passou a ser literalmente as *Páginas Menores*.

AO CORRER DA PENA.

O início da fama literária de José de Alencar, tanto na esteira do caminho aberto por Francisco Otaviano quanto em função da receptividade de seu estilo de escrita, deve ser obviamente atribuído ao evidente sucesso de público alcançado pelos folhetins de *Ao correr da pena*. Em janeiro de 1855, isto é, cinco meses depois de sua estreia no *Correio Mercantil*, o então presidente da Província do Maranhão, Olímpio Machado, escreveria ao velho senador Alencar: “Dou a V. Exa. parabéns pela brilhante carreira que está fazendo o nosso *Cazuzza*, uma das penas mais elegantes do Império”.¹⁷ Se, por um lado, o elogio ao folhetinista poderia ser atenuado por vir de um correigionário político de seu pai, por outro, atesta no mínimo que, ao ser reconhecido como “uma das penas mais elegantes do Império”,

14 *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 243, p. 1, 3 de setembro de 1854.

15 No dia da estreia de Alencar, Manuel Antônio de Almeida publicou nas *Páginas Menores* “As muletas de Sisto V” e, no dia 24 de setembro, “Uma história triste”. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 243, p. 1, 3 de setembro de 1854, n. 263, p. 1, 24 de setembro de 1854.

16 Henrique Cesar Muzzio publicou sua “Revista dos teatros” em 10 e 17 de setembro de 1854. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 249, p. 1, 10 de setembro de 1854, n. 256, p. 1, 17 de setembro de 1854.

17 Viana Filho (2008, p. 68).

o nome do jovem Alencar já havia ultrapassado as fronteiras da imprensa da Corte.

De todo modo, ainda no primeiro folhetim, e usando recursos ficcionais que o consagrariam como romancista, José de Alencar lançou mão de um pequeno “conto de fadas” para, além de observar “que aquilo que se escreve ao correr da pena, deve ser lido ao correr dos olhos”,¹⁸ demonstrar publicamente, mesmo que tenha sido de forma metafórica, o duplo sentimento de gratidão e, acima de tudo, de admiração pelo “moço de talento” que lhe abriu as portas do *Correio Mercantil*, isto é, Francisco Otaviano:

O título que leva este artigo me lembra um conto de fada, que se passou não há muito tempo, e que desejo contar por muitas razões; [...] Há de haver muita gente que não acreditará no meu conto fantástico; mas isto me é indiferente, convencido como estou de que aquilo que se escreve ao correr da pena, deve ser lido ao correr dos olhos.

Um belo dia, não sei de que ano, uma linda fada, que chamareis como quiserdes, a poesia ou a imaginação, tomou-se de amores por um moço de talento, um pouco volúvel como de ordinário o são as fantasias ricas e brilhantes que gostam de admirar o belo em todas as formas.¹⁹

Em seguida, de forma algo modesta e igualmente adequada ao momento de estreia, o folhetinista se apresentou aos leitores do jornal como “um obscuro amigo” que, ao receber a “pena de ouro”,²⁰ fora chamado a continuar a obra do “herói de meu conto”. Nessa perspectiva, e aproveitando o ensejo da ocasião, Alencar também se preocupou em explicar aos leitores o porquê de o título da coluna – *Ao correr da pena* – ter sido escolhido por ele:

18 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 243, p. 1, 3 de setembro de 1854.

19 Id. *ibid.*, p. 1.

20 Curiosamente, além do próprio José de Alencar, Joaquim Nabuco em *Um estadista do império* também se referirá a Francisco Otaviano como “a pena de ouro” da imprensa brasileira (NABUCO, 1997, p. 373).

Assim se passou muito tempo; mas já não há amores que durem sempre, principalmente em dias como os nossos, nos quais o símbolo de constância é uma borboleta. O poema fantástico acabou no fim de dois anos; e um dia o herói do meu conto, chamado a estudos mais graves, lembrou-se de um amigo obscuro, e deu-lhe a sua pena de ouro. O outro aceitou-a como um depósito sagrado; sabia o que lhe esperava, mas era um sacrifício que devia à amizade, e por conseguinte assentou de carregar aquela pena que já adivinhava seria para ele como uma cruz pesada que teria de levar ao calvário.

Com efeito, a fada tinha sofrido uma mudança completa: quando a lançavam sobre a mesa só fazia correr. Havia perdido as formas elegantes, os meneios feiticieiros, e deslizava rapidamente sobre o papel sem aquela graça e faceirice de outrora. Já não tinha flores nem perfumes, e nem centelhas de ouro e de poesia: eram letras, unicamente letras, que nem sequer tinham o mérito de serem da praça, o que consolaria um pouco o espírito mais prosaico. Por fim de contas, o outro, depois de riscar muito papel e de rasgar muito original, convenceu-se que, a escrever alguma coisa com aquela fada que o aborrecia, não podia ser de outra maneira senão — *Ao correr da pena*.

De fato, começou a escrever ao correr da pena, e como se trata de conto fantástico, não vos admirais decerto se vos achardes de repente e sem esperar a ler o que ele escreveu. Estou persuadido que não gastareis o vosso tempo a censurar o título, que vale tanto como qualquer outro. Quanto ao artigo, correi os olhos, como já vos disse, deixai correr a pena; [...].²¹

21 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 243, p. 1, 3 de setembro de 1854.

De certa forma, já neste primeiro folhetim, o “obscuro amigo” de Otaviano conseguiu expressar o espírito de leveza que devia reger a escrita deste novo gênero jornalístico que, antes de mais nada, devia ser lido ao “correr dos olhos”. Entretanto, no quarto folhetim, publicado em 24 de setembro de 1854 e entremeadado aos pontuais comentários sobre os fatos daquela semana como, por exemplo, a primeira corrida de cavalos no Jockey Club ou a inauguração do Instituto do Cegos, José de Alencar ariscou-se um pouco mais, procurando teorizar sobre as peculiaridades do gênero folhetim e sobre as muitas dificuldades de sua escrita. De saída, nomeando aquela novidade literária como o “monstro de Horácio”, o folhetinista, no desenvolvimento de sua argumentação, explicou:

Obrigado um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com a mesma graça e a mesma *nonchalance* com que uma senhora volta as páginas douradas de seu álbum, com toda a finura e delicadeza com que a mocinha loureira dá sota e basto a três dúzias de adoradores! Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em zigue-zague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho!

Ainda isto não é tudo. Depois que o mísero folhetinista por força de vontade conseguiu atingir a este último esforço da volubilidade, quando à custa da magia e de encanto fez que a pena se lembrasse dos tempos em que voava, deixa finalmente o pensamento lançar-se sobre o papel, livre como o espaço. Cuida que é uma borboleta que quebrou a crisálida para ostentar o brilho fascinador de suas cores; mas engana-se: é apenas uma formiga que criou asas para perder-se. [...] O poeta glosa o mote, que lhe dão, o músico fantasia sobre um tema favorito, o escritor

adota um título para seu livro ou o seu artigo. Somente o folhetim não é que há de sair fora da regra geral, e ser uma espécie de panaceia, um tratado *de omni scibili et possibili*, um dicionário espanhol que contenha todas as coisas e algumas coisinhas mais? Enquanto o Instituto de França e a Academia de Lisboa não concordarem numa exata definição do folhetim, tenho para mim que a coisa é impossível.²²

Apesar de explicitar a dificuldade para encontrar uma definição exata para o novo gênero, “tenho para mim que a coisa é impossível”, José de Alencar, não podendo encaixá-lo em nenhum dos gêneros previstos pelos manuais de retórica clássica, definiu-o, segundo aponta Eduardo Vieira Martins, a partir do “*tema* (‘todos os acontecimentos’) e [d]o *estilo* (a ‘*nonchalance*’ e a ‘volubilidade’ de quem fala de tudo sem empolgar-se com nada, sem se deter sobre nenhum assunto)”.²³ Ancorando-se nesses dois aspectos, o folhetinista se obrigava a passar em revista os fatos da semana, indo do “gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade”. Se, ainda para o autor, inexistia uma regra específica que, tal como em outras artes literárias, pudesse de alguma forma vir a disciplinar esteticamente o “monstro de Horácio”, ao menos acabou por criar uma imagem poética que, diga-se de passagem, fazia escola na imprensa brasileira, a de que o folhetinista era uma “espécie de colibri” que “a esvoaçar em zigue-zague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho”. Esta mesma caracterização metafórica seria, inclusive, retomada poucos anos depois por outro cronista iniciante, Joaquim Maria Machado de Assis.

No dia 30 de outubro de 1859, no último artigo da série *Aquarelas* para a revista *O espelho*, Machado de Assis tematizou justamente a figura do folhetinista. No texto, o jovem cronista salientou, de um lado, a origem francesa do gênero e, de outro, ecoou muito de perto o texto que o autor de *O Guarani* publicara no *Correio Mercantil*,

22 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 263, p. 1, 24 de setembro de 1854.

23 Martins (2005, p. 98).

tanto ao escrever que o folhetinista “é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo” em franco diálogo com a proposição de Alencar de que o folhetinista devia percorrer “todos os acontecimentos”, passando “do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade” quanto, e sobretudo, com a retomada *ipsis literis* da metáfora alencariana do colibri:

O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama de inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno; falo do jornal.

[...] O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.

Efeito estranho é assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. Daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda.

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal: salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espanjeja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo mundo lhe pertence; até mesmo a política.²⁴

De todo modo, e influências literárias à parte, os folhetins de *Ao correr da pena*, abusando, e muito, da moda do trocadilho que, naquele momento, reinava nos jornais da corte, tratavam – como era de se esperar – dos mais variados assuntos ou “todos os acontecimentos” da semana. Como explicou Brito Broca, “a condição essencial para ser um bom folhetinista na época era frequentar os

24 Assis (2009, p. 55-56).

salões, os teatros e as galerias da Câmara e do Senado”.²⁵ E ainda, nesse mesmo sentido, o crítico paulista complementou:

Os folhetins giravam frequentemente em torno de três assuntos que polarizavam o interesse e as atenções da sociedade brasileira do Segundo Reinado: o mundanismo (bailes, festas, recepções), a vida teatral (principalmente os espetáculos líricos) e a política (a eterna torcida provocada pelo revezamento dos partidos e a queda dos ministérios).²⁶

Além do predomínio de assuntos locais, deve-se também acrescentar que, em vários de seus folhetins e a exemplo do que faziam outros jornais do Rio de Janeiro, José de Alencar recorria com frequência às muitas notícias do exterior que, via de regra, chegavam ao país pelas linhas regulares dos navios da Europa. Alusões, por exemplo, à chamada “questão do Oriente”, isto é, à Guerra da Crimeia (1853-1856), apareceram muitas vezes nos folhetins, inclusive no primeiro: “prefiro contar-vos outras notícias trazidas pelos dois últimos paquetes a respeito da questão do Oriente”.²⁷

Enfim, alinhavando e radiografando alguns dos principais acontecimentos daquele momento histórico, permeado, inclusive, por certa euforia econômica advinda das consequências da aprovação da Lei Euzébio de Queirós, que proibira o tráfico de escravos no país a partir de 4 de setembro de 1850,²⁸ José de Alencar, segundo novamente Brito Broca, “deixou-nos em *Ao correr da pena* o documento vivo de uma época. Soube fazê-lo com uma leveza, um toque de fantasia e lirismo, em que já prenunciava o ficcionista romântico”.²⁹

25 Broca (1960, p. 632).

26 Id. *ibid.*, p. 632.

27 ALENCAR, J. *Ao correr da pena*. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 243, p. 1, 3 de setembro de 1854.

28 Na “explicação aos credores”, em 1878, o então Visconde de Mauá, recordando o momento de euforia econômica gerado pela proibição do tráfico, afirmou: “reunir os capitais, que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio, e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato era irrevogável” (IGLÉSIAS, 1967, p. 35).

29 Broca (1960, p. 634).

A EDIÇÃO DE 1874.

Em meados do ano de 1874, o Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho, advogado que se formara, assim como o próprio José de Alencar, na mesma Faculdade de Direito em São Paulo,³⁰ coligiu e publicou pela primeira vez em livro, é certo que com a autorização do autor, os folhetins da primeira série de *Ao Correr da pena* que haviam saído no *Correio Mercantil*.³¹

No início do livro, além de reproduzir sob o título genérico de “Os críticos do Sr. José de Alencar” vários fragmentos que, em linhas gerais, versavam sobre a já reconhecida importância literária das obras do escritor cearense naquele crucial momento de consolidação da literatura brasileira, o editor também escreveu, à guisa de prólogo, uma “Declaração”, datada de 19 de maio de 1874, em que procurava justificar aos leitores do livro a igual importância histórico-literária que, para ele, norteava a republicação dos primeiros folhetins de Alencar.

Num primeiro momento, o Dr. José Maria não apenas se limitou a observar que “os quadros dispersos pelas folhas volantes, que duram um dia e quase não deixam memória, são muitas vezes tesouros”, como também complementou seu argumento, afirmando que “coligi-los com solicitude é um bom intento e uma obra prevenida que o futuro agradecerá”, uma vez que, para o organizador do livro,

nessas riquezas espalhadas ao acaso, nascidas de uma inspiração caprichosa, mas viva e original, como as circunstâncias que as determinaram, está muita vez o cunho da individualidade, que depois amadureceu com o estudo e se fortaleceu com a reflexão.³²

30 José Maria Vaz Pinto Coelho nasceu na cidade de Sabará, Minas Gerais, a 19 de maio de 1836 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 20 de agosto de 1894, bacharel em ciências sociais e jurídicas pela faculdade de São Paulo e substituto do juízo seccional. Depois de formado, serviu cargos de magistratura e foi juiz de direito na Paraíba, onde depois dedicou-se à advocacia. Foi deputado da assembleia provincial no antigo império e gozou da reputação de muito distinto juriconsulto e literato (SACRAMENTO BLAKE, 1899, p. 58-60).

31 Alencar (1874).

32 Id. *ibid.*, p. XLV.

E, num segundo momento, ao reconhecer que “estes raios da aurora literária dos homens [...] têm exercido a ação e a influência nas letras pátrias” e, ao mesmo tempo, que José de Alencar era, naquele instante, “o chefe da literatura brasileira contemporânea”,³³ o editor salientou especificamente a “valia histórico-literária” de republicar os folhetins de *Ao correr da pena* e, por fim, agradeceu ao autor por autorizá-lo na empreita:

Por sua valia histórico-literária, ainda mais que por suas louçanias de estilo, estes folhetins não deviam continuar a viver dispersos como folhas soltas, que tivessem servido apenas a satisfazer exigências transitórias.

Foi com eles que o seu autor abriu as portas da república das letras, onde por vias as mais legítimas não tardou a chegar a soberania, sem nenhuma maioridades antecipadas.

E que respondem cabalmente ao bom juízo que a todos merece, é inegável. Aqui se descortina já o escritor que tinha de ser qual o vemos: uma das glórias mais sérias e originais, o chefe da literatura brasileira contemporânea.

E quem mais fundo que ele (ainda nesses escritos se vê), cravou já a vista nesta interrupta mascarada, onde recíprocos enganos a todos nos enleiam: a sociedade?

[...] Denunciar por miúdo o que estes folhetins contêm fora fazer verdadeiro o conceito do autor quanto aos prólogos: que fazem à obra o mesmo que o pássaro à fruta antes de colhida: roubam as primícias do sabor literário.

[...] Porei como remate a esta folha os meus agradecimentos ao autor pela honra que me fez prestando-me o seu consentimento para editorá-los.³⁴

33 Id. *ibid.*, p. XLVI.

34 Id. *ibid.*, p. XLVI.

De fato, pode-se dizer que a primeira recolha dos folhetins de José de Alencar foi uma “obra previdente” e que, sem dúvida alguma, o “futuro” agradece (e muito) a esta importante iniciativa do Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho. O livro saiu do prelo ou fins de julho ou em inícios de agosto de 1874, pelo menos é o que se infere pela leitura da seguinte nota publicada no jornal *O Globo*, no dia 14 de agosto, sob o título genérico de “Publicações”:

Dos prelos de São Paulo acabam de sair dois volumes editados pelo Sr. Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho, a quem as letras nacionais já tanto devem.

O primeiro dos volumes, intitulado *Ao correr da pena*, é uma interessante coleção dos folhetins de José de Alencar, publicados nas colunas do *Correio Mercantil*, quando esse grande engenheiro, que é hoje uma glória literária, fazia na imprensa as suas primeiras armas.

O outro volume, que tem por título *Advogado e rábula*, é uma importante compilação de materiais que oferecem ao leitor e peculiarmente à classe dos advogados, ampla colheita de dados utilíssimos.³⁵

Como sugere a nota de *O Globo*, o reaparecimento da “interessante coleção de folhetins de José de Alencar” foi saudado com muita deferência, sobretudo pelo fato de o escritor cearense ser reconhecido pelo jornal como o “grande engenheiro, que é hoje uma glória literária”. Nesta perspectiva, em março do ano seguinte, o livro mereceria elogiosa resenha de Luiz Guimarães Junior, também publicada em *O Globo*. De modo geral, o resenhista procurou salientar que aqueles textos da “gloriosa juventude literária” de José de Alencar, “como as flechas luminosas do sol por uma janela aberta”, eram importantes porque antecipavam de algum modo o

35 *O Globo*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 3, 14 de agosto de 1874.

estilo de escrita que consagraria o escritor maduro.³⁶ Nas palavras de Guimarães Junior:

Estes folhetins – *Ao correr da pena* – entraram bruscamente, festivamente, na minha alma, como as flechas luminosas do sol por uma janela aberta.

É nesse livro da gloriosa juventude literária do escritor que se adivinha a largos traços o curso fulgurante de seu futuro e esplêndido trajeto. Pela faceta se conhece a estrela metida entre nuvens ou pela garra do leão oculto entre as sombras. O folhetinista do *Correio Mercantil* entrega-nos, *ao correr da pena*, o cartão de visita do poeta do *Guarani* e do polemista das *Cartas de Erasmo*.³⁷

A despeito dos folhetins serem permeados pelo suposto caráter antecipador de aspectos temáticos da futura obra literária de José de Alencar, ou o “cartão de visita do poeta”, na expressão de Guimarães Junior, é deveras importante ressaltar que, desde o seu aparecimento na literatura brasileira em meados de 1874, esta primeira edição de *Ao correr da pena*, organizada pelo Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho, tem servido sistematicamente de base recorrente para as muitas reedições dos folhetins que, de início, saíram no jornal *Correio Mercantil*. Entre as principais, destaque-se: a segunda edição, organizada pelo filho do autor, Mário de Alencar, em 1888,³⁸ a edição organizada por Francisco de Assis Barbosa em 1956, que, como já se disse, incorporou os sete folhetins publicados no *Diário do Rio de Janeiro*,³⁹ e, por fim, a última e cuidadosa edição organizada por João Roberto Faria, em 2004.⁴⁰

36 Exemplo pontual do funcionamento da troca de favores que rondava o universo literário brasileiro, o tom elogioso da resenha talvez também se explique pelo fato de o Conselheiro José de Alencar ter assinado a apresentação do livro de poemas de Luiz Guimarães Junior – *Noturnos* –, publicado dois anos antes, em janeiro de 1872 (MENEZES, 1977, p. 305).

37 GUIMARÃES JUNIOR, L. Folhetim do Globo – Ao correr da pena por José de Alencar. *O Globo*, Rio de Janeiro, n. 65, p. 1, 7 de março de 1875.

38 Alencar (1888).

39 Id. (1956).

40 Id. (2004).

O ENIGMA DOS FOLHETINS.

Evidentemente, como já se anunciou, o enigma que se apresenta ao crítico é o de tentar descobrir por que afinal os oito folhetins, agora redescobertos, não foram incluídos na primeira edição de *Ao correr da pena* e, por consequência, nas edições posteriores. De antemão, é possível levantar pelo menos duas hipóteses: 1^a) O Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho não teria tido acesso aos referidos números faltantes do *Correio Mercantil* e/ou talvez, por conta própria, teria deliberadamente excluído os textos; 2^a) A exclusão teria sido feita a pedido e/ou por exigência do próprio José de Alencar. E, no caso da segunda hipótese, o problema se desdobra em outro, isto é, o de ao menos tentar descobrir quais teriam sido, no limite, os supostos motivos que levaram a tais exclusões. Como é fácil imaginar, o enigma que parece rondar os oito folhetins ainda poderia ser desdobrado em muitas outras perguntas, que, por sua vez, são igualmente difíceis de responder, se é que existem respostas. De toda forma, o que se tentará a seguir, mais do que sugerir respostas para este enigma, ainda que obviamente elas possam aparecer, é levantar alguns indícios que talvez ajudem (ou não) a decifrá-lo.

De início, a primeira hipótese, de o editor não ter tido acesso aos referidos números do *Correio Mercantil* ou ter deliberadamente excluído os oito folhetins do livro, parece ser a menos provável. Pois, a despeito das eventuais dificuldades para pesquisar e coligir os textos publicados vinte anos antes no *Correio Mercantil*, o número de folhetins excluídos é muito alto e, dentre eles, existe, por exemplo – como se verá adiante –, uma sequência temporal de quatro números seguidos. Nesse caso, seria de se esperar que o editor, tão ciente da importância de seu trabalho, fizesse, no mínimo, alguma menção no próprio livro ao suposto não encontro dos folhetins excluídos. Além disso, seria muito estranho que ele fizesse a exclusão pura e simples dos textos sem qualquer prévia anuência do autor, ainda mais se tratando da obra, mesmo que de juventude, de um escritor renomado como José de Alencar. Além de notório polemista, no momento da publicação do livro, três anos antes de sua morte, o autor cearense já era, como se afirmou, comumente reconhecido como um dos pilares fundantes da literatura romântica brasileira, ou, como escreveu o

próprio Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho na sua “Declaração”, era o “chefe da literatura brasileira contemporânea”.

Quanto à segunda hipótese, apesar de ainda não se ter encontrado uma prova cabal de que tais exclusões tenham sido feitas a pedido de José de Alencar, acredita-se, como se tentará mostrar a partir do levantamento de alguns indícios, que é de longe a mais provável. Nessa direção, o primeiro indício pode ser encontrado na própria edição de 1874. Na página seguinte àquela referida “Declaração”, o Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho reproduziu um pequeno trecho da carta enviada a ele por José de Alencar, autorizando a publicação dos folhetins de *Ao correr da pena*. Veja-se o fragmento:

.....
 Não é uma licença que envio a V.; mas sim os meus cordiais e sinceros agradecimentos pela honra que me faz dando outra vez à lume, coligidos em livro, os folhetins que outrora na minha puerícia literária, escrevi para o *Correio Mercantil*. Será para mim um grande prazer, encontrar-me com esses filhos da minha musa inexperiente, aos quais não vejo desde que os soltei aos quatro ventos da imprensa periódica. Se for possível que eu reveja a prova desses folhetins escritos de momento, terei muita correção a fazer; não podendo ser irão na sua primitiva lição, e servirão para avaliar-se do que o autor porventura perdeu ou ganhou em estilo e inspiração.

.....
 J. de Alencar.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1873.⁴¹

De imediato, saltam logo aos olhos neste pequeno fragmento dois curiosos e importantes detalhes: o primeiro, a data da referida carta de José de Alencar, 21 de janeiro de 1873, ou seja, praticamente um ano e meio antes da efetiva publicação do livro, que, como se mostrou, apareceu no cenário literário brasileiro ou em fins de julho

41 Id. (1874, p. XLVII).

ou em inícios de agosto de 1874. O segundo detalhe está nas ambiguidades das afirmações e condicionais que permeiam o terceiro parágrafo da carta e que, por isso mesmo, merece ser visto com mais vagar. Diz o trecho:

Se for possível que eu reveja a prova desses folhetins escritos de momento, terei muita correção a fazer; não podendo ser irão na sua primitiva lição, e servirão para avaliar-se do que o autor porventura perdeu ou ganhou em estilo e inspiração.

Lendo este parágrafo, é possível inferir que se, por um lado, caso tivesse sido possível revisar as provas dos textos, José de Alencar afirmou textualmente que “terei muita correção a fazer”, por outro, caso não tivesse sido possível, igualmente sugeriu que todos os textos saíam publicados na “sua primitiva lição”, ou seja, sem quaisquer correções. Em outras palavras, apesar de explicitar claramente o desejo do escritor em intervir nos textos, não fica nem um pouco claro no parágrafo se, de fato, Alencar corrigiu ou não os folhetins.

Entretanto, como há o razoável, e nada desprezível, hiato temporal de um ano e meio entre a data da referida carta de autorização do autor e a efetiva publicação do livro, a situação muda completamente de figura, sobretudo quando se realiza o cotejamento direto entre o texto do primeiro folhetim tal qual saiu na coluna do *Correio Mercantil*, em 3 de setembro de 1854, e o texto que efetivamente apareceu na primeira edição do livro, em 1874. Ou seja, percebe-se sem maiores dificuldades que, no caso deste folhetim, o texto foi literalmente corrigido em vários momentos. Portanto, e ao contrário do que sugeriu Alencar na carta ao editor, pelo menos o primeiro folhetim de *Ao correr da pena* não foi publicado em “sua primitiva lição”.

Logo ao final do primeiro parágrafo da coluna no *Correio Mercantil*, é possível ler o seguinte: “Há de haver muita gente que não acreditará no meu conto fantástico; mas isso me é indiferente, *convencido como estou de que aquilo que se escreve ao correr da pena,*

deve ser lido ao correr dos olhos".⁴² Ao passo que no livro de 1874 está escrito: "Há de haver muita gente que não acreditará no meu conto fantástico; mas isso me é indiferente, *convencido como estou de que escritos ao correr da pena são para serem lidos ao correr dos olhos*".⁴³

Se se seguir cotejando os parágrafos seguintes, encontram-se outras e perceptíveis mudanças. No segundo parágrafo da coluna: "[...] tomou-se de amores por um moço de talento, um *pouco* volúvel como de ordinário o são as fantasias ricas e brilhantes, que *gostam de admirar* o belo em todas as formas".⁴⁴ No livro: "[...] tomou-se de amores por um moço de talento, um *tanto* volúvel como de ordinário o são as fantasias ricas e brilhantes, que *se deleitam admirando* o belo em todas as formas".⁴⁵ No final do terceiro parágrafo da coluna: "[...] a poesia corria em ondas de ouro, donde saltavam chispas brilhantes de graças e *possível desejo*".⁴⁶ No livro: "[...] a poesia corria em ondas de ouro, donde saltavam chispas brilhantes de graças e *espírito*".⁴⁷ No quarto parágrafo da coluna: "[...] e soltava uns acentos doces, *umas* notas estremecidas como *de* cordas *de* harpa feridas pelo vento".⁴⁸ No livro: "[...] e soltava uns acentos doces, notas estremecidas como *as* cordas *da* harpa feridas pelo vento".⁴⁹ No quinto parágrafo da coluna: "*O poema fantástico acabou* no fim de dois anos; [...] e por conseguinte *assentou de* carregar aquela pena, que já adivinhava *seria* para ele como uma cruz pesada que *teria de levar* ao calvário".⁵⁰ No livro: "*Acabou o poema fantástico* no fim de dois anos; [...] e por conseguinte

42 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

43 Id. (1874, p. 3, grifos meus).

44 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

45 Id. (1874, p. 3, grifos meus).

46 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

47 Id. (1874, p. 4, grifos meus).

48 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

49 Id. (1874, p. 4, grifos meus).

50 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

prestou-se a carregar aquela pena, que já adivinhava *havia de ser* para ele como uma cruz pesada que *levasse* ao calvário”.⁵¹ No sexto parágrafo da coluna: “[...] o que *consolaria um pouco o* espírito mais prosaico”.⁵² No livro: “[...] o que *serviria de consolo ao* espírito mais prosaico”.⁵³ No sétimo parágrafo da coluna: “*De fato* começou a escrever ao *correr da pena*”.⁵⁴ No livro: “*De feito* começou a escrever ao *correr da pena*”.⁵⁵

Por fim, existem ainda algumas passagens da coletânea que, ao que tudo indica, são provavelmente erros pontuais de transcrição por parte do organizador e/ou gralhas tipográficas: no final do nono parágrafo do livro ficou faltando o seguinte trecho da coluna “[...] *que não têm culpa de os haverem contratado*”.⁵⁶ No décimo primeiro parágrafo do livro aparece “*esta semana*”⁵⁷ ao invés de “*estas semanas*” da coluna.⁵⁸ No décimo terceiro parágrafo do livro, um “*Tão feliz*”⁵⁹ ao invés de “*Tão felizes*” da coluna.⁶⁰ No décimo quarto parágrafo do livro, “*Tiram-nos os lenços e as marcas*”⁶¹ ao invés de “*Tiraram-nos o lenço e as marcas*”⁶² da coluna e ainda “*décimos*”⁶³ ao invés de

51 Id. (1874, p. 4, grifos meus).

52 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

53 Id. (1874, p. 5, grifos meus).

54 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

55 Id. (1874, p. 5, grifos meus).

56 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

57 Id. (1874, p. 6, grifos meus).

58 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

59 Id. (1874, p. 7, grifos meus).

60 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

61 Id. (1874, p. 7, grifos meus).

62 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

63 Id. (1874, p. 7, grifos meus).

“*decimais*” da coluna.⁶⁴ No décimo quinto parágrafo do livro faltou um “*e*”⁶⁵ em “numeravam os bancos *e* as casacas”.⁶⁶

A despeito da existência de erros pontuais de transcrição e das inevitáveis gralhas tipográficas, as mudanças que foram identificadas no corpo do texto deste primeiro folhetim indicam que, no mínimo, José de Alencar começou a revisá-los, já que, mais uma vez, seria muito difícil imaginar que o editor do livro, o Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho, pudesse ter qualquer liberdade para alterar este primeiro texto. No entanto, quando se cotejam os demais folhetins, descobre-se que, de maneira geral, eles foram reproduzidos no livro de 1874 sem alterações significativas em relação aos publicados na coluna do *Correio Mercantil*. Em outras palavras, é possível inferir que provavelmente José de Alencar começou a corrigir os folhetins, mas, por alguma razão desconhecida (ou mesmo razões), não conseguiu levar a termo a revisão final de todos, ficando, portanto, apenas e tão somente restrita ao primeiro folhetim.

A não revisão integral dos folhetins de *Ao correr da pena* talvez possa ser explicada pelas muitas dificuldades enfrentadas pelo escritor romântico ao longo do ano de 1873. Além da perda repentina dos pais de sua mulher, no curto espaço de apenas três meses,⁶⁷ José de Alencar foi diagnosticado como sendo portador de “tuberculose pulmonar” ainda no primeiro semestre de 1873.⁶⁸ Apesar dos efeitos progressivos da doença, em princípios de maio retornaria à Câmara do Deputados, participando irregularmente de algumas sessões.⁶⁹

64 ALENCAR, J. *Ao correr da pena*. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

65 Id. (1874, p. 8).

66 ALENCAR, J. *Ao correr da pena*. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 234, p. 1, 3 de setembro de 1854. (Grifos meus).

67 Em 26 de janeiro de 1873, cinco dias depois da carta endereçada ao Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho, falece o sogro de Alencar, o Dr. Tomaz Cochrane. Em 24 de março, sucumbe D. Helena Augusta. Em 8 de abril de 1873, Alencar requer a abertura do inventário dos sogros. Em 13 de junho, alegando motivo de doença e já pretendendo sair da Corte, solicita ao juiz a nomeação de seu cunhado, Dr. Inácio Wallace da Gama Cochrane, como testamenteiro e inventariante (MENEZES, 1977, p. 310-312).

68 Id. *ibid.*, p. 325.

69 Apesar de muito doente, a esparsa participação de José de Alencar nos debates políticos ainda provocaria alguns ruídos. Seja ao ter sido impedido de discursar em resposta a Fala do Trono, quando, em protesto, publicou em folheto o discurso que faria. Na “Advertência” da publicação, Alencar fez, inclusive, menção ao seu precário estado de saúde que “não permitiria tão longo fôlego na tribuna”. Seja ainda nos acalorados embates na tribuna com o deputado liberal gaúcho Gaspar da Silveira Martins (id. *ibid.*, p. 317-318).

Simultaneamente, no entanto, Alencar encontrou tempo para redigir o seu “testamento literário”: a autobiografia *Como e porque sou romancista*, que, escrita em forma de carta, é, inclusive, rematada de forma brusca – “Excedi-me além do que devia; o prazer da conversa...” – e datada de “Maio de 1873”.⁷⁰ Entre os meses de maio e junho, o escritor romântico publicou nada menos que quatro obras literárias pela editora de Baptiste Louis Garnier. Em dois volumes, sob o título genérico de *Alfarrábios (crônicas dos tempos coloniais)*, saíram *O garatuja*, no primeiro, e *O ermitão da Glória e A alma de Lázaro*, no segundo. E finalmente ainda encontrou forças para revisar e publicar o primeiro tomo de *A guerra dos mascates*, o segundo sairia somente no ano seguinte. Numa nota colocada ao final do primeiro volume do romance, e datada de “12 de maio de 1873”, Alencar explicou aos seus leitores que o atraso da edição se devia às especificidades do processo de pesquisa que a escrita do romance histórico requeria. Segundo as palavras do autor:

Tendo entrado nos prelos em 1871, como se vê no frontispício, só agora 1873 vem a lume, e ainda assim desacompanhado de outro tomo, que lhe serve de parêntese.

A culpa é do autor e ele a confessa constricto.

[...] Para descrever a nossa sociedade colonial é necessário reconstruí-la pelo mesmo processo que os naturalistas com os animais antediluvianos. De um osso, eles recompõem a carcaça, guiados pela analogia e pela ciência.

O escritor que no Brasil tenta o romance histórico, há de cometer antes de tudo essa árdua tarefa de recompor com os fragmentos catados nos velhos cronistas, a colônia portuguesa, tal como ela existiu, a separar-se de dia em dia da mãe pátria, e já preparando o futuro império.

Imagine o leitor a cópia de livros de que tem de cercar-se o autor; o isolamento a que deve sujeitar seu espírito afim de identificá-lo com

70 Alencar (1893, p. 56).

esses órgãos do passado: a leitura incessante que lhe é necessária para saturar-se da antiguidade, que se exala dos velhos alfarrábios.⁷¹

Além da escrita da autobiografia, ao priorizar a revisão e a publicação de seus romances em detrimento dos folhetins de juventude de *Ao correr da pena*, estes últimos editados pelo Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho pelo sistema de assinaturas,⁷² José de Alencar provavelmente estava pensando nos possíveis ganhos financeiros que teria, sobretudo em função da existência do “contrato vantajoso” que firmara em meados de 1870 com a editora de Baptiste Louis Garnier.⁷³ Entretanto, com o consequente agravamento de seu já precário estado de saúde e, por expressa recomendação médica, foi obrigado a requerer licença à Câmara dos Deputados e, afastando-se dos afazeres cotidianos, inclusive, literários, viajou em busca de novos ares para os pulmões. Acompanhado pela família e a bordo do vapor nacional *Guará*, José de Alencar foi para o Ceará em meados de junho, permanecendo na terra natal até fins de novembro do mesmo ano, já que retornou ao Rio de Janeiro somente em 5 de dezembro.⁷⁴ A chegada do escritor em Fortaleza aconteceu no dia 26 de junho de 1873 e foi noticiada, no dia seguinte, pelo jornal *O Cearense*. Na pequena nota, inclusive, fez-se menção ao seu estado de saúde:

71 Id. ([1871] 1873, p. 179-183).

72 Num “PS” colocado ao final do livro, datado de 2 de julho de 1874, o Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho, além de agradecer alguns órgãos da imprensa paulista que anunciaram o livro (*Correio Paulistano, Diário de São Paulo, Rebate e Gazeta de Campinas*), ainda fez questão de se referir publicamente “aos amigos e benévolos cavalheiros, que tornaram com suas assinaturas, menos oneroso o sacrifício desta publicação. Gravarei os seus nomes na minha *Propriedade literária*, que vai brevemente também ser tirada à público” (id., 1874, s.n.).

73 Desde meados de 1870, José de Alencar passou a ter sua obra literária única e exclusivamente editada por Baptiste Louis Garnier, que, para isso, ofereceu-lhe um contrato vantajoso. Em *Como e porque sou romancista*, Alencar faz questão de aludir a esse fato: “Ao cabo de vinte e dois anos de gléba na imprensa, achei afinal um editor, o Sr. B. Garnier, que espontaneamente ofereceu-me um contrato vantajoso em meados de 1870” (id., 1893, p. 55).

74 Em longa carta ao irmão Leonel, datada de 12 de dezembro de 1873, Alencar alude tanto à data da chegada ao Rio de Janeiro quanto à melhora de seu estado de saúde: “Aqui cheguei a 5 do corrente e acho-me restituído a minha casa, senão de todo bom, ao menos muito melhor, pois nutri e ganhei boas cores” (VIANA FILHO, 2008, p. 350).

No *Guará* chegou ontem do Rio de Janeiro o Sr. Conselheiro José de Alencar. S. Exa. Vem pedir aos ares amenos de sua pátria o restabelecimento de sua saúde, que se acha sensivelmente alterada.⁷⁵

Se, por um lado, é possível pensar que, ao lado da escrita de sua autobiografia literária e da preferência pela publicação dos romances, a doença possa ter sido o principal impeditivo à revisão integral da coletânea de *Ao correr da pena*, por outro, também é possível inferir que José de Alencar tinha em mente a efetiva intenção de fazê-la – “terei muita correção a fazer” –, o que explicaria tanto aquela ambiguidade do terceiro parágrafo da carta ao Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho quanto o fato, aqui comprovado, de ter corrigido o primeiro folhetim. O que, por sua vez, pode ser entendido como outro forte indício de que, ao menos, o escritor romântico deve ter relido todos “os filhos da [...] musa inexperiente”. Nesta perspectiva, e impedido acima de tudo pela doença, não seria nenhum despropósito, para corroborar a segunda hipótese levantada, conjecturar que, na impossibilidade de realizar a revisão mais criteriosa, o que implicaria, a exemplo do primeiro folhetim, em corrigir e/ou modificar os textos, o próprio José de Alencar tenha pedido ou até mesmo exigido ao editor Pinto Coelho que excluísse os oito folhetins da edição final do livro, deixando, dessa forma, que os demais textos fossem então publicados na “sua lição primitiva”.

Mesmo que se aceite – como todos os indícios apontam – que a hipótese de José de Alencar ter pedido a exclusão dos folhetins seja mesmo a mais plausível, não se pode perder de vista que, ainda assim, o enigma dos folhetins continua de pé e sem aparente solução: que é o de saber por que afinal os textos foram excluídos do livro? Apesar de difíceis, os motivos de tais exclusões talvez possam ser encontrados nos próprios folhetins, isto é, nos assuntos discutidos. Em função de terem sido, ao que tudo indica, lidos *a posteriori*, o próprio José de Alencar poderia ter julgado que, quando da publicação do livro em 1874, alguns dos temas poderiam ter se tornado inoportunos para aquele momento presente, ou ainda, quem sabe, as

75 Id. *ibid.*, p. 344.

exclusões poderiam ser resultantes de mero rigor literário por parte do escritor cearense em relação à qualidade dos textos.

De todo modo, e a despeito de eventuais preocupações estéticas, acredita-se aqui que a exclusão dos oito folhetins não apenas tenha sido feita de forma deliberada e/ou sugerida ao editor por José de Alencar, como esteja de alguma forma ligada aos seus respectivos temas. Portanto, e ainda levando em conta que este gênero de texto se caracterize justamente pela pluralidade temática, far-se-á uma breve leitura analítica de cada um dos oito folhetins, enfatizando, entre os vários assuntos tratados, alguns tópicos que, quando do aparecimento do livro em 1874, poderiam, na medida do possível, vir a sugerir eventuais incômodos para o autor.

A INDEPENDÊNCIA, A ESTÁTUA E A TEORIA DA FUMAÇA.

O primeiro folhetim excluído do livro de 1874, organizado pelo Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho, foi, na verdade, o segundo texto de *Ao correr da pena*, publicado no *Correio Mercantil* no dia 10 de setembro de 1854. Sua suposta inexistência levou, inclusive, o crítico Raimundo Magalhães Junior, um dos biógrafos de José de Alencar, a pensar que tal ausência se devia ao fato de o autor romântico ter tido “dificuldades para acertar com a seleção dos assuntos e com o tom adequado. Talvez por isso o segundo folhetim só apareceu dezoito dias depois”.⁷⁶ Como Raimundo Magalhães Junior provavelmente se baseou no livro de 1874, seu duplo erro se explica por ter considerado o terceiro folhetim, publicado em 17 de setembro, como o segundo, o que, aliás, daria quatorze dias e não dezoito, já que o primeiro folhetim é de 3 de setembro.⁷⁷

Neste folhetim, José de Alencar, aproveitando-se da proximidade do dia 7 de setembro, fez da festiva data nacional o gancho principal para articular em seu texto uma visada crítica sobre os significados dos festejos da Independência do Brasil. Como naquele ano o dia da independência amanheceu nublado, o folhetinista não apenas ironizou os poetas de plantão, uma vez que “parece que o Sol

⁷⁶ Magalhães Junior (1977, p. 44).

⁷⁷ Alencar (1874, p. 3-9, 11-15).

quis fazer uma pirraça aos poetas tirando-lhes o invariável tema do brilhante raiar do dia”,⁷⁸ como também, aproveitando-se da ausência simbólica do Sol, complementou com igual ironia:

Nós que escrevemos na prosa a mais chã e rasteira, não temos remédio senão curvar-nos à verdade dos fatos, e confessar que desta vez a natureza não festejou como costumava o dia das nossas glórias. O astro brilhante de nossa terra, que todos os anos vinha, como um conviva real, tomar parte na nossa grande festa nacional, escondeu o rosto entre as brumas cinzentas de uma manhã de inverno. Quem sabe se neste cenho torvo e neste aspecto carrancudo, não houve uma exprobração amarga para nós? Quem sabe se o sol da independência não fugiu desta terra, onde os seus raios não iluminam um monumento, uma pedra sequer, que lhe fale do grande dia?⁷⁹

Respondendo a tais perguntas retóricas, louvou, no entanto, a iniciativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de “elevar uma estátua a D. Pedro I”, já que “brasileiros como nos prezamos de ser, não podemos deixar de aplaudir a esta ideia”, pois “daríamos ao monumento da nossa independência um caráter mais brasileiro” com todas as províncias do país mandando seu tributo para a obra, “como que santificariam novamente o laço de fraternidade que as prende, dando assim uma alta prova de adesão à integridade do Império”.⁸⁰ O autor ainda sugeria que:

Todos os anos então, quando voltasse o dia aniversário das nossas glórias, não iríamos profanar o nosso monumento com estes festejos vãos, que não exprimem nada, que não significam

78 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 249, p. 1, 10 de setembro de 1854.

79 Id. *ibid.*, p. 1.

80 Id. *ibid.*, p. 1.

ideia alguma útil e nobre. Não: reservaríamos para esta ocasião alguma festa industrial, e destinariamos este dia para a inauguração de algum melhoramento proveitoso para o país.

Para o folhetinista, ao invés de se valorizarem os repetitivos “festejos vãos”, até mesmo os escritores “seríamos obrigados promiscuamente a apresentarmos em todos os aniversários uma obra literária, frutos de nossas vigílias e dos nossos trabalhos”.⁸¹ Por “festejos vãos”, Alencar entendia serem os “festejos militares, cheios de tumulto e de ruído, próprios das antigas monarquias, que só cuidavam em fazer alarde de sua força e do seu poder”.⁸² Nesse sentido, também ponderou negativamente:

De que servem todos estes aparatos bélicos, o estrugir das trombetas, o troar das salvas da artilharia, que passam como uma rajada de vento, e que apenas deixam após si um pouco de fumo!⁸³

Por fim, à guisa de fechamento do texto e, ao mesmo tempo, apropriando-se da imagem metafórica criada pelos “alvos flocos de fumaça” que saíam das bocas dos canhões e “que se enovelavam e se desfaziam ao santo bafejo das brisas do mar”, José de Alencar – num tom algo pessimista nas palavras – concluiu que “vieram-me umas reflexões filosóficas sobre o destino das coisas humanas”, para, em seguida, desenvolver sua “teoria da fumaça”:

Se Job, se o Eclesiástico e todos os doutores dos antigos tempos, escrevessem hoje sobre as misérias humanas, não falaria tanto em pó, em vaidade e outras quejandas palavras sem sentido, e se convenceriam que tudo neste mundo é fumo. Todas as glórias, todas as grandezas da

81 Id. *ibid.*, p. 1.

82 Id. *ibid.*, p. 1.

83 Id. *ibid.*, p. 1.

terra, a virtude, o talento, a riqueza, o que são em resumo? Um pouco de fumaça. [...] No meio do baile é a mesma coisa. Lá passa um indivíduo que se tem em conta de talentoso, outro que se julga um poeta ou um hábil político, uma mocinha que acredita que tem os mais belos olhos do mundo, e que se inculca como espirituosa. De longe isto pode iludir: quando a gente se chega é que vê que aí não há nada de real; que todas aquelas coisas, o espírito, a beleza, o talento, são *fumaças* apenas! [...] Assim o fim de todas as coisas, o desfecho de todas as dores e de todos os prazeres é um pouco de fumo. Quando nasceis defumam-vos com alfazema, e quando vos caseis deitam-vos nos olhos fumaça de incenso, não só como símbolo do nada das coisas humanas, mas também para vos atordoar e evitar qualquer mudança de resolução.⁸⁴

Mesmo diante da visada crítica em relação ao caráter simbólico do 7 de Setembro ou mesmo em relação à “teoria da fumaça” e suas reflexões sobre a miséria humana, e que, segundo Alencar, o leitor até poderia chamar de “extravagantes ou hoffmânicas”,⁸⁵ o problema aqui é o de sugerir alguma explicação para o fato de este segundo folhetim ter sido excluído do livro de 1874. De saída, podem-se pensar em duas possíveis razões que talvez estejam ligadas a um tema único, isto é, a estátua equestre de D. Pedro I, cujo projeto e construção foram acompanhados de intensos debates, e que, por sua vez, somente foi inaugurada em março de 1862.⁸⁶

84 Id. *ibid.*, p. 1.

85 Id. *ibid.*, p. 1.

86 Ecoando o calor de tais debates no momento da inauguração da estátua de Pedro I, Machado de Assis, em crônica publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1º de abril de 1862, observou: “Está inaugurada a estátua equestre do primeiro imperador. / Os que consideram como saldo de uma dívida nacional nadam hoje em júbilo e satisfação. / Os que, inquirindo a história, negam a esse bronze o caráter de uma legítima memória, filha da vontade nacional e do dever da posteridade, esses reconhecem-se vencidos, e, como o filósofo antigo, querem apanhar mas serem ouvidos” (Assis, 2008, p. 197-200).

Antes, no entanto, de se examinarem tais possíveis razões, é preciso considerar, mesmo que de modo breve, o pano de fundo histórico que situa a atuação política de José de Alencar no início da década de 1870. Como se sabe, entre 1868 e 1870, foi nomeado Ministro da Justiça pelo Gabinete conservador do Visconde de Itaboraí (1868-1870). Ainda no ministério, elegeu-se deputado em 1869, fundou o jornal *Dezesseis de Julho*⁸⁷ e, posteriormente, candidatou-se – a contragosto do Imperador – a uma cadeira vitalícia do senado pelo Ceará. Apesar de ter tido a maior votação, seu nome foi preterido por D. Pedro II, a quem, por direito, cabia a escolha final.⁸⁸ Por sua conta, a preterição ao senado fez com que o deputado José de Alencar se transformasse em feroz “conservador dissidente”, sentindo-se livre para, na tribuna da Câmara e nas páginas do *Dezesseis de Julho*, criticar, além é claro dos liberais, tanto os posteriores gabinetes, também conservadores, do Visconde de São Vicente (1870-1871) e do Visconde de Rio Branco (1871-1875) quanto, e sobretudo, o próprio Imperador. Naquele momento político, José de Alencar, por um lado, fazia oposição cerrada à tentativa de resolução imediata da chamada “questão servil”, que resultaria na aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), e mais notadamente, por outro, criticava, de forma recorrente, a suposta intervenção, que achava excessiva, do “poder pessoal” do Imperador Pedro II na vida política brasileira.

Dito isto, volte-se ao folhetim. Há no próprio texto uma curiosa passagem em que, com grande ênfase, José de Alencar explicitou o desejo de que na realização do monumento brasileiro a D. Pedro I:

[...] se imitasse o pensamento de fraternidade política da União Americana que vai elevar a [George] Washington um monumento, para

87 Fundado em 1869 por José de Alencar e seu irmão Leonel de Alencar, o *Dezesseis de Julho*, cujo nome era referência à data de ascensão do Gabinete Itaboraí, em 16 de julho de 1868, foi criado para defender os princípios dos conservadores. Depois que deixou o ministério em janeiro de 1870, Alencar passou a usar o jornal, que durou até julho do mesmo ano, para defender suas posições políticas (VIANA FILHO, 2008, p. 294-295).

88 Na lista sêxtupla enviada ao Imperador, José de Alencar fora o mais votado, com 1.185, mas, no dia 27 de abril de 1870, por Carta Imperial são escolhidos como senadores pelo Ceará o desembargador honorário Domingos José Nogueira Jaguaribe, que, aliás, era primo de Alencar e fora o segundo mais votado, com 1.112 votos, e o conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, que fora o quinto mais votado, com 1.040 votos (MENEZES, 1977, p. 256, 260).

o qual todos os estados da Federação devem enviar a sua pedra e o seu padrão. A estátua que há de coroar a obra será de mármore do Parthenon, oferecida pela Grécia. A inscrição é grande e sublime na sua simplicidade, digna dos Gregos e do herói Americano: “A George Washington, fundador da liberdade moderna, o país de Sólon, de Temístocles e de Péricles, pátria da liberdade antiga, como prova de admiração e respeito”.⁸⁹

No contexto da publicação de *Ao correr da pena* em 1874, essa deferência ao “fundador da liberdade moderna” não poderia suscitar nos leitores um flerte com as ideias republicanas? Apesar de José de Alencar sempre se declarar monarquista, ele até chegou a publicar no jornal *A República*, órgão do Clube Republicano, em forma de folhetim, o romance *Til* entre novembro de 1871 e março de 1872.⁹⁰ Na carta que enviou aos editores do jornal, além de informar a anuência do editor Garnier, que publicaria o romance ainda em 1872, Alencar afirmou com todas as letras que era um “monarquista sincero e convicto”, mas também aproveitou para estocar D. Pedro II e a sua “presumida infalibilidade”:

[...] como nunca professei o fetichismo da realeza, espero o triunfo para minhas ideias da civilização do povo, nunca de sua ignorância.

Quero que o meu país seja monarquista, não pela rotina, mas por verdadeira fé nessa instituição; e, para isso, é necessário que se estude as doutrinas opostas e se esclareça com a livre discussão.

Se o encanto da república, a magia que exerce nos espíritos entusiastas está, permitam-me a franqueza, no *fruto proibido*; a cárie das mo-

89 ALENCAR, J. *Ao correr da pena*. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 249, p. 1, 10 de setembro de 1854.

90 Magalhães Junior (1977, p. 303).

narquias, o que lhe rói o cerne, é a *presumida infalibilidade*.⁹¹

Diante disso, pode-se pensar que se a publicação de um romance romântico num jornal que professava ideias republicanas era, para Alencar, uma coisa aceitável desde que sua opinião política sobre a monarquia ficasse preservada de antemão,⁹² deixar no entanto vir à luz, num folheto de juventude, a louvação direta à figura de George Washington como o “fundador da liberdade moderna” e, ainda por cima, usar como exemplo a ser imitado pelos brasileiros na construção da estátua do primeiro imperador “o pensamento de fraternidade política da União Americana”, talvez pudesse ser algo ousado demais para o autor que se definia como um “monarquista sincero e convicto”.

Por outro lado, com o término da Guerra do Paraguai em 12 de março de 1870 e apenas três meses depois de José de Alencar deixar o Ministério da Justiça,⁹³ foi enviado à Câmara dos Deputados pelo então Ministro da Guerra, o Barão de Muritiba, um pedido de verba para custear a cerimônia que celebraria a vitória no conflito. Em tal pedido também fora incluído o projeto de se erigir uma outra estátua equestre, agora para o Imperador D. Pedro II, ou, nos termos do projeto, “a colocação da estátua colossal do nosso augusto soberano”.⁹⁴ O deputado Alencar foi uma das vozes – talvez a mais veemente – que se insurgiu contra o referido pedido de verba e, nesse sentido, além de discursar em plenário explicitando sua posição contrária, fez circular um virulento panfleto – *A festa macarrônica*⁹⁵

91 Id. *ibid.*, p. 302.

92 Em resposta à carta de Alencar, os editores de *A República* deixavam claro que, a despeito das diferenças políticas, “como brasileiros teremos sempre orgulho e desvanecimento em prestar a devida homenagem a todos os nobres caracteres e ilustres talentos que são a glória de nossa pátria, qualquer que seja a posição política que ocupem”. E desse modo, “*A República* não podia pretender maior lustre para suas páginas, nem melhor serviço aos seus assinantes, do que honrando-se com a publicação de um trabalho devido à pena de tão ilustre escritor, justamente considerado o chefe da moderna literatura brasileira” (id. *ibid.*, p. 302).

93 José de Alencar ocupou o cargo de Ministro da Justiça no período de 16 de julho de 1868 a 10 de janeiro de 1870 (id. *ibid.*, p. 213, 246).

94 Id. *ibid.*, p. 249.

95 Segundo explica Raimundo Magalhães Junior, o título *A festa macarrônica* se devia ao fato de dois artistas italianos, *dois macarroni*, terem sido escolhidos como os responsáveis pelas principais tarefas que cercavam a organização do evento: o Sr. Facchinetti, professor de pintura e cenógrafo, e o engenheiro Cristóforo Bonini (id. *ibid.*, p. 246).

– em que simplesmente acusava o Imperador de se divertir às custas dos sofrimentos da pátria. Nas palavras ferinas de Alencar:

O Império atravessa um momento bem difícil: o passado está cheio de erros; o futuro prenhe de calamidades.

[...] No meio de tão graves preocupações e tão duras provanças; quando aqui estua a sede, ali geme a fome, além chora a orfandade; que se observa na cúpula onde a nação colocou seu perpétuo defensor?

Que se passa na região superior, que deve refletir, como uma consciência viva, as aspirações ou os sofrimentos da pátria?

O rei se diverte.

[...] Se todos os soberanos se divertem de uma ou de outra forma, por que o nosso não fará o mesmo?

Teve a ideia feliz de festejar a paz de uma maneira especial e esplêndida. Para este fim ordenou a construção de um templo colossal, cujo risco ele mesmo, supremo arquiteto, esboçou e discutiu em conselho de ministros.

[...] Neste país acabrunhado por tantos males, nesta capital pungida por tantas necessidades, não havia um emprego mais útil e mais sério, para os duzentos contos que se vão consumir em sarrafos e papelão?⁹⁶

Independentemente de o próprio Pedro II ter pedido a retirada de sua estátua equestre do projeto original e do pedido de verba ter sido posteriormente aprovado pela Câmara dos Deputados, a celeuma em torno de sua estátua estava criada. Nessa perspectiva, e ao contrário das ácidas palavras dirigidas ao Imperador em *A festa maccarrônica*, o entusiasmo com que José de Alencar celebrara o projeto da estátua equestre de D. Pedro I em seu texto de juventude – “não

96 Alencar (1960, p. 1196-1203).

podemos deixar de aplaudir a esta ideia” – também poderia ser pensado como outro motivo plausível para que ele, não dando o braço a torcer, pedisse ao editor Pinto Coelho que retirasse este primeiro folhetim da edição de *Ao correr da pena*, em 1874.

OS TEMPOS DE OUTRORA E AS “MÁQUINAS” DO PRESENTE.

O segundo folhetim excluído da primeira edição de *Ao correr da pena* foi publicado no dia 8 de outubro de 1854. De modo geral, o texto se estrutura em torno do embate entre a idealização do passado e a crítica do presente. Já nos primeiros parágrafos, José de Alencar se apressou em construir a imagem literária algo idílica dos “tempos de outrora” do Rio de Janeiro:

Os últimos dias da semana passada vieram-nos fazer recordar aqueles belos tempos de outrora, em que se contava com a trovoada por volta da tarde, assim como se conta com o sol ao meio-dia e com as chuvas ao anoitecer.

Naquela época o relógio era um traste bem dispensável; ajustava-se o passeio, a entrevista, o encanto para depois da trovoada, e quando acabavam de escorrer de todo as últimas enxurradas da chuva, abriam-se as gelosias verdes das casinhas térreas, e aparecia um ou outro rostinho gracioso que vinha espiar, com o sorriso nos lábios e o rubor nas faces, a passagem habitual de certo estudante que todos os domingos se encontrava na missa.⁹⁷

Insistindo na imagem, o folhetinista continuou observando que “naquele belo tempo, em que não havia progresso, nem ópera, e bailes esplêndidos, ainda não se tinham feito certas descobertas que

97 ALENCAR, J. *Ao correr da pena*. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 277, p. 1, 8 de outubro de 1854.

depois transformaram completamente a ordem das coisas”.⁹⁸ Para Alencar, a botica, por exemplo, nessa época

era apenas o lugar onde se jogava gamão, onde se ia saber novidades, e comprar macela e flor de sabugueiro para as moléstias do tempo, que não passavam de algum defluxo ou indigestão. Não se conhecia nem febre amarela, nem febre escarlatina, nem febre azul, enfim todo este prisma completo de febres, como me parece havemos de ter brevemente, se as coisas continuarem pelo mesmo jeito em que vão.⁹⁹

Aproveitando-se do gancho das febres e referindo-se ao presente, “agora é inteiramente o contrário”, o folhetinista desfiou uma série de críticas ao fato de que, naquele tempo, em todo verão o país era simplesmente visitado por um “enorme catálogo de enfermidades”. Metaforizando a doença como a visita de um “vagabundo lá da Europa, que se nos mete em casa”, e acentuando o tom irônico, Alencar concluiu que a culpa de tal situação calamitosa se devia, acima de tudo, ao suposto caráter “hospitaleiro” do país:

É verdade que a culpa é nossa, e que o mal provém da nossa incúria e do nosso desleixo proverbial. Se não lhe preparássemos boa pousada e boa cama, estou certo que dificilmente aquela espécie de parasita nos viria incomodar. Mas nós somos um povo eminentemente *hospitaleiro*: temos ruas e praias imundas, temos charcos de águas estagnadas, valas abertas, e conservamos cuidadosamente todas estas preciosidades para receber com as considerações devidas qualquer epidemia que nos queira honrar.¹⁰⁰

98 Id. *ibid.*, p. 1.

99 Id. *ibid.*, p. 1.

100 Id. *ibid.*, p. 1.

Na sequência, identificando o “vagabundo lá da Europa” com a figura literária do *Judeu Errante*, que não vinha “na forma de romance, mas sim com ares de tragédia”, José de Alencar passou a cobrar do governo algumas providências que impedissem a visita indesejada, removendo “as causas da infecção que existem por aí a cada canto da cidade”. Mudando então de assunto e deixando de lado “as ideias tristes”, ressaltou que, se no verão “a estação é incômoda”, ao menos os “dias são de calma”, pois,

vem com eles o tempo dos passeios campestres, das sextas passadas à sombra das árvores, da convivência familiar do campo, e daquelas alegres noitadas ao relento, tão plácidas e tão isentas de cuidados e preocupações.¹⁰¹

Concluindo que, no verão, “a moda também sofre uma metamorfose completa” e, dessa forma, “aí vem o tempo dos graciosos vestidinhos brancos, das gases ligeiras, dos *toilettes* singelos, que tem apenas uma fita por ornato, e uma simples flor por toucado”,¹⁰² Alencar começou a discutir a revolução tecnológica que se aproximava com a chegada das máquinas de coser no Rio de Janeiro, “de maneira que agora sai um homem pela manhã, compra pano na loja, passa pela fábrica, e de tarde recolhe-se com o seu enxoval pronto para ir ao baile”.¹⁰³

Entretanto, para rematar o texto, o folhetinista resolveu fazer uma aparente “apologia” ao progresso tecnológico e, com indisfarçável e ferina ironia, destacou “que alguns países descobriram uma espécie muito importante” de melhoramento no mundo das máquinas, ou seja, a “máquina-deputado”:

Viva o progresso! Não há nada como as máquinas. Dizem que Pascal inventou uma de somar. Não estamos muito longe de ver por aí surgir qualquer dia alguma máquina de comer,

101 Id. *ibid.*, p. 1.

102 Id. *ibid.*, p. 1.

103 Id. *ibid.*, p. 1.

de ler, de escrever, e até de fazer folhetim, do que não gostarei nada.

Os Americanos sobretudo, gente que anda sempre ruminando um invento qualquer, são muito capazes de apresentar quando menos o esperarem alguma máquina-homem, que sirva para todos os misteres a que se presta o *bípede implume*.

Teremos então máquina-negociante, máquina-advogado, máquina-médico, e uma variedade de máquinas políticas e sociais para o uso dos governos.

Ora, isto não será muito de admirar, visto que alguns países já descobriram uma espécie muito importante daquele melhoramento: a *máquina-deputado*. Todos sabem a organização de semelhante maquinismo. A máquina-deputado é movida pelo interesse, agente de maior força que o vapor, e o mais poderoso que se conhece hoje. O maquinista chama-se ministro, e quando a máquina se enferruja um pouco, aplica-lhe, em vez de azeite, pão de ló. Esta máquina serve para votar, levantando-se e sentando-se para dar apartes, fazer cauda aos ministros nas ocasiões necessárias, preencher o número de deputados que as constituições exigem, e finalmente para resistir aos deputados-homens, gente de consciência, que tem a balda de só apoiar os governos ilustrados. Bem se vê, que para semelhante fim era escusado nesses países empregar-se um homem livre e inteligente, e que basta uma máquina, a qual não possa opor tropeços à marcha da administração.¹⁰⁴

104 Id. *ibid.*, p. 1.

No caso deste segundo folhetim, a visão irônica sobre a “máquina-deputado”, que era “movida pelo interesse”, e, por tabela, a visão sobre o funcionamento da vida política no país poderiam ser os motivos óbvios que provavelmente levaram o autor a excluí-lo do livro de 1874. Sobretudo se se considerar que José de Alencar não apenas tinha ocupado recentemente o cargo de Ministro da Justiça como também, naquele momento histórico, era um deputado de terceira legislatura.¹⁰⁵ Ainda que exista algo de muita verdade no funcionamento das engrenagens da vida político-partidária do Império brasileiro e, aliás, com impressionante semelhança com as práticas políticas atuais, a publicação deste folhetim, mesmo levando em conta o conhecido temperamento polemista de Alencar, poderia criar uma situação no mínimo constrangedora para o autor romântico, indispondo-o, para muito além das opções partidárias, com grande parte de seus confrades. Para não correr o risco de ferir suscetibilidades, Alencar talvez tivesse pensado que era melhor deixar de lado esse exercício literário de juventude.

A NACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA, O HOSPÍCIO DE PEDRO II, E O FOLHETIM (IN)VERSO.

Depois dos anteriores, nada menos que quatro folhetins foram excluídos da edição de *Ao correr da pena*, em 1874. E como os textos foram publicados de forma sequencial entre os dias 28 de janeiro e 18 de fevereiro de 1855, é deveras intrigante que o Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho não tenha feito qualquer tipo de menção a este acontecimento relevante na sua, já referida, “Declaração”. Com mais este enigma adicional por pano de fundo, a leitura dos quatro folhetins será feita em pares, sobretudo porque, como se verá, existem alguns curiosos diálogos entre eles.

O terceiro e quarto folhetins excluídos do livro foram publicados nos dias 28 de janeiro e 4 de fevereiro de 1855. Apesar de

¹⁰⁵ José de Alencar se elegeu deputado pela primeira vez na 11ª Legislatura (1861-1863). Com a ascensão dos liberais, somente conseguiu ser eleito novamente na 14ª Legislatura (1869-1872), quando já exercia o cargo de ministro da justiça. No momento da publicação de *Ao correr da pena* (1874), Alencar já tinha sido reeleito para a 15ª Legislatura (1872-1875). Posteriormente, ainda seria reeleito para a 16ª Legislatura (1876-1877) (MAGALHÃES JUNIOR, 1977, p. 144-145, 223, 313).

tematizarem vários assuntos, há um tema que os permeia, isto é, a polêmica sobre a nacionalização da língua portuguesa que José de Alencar travou com um leitor anônimo que se identificava apenas e tão somente como *Monsieur de Tal*. Como essa polêmica teve início no folhetim que Alencar publicara no dia 14 de janeiro 1855, será necessário aqui um pequeno e providencial passo atrás para contextualizá-la.

No folhetim de 14 de janeiro, comentando, entre outros temas, a expectativa da chegada do carnaval, José de Alencar criticou o “jogo grosseiro e indecente do entrudo, que por muito tempo, fez delícias de certa gente” e, dessa forma, esperava que a polícia coibisse “esse antigo costume português”. No lugar do popular entrudo, anunciou que “uma sociedade criada o ano passado, e que conta já perto de oitenta sócios, todas pessoas de boa companhia, deve fazer no domingo a sua *grande promenade* pelas ruas da cidade”.¹⁰⁶ Na verdade, a crítica ao entrudo fora o gancho encontrado pelo folhetinista para enaltecer a iniciativa do *Congresso das Sumidades Carnavalescas*.¹⁰⁷ Para aquele carnaval, a associação propusera a realização de um “interessante passeio dos máscaras”, que, no Passeio Público – “como se passa uma tarde de carnaval na Itália” – distribuiria “flores, *confete*, [...] intrigando os conhecidos e amigos”.¹⁰⁸

No entanto, no dia seguinte, apareceu uma pequena nota nas “*Publicações a pedido*” do próprio *Correio Mercantil*, em que o seu autor, *Monsieur de Tal*, reclamava que, ao falarem do carnaval, vários jornais do domingo tinham se excedido no uso de estrangeirismos. Apesar de não nomear ninguém, mas referindo-se, por exemplo, a “*grande promenade*” usada por Alencar, *Monsieur de Tal* se perguntava se não “seria melhor nacionalizar primeiro a nossa língua”. Veja-se a nota:

106 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 1, 14 de janeiro de 1855.

107 Além de José de Alencar, segundo conta Raimundo de Menezes, faziam parte do *Congresso das Sumidades Carnavalescas* vários jornalistas ligados ao *Correio Mercantil*, entre os quais Manuel Antônio de Almeida e Henrique Cesar Muzzio. Ainda segundo o biógrafo, Alencar acompanhou “o coronel Polidoro Fonseca e o proprietário do *Correio*, Muniz Barreto, quando vão ao Paço da Quinta convidar a família real a assistirem ao desfile” (MENEZES, 1977, p. 77).

108 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 1, 14 de janeiro de 1855.

Vários jornais que falaram ontem do carnaval, parecem todos muito desejosos de que fiquem entre nós nacionalizados no entrudo *faubourgs da gentry e da fashion, bouquets, grande promenade, confetti, mucoletti e improvement, etc., etc.* Mas não acham os Srs. Redatores que seria melhor nacionalizar primeiro a nossa língua?¹⁰⁹

No domingo seguinte, 21 de janeiro, José de Alencar, sentindo-se obviamente atingido pela nota, resolveu, como, aliás, faria inúmeras vezes, entrar naquela possível polêmica. Escrevendo sobre a necessidade de o Ministério do Império realizar algumas obras de melhoramentos nas alamedas do Passeio Público do Rio de Janeiro, sugeriu que “seria muito agradável e muito mais fácil, para fazer correr veios de água límpido ao longo das alamedas, e construir-se nos quadros alguns repuxos e *jets d'eau*”,¹¹⁰ para, com indisfarçável ironia no “bico da pena”, acrescentar em seguida:

Ai! Lá me caiu a palavra do bico da pena. Nada; vamos nacionalizar a língua; um correspondente do *Correio Mercantil* de segunda-feira reclama de nós este importante serviço. Mas que quer dizer nacionalizar a língua portuguesa? Será misturá-la com a tupi? Ou será dizer em português aquilo que é intraduzível, e que tem um cunho particular nas línguas estrangeiras?

Há de ser isso. Mãos à obra.¹¹¹

No sábado seguinte, 27 de janeiro, *Monsieur de Tal* resolveu contra-atacar e, agora se dirigindo diretamente ao “Ilmo. Sr. Al. do *Correr da pena*”, redigiu uma carta aberta, que, dessa feita, saiu nas “*Publicações a pedido*” do jornal *Diário do Rio de Janeiro*. Em tom algo pedante e professoral, *Monsieur de Tal* procurou explicitar sua

109 DE TAL, M. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 2, 15 de janeiro de 1855.

110 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 2, 21 de janeiro de 1855.

111 Id. *ibid.*, p. 2.

opinião sobre o problema da nacionalização da língua portuguesa e, por tabela, acabou por atizar José de Alencar, levando-o a entrar no debate. Apesar de um tanto longa, é importante ler a carta na íntegra:

Devemos a V. S. uma resposta e portanto eis-nos no nosso posto; amanhã é domingo e V. S. tem talvez de apresentar o seu semanário ao correr da pena, e assim é preciso que eu lhe escreva algumas linhas sobre o nacionalizar a nossa língua. Pergunta V. S. se nacionalizar a nossa língua, será *misturá-la com a tupi*? Com efeito, não esperávamos de V. S. tal pergunta! Mas uma vez que mostra não saber o que é nacionalizar a nossa língua eu lhe explicarei.

NACIONALIZAR, segundo Constâncio, é um verbo ativo, que significa converter ao uso da nação, v. g. *leis, costumes, termos*.

Ora, a língua da nossa terra deve ser a portuguesa, mas infelizmente, por causa de alguns escritores de nossa época, ela está hoje tão adulterada, pela introdução de termos estrangeiros, que bem se lhe podia dar outra denominação. Na língua portuguesa falavam e escreviam Camões, Bocage, Fr. Francisco de S. Luiz, Nunes de Leão, Garret, etc., etc. falam e escrevem ainda hoje os Srs. Alexandre Herculano, João de Lemos, e outros, assim como também alguns dos nossos literatos, tais como os Srs. Salles Torres-Homem, Porto-Alegre, Magalhães, etc., cujas obras se V. S. lesse e estudasse não se veria obrigado a lançar mão de palavras estrangeiras, quando escrevesse seus artigos, por não as achar correspondentes no nosso idioma. O que eu reclamo, pois, de V. S. e de outros redatores, é que nacionalizem entre nós a língua portuguesa, porque é a que se deve falar no Brasil, e

que se *converta ao uso* da nação, a que pertencemos, a verdadeira língua portuguesa.

Por ventura é português – *fazer um giro*, como se lê na sua revista passada, última linha da 4ª coluna? *Jets d'eau* não é em português *repuxos*? Não temos nós *berlinda* para *coupé*, *confeitos* para *confetti*? Qualquer menino de escola não dirá que *grande promenade*, em muito bom português é *grande passeio*? *Etrennes* não corresponde em português a *presentes de festas*? E neste ponto não é até a nossa língua mais fértil, pois temos o termo *foliar* para a festa da Páscoa e a *consoada* para a de Natal?

Procure V. S. *etrenne* no dicionário e nele achará, entre outros significados, *amêndoas*, *consoada*. Por ventura são intraduzíveis estes termos na nossa língua, para que pois introduzi-los em escritos portugueses, por que se diz, que não podem ser traduzidos? Sobre a palavra *dilet-tanti* nada direi; V. S. é o próprio a dar-lhe o verdadeiro significado da nossa língua, isto é, amantes de música.

Não posso contudo, ao acabar de escrever este artigo, deixar de mencionar uma balda que tem alguns de nossos escritores menos experientes, isto é, quando escrevem para o público, o apresentarem muitos termos estrangeiros, para também darem a entender que são versados em muitas línguas: mas é essa uma balda que muitas vezes os deita a perder, porque frequentemente fazem uso de vocábulos cujo verdadeiro significado não sabem.¹¹²

Pois bem, a resposta de José de Alencar viria em dose dupla, tanto no folhetim do dia seguinte, 28 de janeiro, quanto no da semana

112 DE TAL, M. Ilmo. Sr. Al. do Correr da pena. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 2, 27 de janeiro de 1855.

seguinte, em 4 de fevereiro de 1855, ambos, como já se disse, excluídos do livro de 1874. No primeiro folheto, a propósito da descoberta de uma mina de ouro em Turiaçu, o “*el-dorado da Paraíba*”, Alencar afirmou ironicamente que “entramos na idade do ouro”, já que:

[...] não haverá mais pobres, nem tentações, nem suplícios de Tântalo. Aí temos o Turiaçu, que vai abrir-se como um subterrâneo encantado, e envolver-nos de repente como um palácio de fadas, como um conto das *Mil e uma noites*.¹¹³

Diante da nova realidade que prometia riqueza generalizada e, ao mesmo tempo, um período de grande prosperidade para o país, o folhetoista conjecturou que não apenas “tudo vai mudar-se” como salientou que a suposta abundância das “peças de ouro vindas de Turiaçu” influenciaria, inclusive, todas as formas de artes literárias, que, nas palavras dele, sofreriam “uma completa transformação”. Veja-se o trecho:

Até a literatura, a poesia, e as belas artes vão sofrer uma completa transformação. Que poeta se animará daqui em diante a dizer que a sua bela tem lindas tranças de ouro, quando este metal há de provavelmente andar nas ferraduras dos cavalos, nos tachos das doceiras, e nas rodas de qualquer táburi da praça? Que romancista será capaz de escrever *sonhos de ouro*, ou páginas *douradas* de sua vida, se esta palavra apenas exprimirá uma cor amarela como a da oca e da gema do ovo de galinha?¹¹⁴

Na sequência do texto, José de Alencar fez a primeira referência à polêmica com *Monsieur de Tal*, sugerindo aos autores locais que

113 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 1, 28 de janeiro de 1855.

114 Id. *ibid.*, p. 1.

a partir daquele momento, na feitura de suas novas obras literárias, ou se voltassem às “comparações clássicas da poesia antiga” ou, em visada irônico-negativa, se agarrassem à língua tupi:

Não haverá remédio pois senão voltarem às espigas de trigo, às jubas fulvas de leão, e a todas essas outras comparações clássicas da poesia antiga. Quem não quiser estar por isso, pode agarrar-se à língua *tupi*, e achará nela uma mina ainda não explorada de imagens poéticas, uma multidão de nomes fanhosos, de frutas, de coquinhos, de bichinhos, de cipós, que devem ser de uma originalidade encantadora. Teremos então cabelos de *sabambaia*, lábios de *uricuri*, olhos de *guajiru*, *et reliqua commitante caterva*.¹¹⁵

No fecho do folhetim, José de Alencar, ainda irônico, informou que, na semana seguinte, viajaria para Petrópolis e, antecipando-se à curiosidade dos leitores – “Estais rindo e pensando que isto é brincadeira?” –, explicou com todas as letras que, na verdade, iria procurar “um lugar sossegado e tranquilo para entregar-me ao estudo da *nacionalização da língua*, e assim satisfazer o correspondente do *Diário do Rio* de ontem”.¹¹⁶

De modo evidente, mais do que a discussão sobre a nacionalização da língua, a explícita referência negativa à língua tupi e sua “multidão de nomes fanhosos” seria um motivo absolutamente óbvio para que este folhetim não aparecesse na edição de *Ao correr da pena*, notadamente se se lembrar aqui que José de Alencar, que já havia publicado *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865), publicaria o seu terceiro romance de temática indianista – *Ubirajara* – justamente em 1874. Aliás, bastaria citar um pequeno trecho da famosa “Carta ao Dr. Jaguaribe”, que serviu de posfácio à *Iracema*, em que o escritor não apenas reconhecia que “o conhecimento da língua indígena era o melhor critério para a nacionalidade da literatura” como também

115 Id. *ibid.*, p. 1.

116 Id. *ibid.*, p. 1.

que era “nessa fonte que deve beber o poeta brasileiro”,¹¹⁷ para demonstrar o quão inoportuno seria deixar vir a público esse comentário irônico sobre a língua tupi. Sobretudo para José de Alencar, que, em prosa, consagrara a temática indianista no imaginário literário brasileiro.

Além disso, há também neste mesmo folhetim a curiosa passagem em que José de Alencar anunciou aos leitores a então aguardada chegada ao Rio de Janeiro do “nosso distinto poeta o Sr. Domingos José Gonçalves de Magalhães” que “atravessou os mares como Camões com o seu poema debaixo do braço, para vir oferecer à sua pátria esse fruto de seus trabalhos e de suas inspirações”.¹¹⁸ Ao longo do anúncio, Alencar ainda afirmou que o poema seria lido “a um círculo de amigos e escolhidos” e, caso ele tivesse o prazer de ser admitido naquele grêmio literário, daria conta aos leitores das impressões sobre o poema nos próximos folhetins. Como não há quaisquer referências ao poema de Gonçalves de Magalhães nos folhetins posteriores de *Ao correr da pena*, é bastante provável que José de Alencar não tenha sido convidado para a leitura de *A Confederação dos Tamoios*. Veja-se a passagem:

Pelo paquete do Havre chegou a esta corte o nosso distinto poeta o Sr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, que era há muito tempo esperado. Tendo criado a nossa poesia lírica, enriquecido a nossa literatura dramática, e melhorado esta arte com as suas lições de declamação, o Sr. Magalhães partiu para a sua comissão diplomática, e levou o esboço de um poema épico sobre a fundação do Rio de Janeiro.

Hoje, servindo-nos da bela expressão do Dr. Macedo, o Sr. Magalhães atravessou os mares como Camões com o seu poema debaixo do braço, para vir oferecer à sua pátria esse fruto de seus trabalhos e de suas inspirações.

¹¹⁷ Id. (1865, p. 195-196).

¹¹⁸ ALENCAR, J. *Ao correr da pena*. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 1, 28 de janeiro de 1855.

A ser verdade o que nos dizem, brevemente o ilustre poeta fará a leitura dos *Tamoios* a um círculo de amigos e escolhidos. Se tivermos o prazer de sermos admitidos nesse grêmio literário, daremos conta aos nossos leitores das impressões que nos despertar aquela leitura, pela qual todos estão ansiosos.¹¹⁹

Os desdobramentos históricos da chegada de Gonçalves de Magalhães ao Brasil e a publicação de *A Confederação dos Tamoios*, em 1856, às expensas de D. Pedro II, implicariam no nascimento daquela que é considerada, como se sabe, a mais vigorosa polêmica literária do Romantismo brasileiro.¹²⁰ Nesse sentido, talvez até seja possível imaginar que o fato de José de Alencar não ter sido, ao que tudo indica, admitido no seletto grupo de escolhidos para a leitura do poema, além de motivo adicional para a exclusão deste folhetim de juventude, também possa ter se transformado de alguma forma no estopim inicial da polêmica que seria travada ao longo de 1856. É uma suposição difícil de ser provada, mas, tratando-se de José de Alencar, não é de toda improvável.

Exercícios de imaginação à parte, no dia 30 de janeiro de 1855, o *Monsieur de Tal* voltaria a se manifestar nas “*Publicações a pedido*” do mesmo *Diário do Rio de Janeiro*. E novamente dirigindo-se ao “Sr. Al.”, publicou uma pequena nota em que prometia continuar respondendo ao folhetinista:

Como a nossa pena não *corre* tão ligeiramente como a de V. S., e como a nossa ocupação não é a de estar sentado a uma banca a espera de fregueses, iremos respondendo a V. S. com vagar, durante a semana.¹²¹

A mais que provável expectativa em torno da continuidade da polêmica deve ter servido de forte estímulo a José de Alencar,

119 Id. *ibid.*, p. 1.

120 Para mais detalhes da polêmica, ver Magalhães (2007).

121 DE TAL, M. Sr. Al. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 3, 30 de janeiro de 1855.

tanto que no folhetim seguinte, de 4 de fevereiro, ele praticamente se dedicou ao problema da nacionalização da língua e ao desdenhar das opiniões de seu crítico. Uma vez que a carta de *Monsieur de Tal* saíra na véspera da publicação do folhetim de 28 de janeiro e a nota anterior apenas há cinco dias antes da publicação deste folhetim, Alencar teve tempo suficiente para meditar no assunto.

De saída, informando ao leitor no início do folhetim que acabara de regressar de sua viagem, “eis-me de volta de Petrópolis”, Alencar, antes mesmo de discutir propriamente a questão da nacionalização da língua, resolveu então teorizar sobre “o que é o meu leitor?”. Segundo o folhetinista, “tratava-se de um compromisso grave, e portanto era necessário antes de tudo conhecer o indivíduo com quem lidava. Nunca me tinha lembrado de fazer este curioso estudo que me vi obrigado a tentar naquela ocasião”.¹²² Diante dessa suposta dificuldade, perguntava-se:

Onde pois iria eu encontrar o meu leitor para estudá-lo convenientemente? Como poderia achar essa personalidade coletiva e monstruosa, que aplaude, ri, critica e louva ao mesmo tempo, que ora está de bom humor, e muitas vezes não há quem a suporte?¹²³

Em seguida, tentou resolver a questão de maneira inusitada, criando “o meu leitor tal qual ele é”. Para tanto, além dele mesmo, já que “sou o primeiro que tenho a honra de ler aquilo que escrevo”,¹²⁴ passou a listar uma série de pessoas que, no seu ver, seriam imprescindíveis para “completar esse todo heterogêneo”, tais como, entre outros, um revisor, um frequentador de café, um homem e uma mulher, um rico e um pobre, um curioso, um estudante, um vadio, uma velha beata, uma mocinha bonita e, finalmente, um *nacionalizador de línguas*.

Construído o leitor, José de Alencar passou a contar sua viagem a Petrópolis, onde fora “estudar a fundo a nacionalização da

122 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 1, 4 de fevereiro de 1855.

123 Id. *ibid.*, p. 1.

124 Id. *ibid.*, p. 1.

nossa língua”. Sem, no entanto, fazer qualquer nova referência à língua tupi, o folhetinista preferiu discutir o problema da nacionalização da língua, focando-se apenas na crítica que o *Monsieur de Tal* fizera ao excessivo uso dos estrangeirismos. Nesse sentido, recorrendo ao escritor português Almeida Garrett, que “o meu mestre me mandava que consultasse”, ironizou seu crítico através de exemplos de estrangeirismos pinçados junto ao livro *Viagens à minha terra*:

Que salutar conselho! Bastou-me ler o primeiro volume para conhecer que o correspondente do *Diário do Rio* tinha toda a razão. Garrett forneceu-me alguns exemplos de nacionalização da língua, que não posso deixar de apresentar aos meus leitores.

Toilette, boulevard, carroça d'ancien regime, nojento caravanseray, demi-jour da coquete, canvas-sing de umas eleições, láudano, caleche, briska, rua *fashionable*, etc., tudo isso são termos de que se serviu Garrett, e que eu, obediente às lições do meu mestre, empregarei daqui em diante, sempre com o fim de nacionalizar a língua portuguesa.¹²⁵

Para reafirmar sua posição, José de Alencar ainda fez questão de reproduzir no folhetim – não sem antes trocar “escritores menos experientes” por “críticos menos experientes” – o trecho final da carta de *Monsieur de Tal*, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*. E, pagando na mesma moeda, apenas com a inversão do raciocínio de seu crítico, desferiu então seu golpe fatal:

“Não posso contudo, ao acabar estas reflexões, deixar de mencionar uma balda que têm certos críticos menos experientes, isto é, quando criticam para o público citarem muito autores, para também darem a entender que são lidos em muitos clássicos; mas é essa balda que muitas

125 Id. *ibid.*, p. 1.

vezes os deita a perder, porque frequentemente citam autores que nunca leram”.

Desculpe-me o correspondente se parodiou as próprias palavras do seu artigo. Mas onde poderia eu achar um modelo de mais belo estilo e de melhor cunha de linguagem do que naquele trecho admirável?¹²⁶

Por fim, rematando a contenda e o folhetim, José de Alencar pediu perdão aos leitores, conjecturando que talvez achassem que “esta questão da nacionalização da língua é extremamente maçante”,¹²⁷ para, em seguida, narrar alguns encontros que, na volta para casa, tivera com alguns leitores (um *dilettante*, um homem rico, um estudante e um poeta). E, usando deste artifício, contou enfim os acontecimentos daquela semana em que estivera ausente do Rio de Janeiro. Ao se encontrar, por exemplo, com o “homem rico”, chamando-o de “turiação”, Alencar aproveitou para, mais uma vez, cutucar o *Monsieur de Tal*:

– Larguei o meu *dilettante*, e daí a dois passos esbarrei com um turiação.

Bravo! Como estou adiantado na nacionalização da língua! Descobri um termo *brasileiro* para substituir o de Creso, de Monte-Cristo, de nababo e de Rotschild.¹²⁸

Depois da resposta de José de Alencar neste folhetim, e ao contrário do que havia prometido na nota do *Diário do Rio de Janeiro*, *Monsieur de Tal*, preferindo o silêncio, não voltou mais a se manifestar pela imprensa. No folhetim do dia 18 de fevereiro, que, como se verá, também seria excluído, Alencar, comentando os preparativos das lojas da Rua do Ouvidor para o carnaval em que se ouvia “nos diversos círculos um jargão carnavalesco, composto de nomes franceses, espanhóis, turcos, etc.”, ainda aproveitou para ironizar

126 Id. *ibid.*, p. 1.

127 Id. *ibid.*, p. 1.

128 Id. *ibid.*, p. 1.

o repentino sumiço de seu adversário, uma vez que, para ele, tais nomes seriam capazes de “fazer arrepiar as carnes ao meu mestre, o *nacionalizador da língua*, que desapareceu sem ao menos despedir-se da gente”.¹²⁹

Por fim, em relação à também exclusão do folhetim de 4 de fevereiro de 1855, pode-se dizer que o provável motivo de sua não publicação no livro de 1874 talvez esteja ligado à exclusão do anterior. Em outras palavras, como no folhetim de 28 de janeiro a polêmica sobre a nacionalização da língua aumentara de tom, sobretudo em função da menção irônico-negativa à língua tupi e do anúncio de que faria uma viagem a Petrópolis para meditar sobre o problema da nacionalização da língua, José de Alencar, ao excluí-lo, também deve ter pedido a exclusão do folhetim de 4 de fevereiro, uma vez que este, sem o anterior, não faria qualquer sentido para os leitores de 1874.

Ainda no mês de fevereiro de 1855, o quinto e sexto folhetins excluídos foram publicados nos dias 11 e 18. Dada a recorrente proximidade das datas, ver-se-á, a seguir, que estes dois folhetins, apesar de tratarem de assuntos diferentes, também dialogam entre si, o que, de saída, talvez possa ser, a exemplo dos dois anteriores, um primeiro indício que explique suas exclusões.

No folhetim de 11 de fevereiro, José de Alencar iniciou relatando um passeio que fizera pelo aprazível bairro de Botafogo, “o sítio em que a natureza mais caprichou”, e onde “tudo [...] é suave e harmonioso”, até que, durante a caminhada, deparara-se com “a elegante fachada de um belo e vasto edifício”, isto é, o Hospício de Pedro II.¹³⁰ Depois de afirmar que, na verdade, aquele vasto edifício era “um episódio brilhante na vida de um homem”, referindo-se, sem citar o nome, a José Clemente Pereira, que, entre 1838 e 1854, havia sido o provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro e responsável direto pela criação do hospício,¹³¹ e também ao discurso anual do *Instituto Histórico* que Manuel Araújo

129 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 48, p. 1, 18 de fevereiro de 1855.

130 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 1, 11 de fevereiro de 1855.

131 José Clemente Pereira (1787-1854) “teve uma participação expressiva na emancipação política e no Império, exercendo cargos e desempenhando papéis políticos decisivos. [...] Constantemente referido como ‘Grande Provedor’ [1838-1854], teve atuação marcante na Santa Casa”, sendo responsável, entre outras, pela fundação do Hospício de Pedro II (1852) (VAINFAS, 2002, p. 426-427).

Porto-Alegre fizera em homenagem ao político recém-falecido,¹³² Alencar começou propriamente a narrar a visita de D. Pedro II ao hospício, acontecida no dia anterior.¹³³

Entre os vários ministros que acompanhavam a comitiva do Imperador, estava o Marquês de Paraná, que, além de Ministro da Fazenda e Presidente do Ministério da Conciliação, era o então Provedor da Santa Casa de Misericórdia e, portanto, o responsável pela administração do hospício. Ao mesmo tempo em que descrevia a visita do Imperador, louvando a ordem e, sobretudo, o asseio do lugar “que nos parecia quase impossível num estabelecimento deste gênero”, José de Alencar fez algumas observações pontuais relacionadas indireta e diretamente ao Marquês de Paraná. Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho:

Há ainda muitas outras coisas de primeira necessidade, umas que já estão em projeto, e outras nas quais seria conveniente ir cuidando desde já.

Assim, é essencial que a Santa Casa trate quanto antes de construir no seu hospital de Santa Luzia uma enfermaria especial para os alienados incuráveis que são remetidos para o hospício, e que só servem de desacreditar o estabelecimento.¹³⁴

Se se levar em conta que, a partir de 6 de setembro de 1853, ocorreria o início formal da chamada política de conciliação, que, aliás, fora defendida com grande ênfase pelo *Correio Mercantil*, tanto a referência à localização do hospício na Rua da Santa Luzia, onde de fato ficava, quanto a sugestão de se construir “uma enfermaria especial para os alienados incuráveis que são remetidos para o hospício, e que só servem de desacreditar o estabelecimento”, poderiam ser entendidas pelos contemporâneos como possíveis

132 Porto-Alegre (1854, p. 51-89).

133 Uma pequena nota, publicada nas “Notícias diversas” no *Correio Mercantil* do dia anterior, informava que: “S. M. o Imperador, acompanhado pelos ministros da fazenda e império, e pelos seus semanários, [...] visitou o hospício de Pedro II” (*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1, 10 de fevereiro de 1855).

134 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 1, 11 de fevereiro de 1855.

alusões aos liberais exaltados, “santa luzias” ou apenas “luzias”, que, tidos como “alienados incuráveis”, serviriam apenas para “desacreditar o estabelecimento”, isto é, o Gabinete da Conciliação, que, formado por conservadores e liberais moderados, era liderado, como já se disse, pelo próprio Marquês de Paraná. Essa possibilidade se acentua quando, ao se referir às irmãs de caridade, “sempre alegres, [...] e as suas palavras um bálsamo suave para essas almas enfermas”, José de Alencar complementou seu argumento, observando: “E que vasto campo não tem elas nesta casa [hospício], que um médico filósofo chamou a mais perfeita miniatura do mundo?”. Em outras palavras, a aproximação metafórica entre o “Hospício de Pedro II” e a “perfeita miniatura do mundo” poderia muito bem abrir ao leitor de época outras possibilidades de interpretações do texto que, no mínimo, seriam ambíguas.

Dito de outro modo, aquilo que, no folhetim, se referia ao Hospício de Pedro II poderia ter duplo sentido, como, por exemplo, o seguinte trecho em que, depois de informar que o Marquês de Paraná já tinha compreendido a “necessidade do gás”, Alencar ainda completou:

Nota-se neste edifício uma falta, que parece peculiar ao nosso país, e da qual se ressentem todos os edifícios públicos: é um perfeito sistema de limpeza fecal. [...].

O Sr. Marquês de Paraná ocupa-se também deste objeto, [...]. Portanto esperemos da sua solicitude não só este, como um outro melhoramento, que é de extrema necessidade. Refiro-me a um cais e um gradil exterior que feche toda a fachada do edifício; medida esta útil não só para aformoseamento da casa, como para boa disciplina dos reclusos.¹³⁵

Tais referências aos melhoramentos poderiam obviamente se referir apenas e tão somente ao hospício. No entanto, admitindo-se o duplo sentido, também poderiam se referir ao próprio

135 Id. *ibid.*, p. 1.

Gabinete da Conciliação, pois sugeria a dotação de um “perfeito sistema fecal” de expurgação dos descontentes ou de um “gradil exterior” que ajudaria na disciplina dos membros internos. Afinal, como “o Hospício de Pedro II” inaugurou-se a 9 de dezembro de 1852,¹³⁶ isto é, dez meses antes do Gabinete da conciliação, o folhetinista ambigualmente concluiu que “o tempo ainda não é suficiente para se começarem a colher todas as vantagens que dele devem provir para a cura da alienação mental; entretanto já se pode prever toda a sua utilidade futura”.¹³⁷

Exercícios de suposições à parte, José de Alencar continuou o folhetim comentando sobre a reforma do Conservatório de Música, realizada pelo ministro do Império, que, naquele momento, era Luiz Pedreira do Couto Ferraz (e futuro Visconde de Bom Retiro). Além de se referir aos possíveis descontentes que não foram contemplados pela reforma, salientou a necessidade de se promover um maior desenvolvimento da música no país, afirmando que enquanto “não tivermos um conservatório bem montado, [...] se renovará essa queixa constante de preferência que no nosso país se dá aos estrangeiros”.¹³⁸ E com tinta algo nacionalista no argumento, complementou:

Por que existe esta preferência? É pela mesma razão porque a vossa casaca é de pano francês, a vossa calça de linho inglês, e não de algodão de Minas. É porque bebei chá da Índia e não de São Paulo: e por muitas outras razões que sabeis tão bem como eu.

Trabalhem pois; esforcemo-nos por nos tornarmos melhores do que somos, para que um dia não precisemos de mestres estrangeiros, e para que nos possamos desvanecer dos nossos próprios artistas.¹³⁹

136 O Hospício de Pedro II foi inaugurado no dia 5 de dezembro de 1852. Mas “o estabelecimento começou a funcionar a partir do dia 9 de dezembro de 1852, com 144 alienados (74 homens e 70 mulheres)” (VAINFAS, 2002, p. 344-345).

137 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 1, II de fevereiro de 1855.

138 Id. *ibid.*, p. 1.

139 Id. *ibid.*, p. 1.

Por fim, dirigindo-se às suas leitoras, José de Alencar não apenas observou que elas não tinham do que se queixar, pois, tirando as coisas sérias, “falei-vos quase todo o tempo de música e de loucos”, como também aproveitou a oportunidade para fazer uma promessa a elas, a de que o folhetim da semana seguinte seria escrito na forma de verso:

Enfim, para encurtar razões, é nada menos do que isto: pretendo domingo apresentar-vos o *Correr da Pena* em verso. Não sei ainda que qualidade de verso há de ser; mas se vos contentásseis com o verso branco, eu dar-me-ia por mais feliz do que pensais.
[...] Até domingo. Podeis contar com o *Correr da Pena* em verso. Sabeis como costume cumprir a minha palavra.¹⁴⁰

Levando-se em consideração essa suposta defesa enviesada da política de conciliação liderada pelo Marquês de Paraná, talvez seja possível enxergar aí um motivo para a exclusão deste folhetim. Apesar de expressar admiração irrestrita a Paraná,¹⁴¹ José de Alencar assumiria uma posição contrária àquela prática política. Em 1865, na primeira série de suas *Cartas de Erasmo*, afirmaria, por exemplo, que a instabilidade política do país ao longo da década de 1860 seria, na verdade, sequela direta da política de conciliação. Segundo a leitura de José Murilo da Carvalho, para José de Alencar:

O fim da competição entre dois partidos de posições claras, um puxando na direção de reformas, outro evitando exageros reformistas, e sua substituição por uma coalizão frouxa e dividida como era a Liga parecia-lhe uma prostituição

140 Id. *ibid.*, p. 1.

141 Quando da morte do Marquês do Paraná, em 4 de setembro de 1856, José de Alencar, já na chefia da redação do *Diário do Rio de Janeiro*, escreveu quatro artigos biográficos sobre o político conservador e que seriam, no mesmo ano, reunidos em livro (Cf. ALENCAR, J. O Marquês de Paraná. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 246, p. 1, 4 de setembro de 1856; n. 247, p. 1, 5 de setembro de 1856; n. 248, p. 1, 6 de setembro de 1856; n. 249, p. 1, 7 de setembro de 1856; ALENCAR, 1856).

política, uma decadência do sistema representativo. [...] Em lugar da competência e da honestidade, diz Erasmo por Alencar, instalou-se a incompetência, a corrupção, o descaso pela coisa pública.¹⁴²

Além do motivo anterior, outras possíveis causas da exclusão deste folhetim talvez possam ser encontradas no diálogo que, como já se disse, o mesmo trava com o de 18 de fevereiro. Ao anunciar que pretendia apresentar a coluna no domingo seguinte em verso, José de Alencar aproveitou-se do clima carnavalesco para, na verdade, pregar uma pequena peça em seus leitores. Dividido em duas partes, o folhetim de 18 de fevereiro começava com uma pequena narrativa – “Pierrô” – na primeira página, enquanto na segunda, isto é, no verso da página, apresentava propriamente o texto de *Ao correr da pena*.

De início, José de Alencar procurou justificar aos leitores que, “por estarmos no carnaval”, resolvera dar ao seu texto “o gracioso costume de um travesso pierrô”. Como, para o autor romântico, “o mundo é um grande baile mascarado”, os homens “se disfarçam em políticos, negociantes, médicos ou escritores”. Desse modo, ainda complementou com ironia:

[...] a amizade, o amor, a religião e a virtude servem-lhes de máscara como o cetim. Intrigam-se durante todo o baile da vida, e só deixam o disfarce quando chega a última hora, a hora do sono e do repouso da existência.¹⁴³

Se, no folhetim anterior, José de Alencar caracterizou o “Hospício de Pedro II” como “a perfeita miniatura do mundo”, neste – trocando mundo por sociedade – insistiu que “a sociedade [...] é um grande baile mascarado”. E como o pierrô-folhetim havia comprado seu “bilhete de entrada no mundo”, tendo, portanto, “o direito a girar por todo o salão e a intrigar a quem lhe parecer”,¹⁴⁴

¹⁴² Carvalho (2009, p. XX).

¹⁴³ ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 48, p. 1, 18 de fevereiro de 1855.

¹⁴⁴ Id. *ibid.*, p. 1.

Alencar convidou o leitor a acompanhá-lo no passeio pelos camarotes e salões dos bailes. Num primeiro momento, o pierrô-folhetim passou pelos camarotes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Marinha. E, num segundo, encontrou “uma mocinha chamada *Reforma das secretarias*, menina *coquete* como nunca houvera neste mundo”, com quem, inclusive, conversara. Julgando-a, entretanto, pretenciosa, sentenciou: “tu te pareces muito com uma moça que eu conheço; mas olha, o tempo corre, chega a velhice, e daqui a alguns anos nem ao menos terás o consolo das *reformas de secos e molhados*, que são sempre *novas*”.¹⁴⁵ Por fim, o pierrô-folhetim ainda esbarrou na polícia e, fatigado de seu passeio, começou a recitar uma multidão de máximas de carnaval.

Neste ponto do texto, depois de rememorar algumas das máximas como, por exemplo, “uma conta é uma história de cifras” ou “ocultar o seu passado, é o mesmo que fechar a janela de sua vida”, Alencar sugeriu ao leitor que, finalmente, virasse a página do jornal, pois “achará o *Correr da pena* em *verso*, tal como lhe prometi domingo passado”.¹⁴⁶ E, na página seguinte, visto que não havia remédio, recomeçou “o *pão nosso* de cada domingo”.¹⁴⁷ Ponderando que as “semanas insípidas e estéreis são justamente as que dão mais larga matéria ao escritor”, discorreu sobre os assuntos daquela semana, passando pelos preparativos do carnaval, pela expectativa do belo espetáculo do passeio que, à tarde, seria feito pelo *Congresso das Sumidades Carnavalescas*, pelo calor, pelos espetáculos líricos, dentre os quais o *Il Trovador*, quando “a *Charton* fez a sua costumada colheita de flores e aplausos”, e, por fim, rematou o folhetim com um poema.¹⁴⁸

A exemplo do folhetim anterior, José de Alencar insistiu, como já se disse, na metáfora de que “a sociedade [...] é um grande baile mascarado”, fazendo com que o seu pierrô-folhetim perambulasse pelos salões de carnavais do Rio de Janeiro. Se o encontro com a mocinha chamada *Reformas das secretarias* era uma crítica direta à morosidade do serviço público, a visita aos dois camarotes,

¹⁴⁵ Id. *ibid.*, p. 1.

¹⁴⁶ Id. *ibid.*, p. 1.

¹⁴⁷ Id. *ibid.*, p. 2.

¹⁴⁸ Id. *ibid.*, p. 2.

o dos Estrangeiros e o da Marinha, no contexto do ministério da Conciliação, também poderia ser lida em 1874 como provocação, já que ambos, em momentos distintos, foram ocupados pelo futuro Visconde de Rio Branco, que seria o presidente do Conselho de Ministros entre 1871 e 1875.¹⁴⁹ Sobretudo ao longo do ano de 1871, o deputado José de Alencar teria fortes embates políticos com Rio Branco, acusando-o, inclusive, de financiar “penas mercenárias” para denegri-lo.¹⁵⁰ Se, por um lado, conhecendo a índole polemista do autor romântico, tal fato em si não seria obviamente motivo para que pedisse a exclusão do folhetim, por outro, como os caminhos e interesses da vida política mudam, às vezes, com alguma rapidez, José de Alencar, ao longo do segundo semestre de 1873, quando ainda estava no Ceará em busca de novos ares para a saúde, procurou se reaproximar politicamente de Rio Branco, seja para conseguir apoio e verbas para uma estrada de ferro no Ceará, da qual, aliás, era acionista, seja para conseguir melhor posto diplomático para o irmão, Leonel de Alencar.¹⁵¹ O que, nessa situação, mudaria o *status* deste folhetim, e sua eventual republicação poderia causar ruídos, transformando-o num desnecessário incômodo político.

149 Durante o Ministério da Conciliação (1853-1857), José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde de Rio Branco, ocupou de início a pasta da Marinha (15/12/1853 a 14/06/1855), posteriormente, a dos Estrangeiros (14/06/1855 a 08/10/1856) e, por fim, outra vez a da Marinha (08/10/1856 a 04/05/1857) (IGLÉSIAS, 1967, p. 41).

150 Por sua posição contrária ao Gabinete do Visconde de Rio Branco, notadamente no que se refere à chamada questão servil, José de Alencar foi atacado duramente pelo periódico *Questões do dia* (1871-1872), dirigido pelo jornalista português José Feliciano de Castilho, irmão do poeta Antônio Feliciano de Castilho. Interpelando Rio Branco sobre o financiamento da imprensa, Alencar, em discurso na tribuna da Câmara, em 5 de agosto de 1871, e referindo-se à pena mercenária de Castilho, afirmou: “[...] não se tolera, [...], que um estrangeiro faltando aos deveres de cortesia para o povo que lhe deu hospitalidade, se arrogue o direito do insulto e se empenhe em deprimir caracteres políticos deste país. [...] É o governo quem vai procurá-lo, quem o incumbe da odiosa tarefa; quem o faz instrumento de suas vinganças” (MENEZES, 1977, p. 289).

151 Em carta a Rio Branco, de 7 de julho de 1873, José de Alencar escreveu que “o Ceará confia o seu futuro industrial da proteção de V. Exa. que na alta posição que tão dignamente ocupa, é o mais competente; para avaliar o progresso que tem feito essa Província nos últimos tempos”. Em resposta, de 8 de agosto de 1873, Rio Branco, além de fazer menção à melhora da saúde de Alencar, observou que “a intervenção de V. Exa. a favor da estrada de Baturité não é suspeita, mas legítima, e o seu juízo de mais alto valor para mim” (VIANA FILHO, 2008, p. 348-349). Em 10 de outubro de 1873, Rio Branco, referindo-se à correspondência trocada com José de Alencar, escreveu a Leonel, pedindo-lhe paciência a respeito de sua futura promoção: “Compreendo que a residência e a vida oficial em La Paz, mas é preciso ter paciência, [...]. Estude escreva e aguarde a hora propícia à promoção. [...] Tive novas do Sr. Conselheiro Alencar, que passava melhor sob os influxos da terra natal, e mostrava-se satisfeito com as nossas promessas de auxílio à estrada de Ferro de Baturité” (MAGALHÃES JUNIOR, 1977, p. 322).

Além dos evidentes motivos elencados, sejam os relacionados à polêmica da nacionalização da língua portuguesa, sejam os relacionados aos assuntos políticos, ainda paira em torno destes quatro folhetins uma outra possibilidade que, em si ou de modo adicional, também poderia explicar as suas exclusões do livro de 1874. Em outras palavras, esta última possibilidade – aliás, de viés altamente romântico – estaria ligada ao velho e bom problema da desilusão amorosa. De modo recorrente, os biógrafos do autor afirmam que, em algum instante ao longo do período em que redigia os folhetins de *Ao correr da pena* para o *Correio Mercantil*, José de Alencar teria se apaixonado por uma jovem e bela aristocrata, Francisca Calmon Nogueira Vale da Gama,¹⁵² filha do futuro Visconde Nogueira da Gama, que, além de camarista e futuro mordomo de D. Pedro II, era o presidente do Cassino Fluminense.¹⁵³ Coincidentemente, no folhetim de 1º de outubro de 1854, Alencar escreveu sobre um baile no Cassino em que viu “surgir naquela noite uma estrela suave a deslizar docemente num céu azul. Era uma verdadeira estrela, bela como suas irmãs, brilhando no céu; porque o céu é a pátria da candura e da inocência”.¹⁵⁴ No mês seguinte, em 5 de novembro de 1854, referiu-se a outro baile no mesmo Cassino, mas que, para ele, naquele dia “nem o céu esteve azul, nem luziu a estrela”, pois, como a “estrela” não comparecera, os leitores deviam estar “curiosos por saber que nome e que letra era esta que me incomodava tão seriamente, a ponto de fazer-me sonhar com ela no meio do baile. O nome não lhes direi, mas a letra é um C”.¹⁵⁵ A letra seria uma possível alusão à Chiquinha Nogueira da Gama? Joaquim Nabuco, mais tarde e aludindo às reuniões sociais em sua casa, afirmará que “a filha de Nogueira da Gama, futura condessa de Penamacor, [era] incensada por José de Alencar”.¹⁵⁶

152 Menezes (1977, p. 73), Neto (2006, p. 86-87, 105-110), Viana Filho (2008, p. 67-68).

153 “O Cassino Fluminense – explica Heitor Lira – [...] era o centro principal dos divertimentos sociais. Pertencer e frequentar o Cassino era já um título de sociabilidade. [...] Presidia-o o Visconde de Nogueira da Gama, Camarista e futuro Mordomo do Imperador. Ali se formavam e se desfaziam amizades, se intrigavam políticas, se ensaiavam namoros e se assentavam casamentos” (LYRA, 1977, p. 31).

154 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 270, p. 2, 1º de outubro de 1854.

155 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 304, p. 1, 5 de novembro de 1854.

156 Nabuco (1997, p. 1108).

De todo modo, a relação amorosa não foi levada adiante, seja por desprezo da própria Chiquinha, seja pela proibição da família Nogueira da Gama, que, como mencionou Nabuco, preferiu casá-la com um membro da nobreza portuguesa. No folhetim de 18 de março de 1855, um dia após a ida da jovem para a Europa, um José de Alencar melancólico escreveria que “a dor, disse Lamartine, remoça o homem, dá-lhe nova força, novo vigor. *Tu fais l’homme, ô douleur!*”, para, em seguida, ao comentar que “a enfermidade tem um quer que seja de viagens”, acrescentar:

Talvez seja por esta semelhança que se dá a coincidência de cair no mesmo tempo a quadra das moléstias e das viagens. Tudo parte, tudo vai mar em fora, ver novos climas, correr terras, para ter na volta o que contar.

Queixam-se por aí que tudo vai para a exposição de Paris, menos os nossos produtos. Quem sabe. Talvez que a par da *Estrela do Sul* apareçam na exposição muitos outros produtos brasileiros, muitas raridades dignas de menção.¹⁵⁷

A “*Estrela do Sul*” seria outra possível menção à Francisca Nogueira da Gama? É difícil provar, mas, em 13 de maio de 1855, o folhetinista, rememorando com alguma tristeza talvez o primeiro baile em que encontrara a “estrela suave” – “Lembras-te do Cassino?” –, concluiria:

O lindo baile já não é aquela brilhante reunião de outros tempos, onde se viam agrupadas como flores de uma grinalda todas as moças bonitas desta terra.

Tudo passa; algumas daquelas flores, levadas pelas brisas do mar, lá se foram perfumar outros salões; muitas brilham aos raios de outro sol, [...]”¹⁵⁸

¹⁵⁷ ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 76, p. 2, 18 de março de 1855.

¹⁵⁸ ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 131, p. 1, 13 de maio de 1855.

Para os autores românticos, as incertezas do amor quase sempre acabavam em literatura, e o caso de Alencar não seria diferente.¹⁵⁹ Nesse sentido, para voltar ao problema da exclusão, é importante lembrar, como já se mostrou, que há um intenso diálogo temático entre os folhetins de 28 de janeiro e 4 de fevereiro, bem como entre os de 11 e 18 de fevereiro de 1855. Partindo dessa premissa e focando-se inicialmente no folhetim de 28 de janeiro, descobre-se que, entremeados aos fatos daquela semana, José de Alencar publicou um significativo poema de amor – “Ao correr dos olhos” – que trata justamente de um profundo lamento a respeito da não mais correspondência amorosa dos “olhos negros” da amada. Veja-se o poema:

Eu tenho nuns olhos negros
 Desta minha alma o condão;
 É por eles que ainda vivo,
 E que morro de paixão.
 São negros, negros, tão lindos,
 Porém que maus que eles são!

Muito maus! Nunca me dizem
 O que bem sabem dizer;
 Não me dão uma esperança
 E nem m'a deixam perder.
 Andam sempre me enganando,
 Têm garbo em ver-me sofrer.

Por mais terno que os suplique
 Não se condoem de mim;
 Às vezes fitam-me a furto,
 Porém nunca dizem sim.
 Ah! Olhos negros tão maus
 Nunca vi outros assim!

Não quero mais esses olhos;
 Amo agora umas estrelas

159 Escrevendo sobre “o namoro de José de Alencar”, Wanderley Pinho chega, inclusive, a conjecturar que Emília de *Diva* e Aurélia Camargo de *Senhora* teriam sido de alguma forma baseadas em Francisca Nogueira da Gama (PINHO, 1942, p. 141-150).

Que entendem o meu silêncio
E me sorriem tão belas,
Que quando me sinto triste
Espero a noite p'ra vê-las.¹⁶⁰

Se, por um lado, os olhos negros e “muitos maus” da amada, que “não me dão uma esperança / E nem m'a deixam perder”, levaram o eu lírico a não os querer mais, por outro, Alencar, na continuidade do folhetim, parece querer discutir, por sua conta, como os interesses financeiros afetavam as relações amorosas. Tanto que, no trecho seguinte ao poema, apresentou aos seus leitores a igualmente significativa pergunta: “Que vale o dinheiro para a mulher que amais?”.¹⁶¹ Pode-se dizer que a ironia por trás da pergunta está no fato de ela, na verdade, ter sido respondida aos leitores por “uma moeda de vinte mil réis”, que desdenhava das “risonhas ficções do espírito”, nos seguintes termos:

Não acredites nessas ilusões dos poetas. Só eu é que te posso dar a verdadeira felicidade. Tu cuidas que uma mulher te compreende? Dize-lhe uma palavra, e ela te enviará com sobrescrito ao pai ou ao tutor, ao qual a sociedade incumbiu, como procurador bastante, a gerência e administração desse patrimônio da família.¹⁶²

O poema dos “olhos negros” e a “resposta” da moedinha de “reflexo dourado” não seriam também motivos para que José de Alencar excluísse este folhetim, uma vez que o primeiro poderia remeter ao suposto desprezo de Francisca Nogueira da Gama e, a segunda, ao impedimento social, já que nem de longe o autor romântico possuía uma “fortuna” compatível com o desejo da família aristocrata.¹⁶³ Para

160 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 1, 28 de janeiro de 1855.

161 Id. *ibid.*, p. 1.

162 Id. *ibid.*, p. 1.

163 No posterior desenvolvimento do projeto romanesco de José de Alencar, e mais notadamente nos romances urbanos, é possível verificar, segundo análise de Valéria De Marco, a existência de um traço comum que os diferencia dos demais: “a presença do dinheiro como mediador das relações entre as personagens, como elemento de conflito que deve ser contornado para chegar à realização de um sonho romântico ou à desilusão perante o caráter implacável dessa ordem social metálica. No mercado da corte,

Alencar, deixar vir a público essa história de amor do passado não seria lá uma experiência agradável, ainda mais se se considerar que, quando da publicação do livro em 1874, já estava casado desde 20 de junho de 1864 com Georgiana Augusta Cochrane, cuja mãe, Helena Augusta Nogueira da Gama Cochrane, era, por ironia do destino, prima de Francisca Nogueira da Gama.¹⁶⁴ Enfim, abrir, naquele momento, qualquer possibilidade de especulação sobre quem seria a dona daqueles “olhos negros” poderia, inclusive, se transformar num drama familiar e íntimo para o autor.

Levando em conta tal hipótese, a exclusão do folhetim de 28 de janeiro associada ao poema “Ao correr dos olhos” levaria, por tabela, à exclusão do folhetim de 4 de fevereiro, uma vez que, como já se mostrou, este último não teria sentido para os eventuais leitores de 1874 se fosse publicado isoladamente.

Por outro lado, também aconteceu uma situação muito semelhante com os outros folhetins de fevereiro, com a única diferença que a ordem foi invertida. No fecho do folhetim do dia 18, aquele em que o autor prometera que seria em verso, José de Alencar observou aos leitores que se “o verso comprometeu-me; o verso vai salvar-me”,¹⁶⁵ para, logo em seguida, terminar com outro significativo poema. De maneira geral, o eu lírico, neste último poema, simplesmente renunciava ao amor de uma dama que, entre tantos atributos, possuía indefectíveis “grandes olhos negros que fascinam”. Veja-se o poema:

Ainda és bela! No teu lábio altivo
 Desfolha amor um lúbrico sorriso,
 Dos grandes olhos negros que fascinam
 Prometes n'um volver o paraíso.

Mas que importa? Para mim és uma estátua,

Aurélia (*Senhora*) dispõe-se a gastar sua fortuna para comprar Seixas; Emília (*Diva*) ainda estonteada procurando um marido que não seja movido pelo ouro; Guida e Ricardo (*Sonhos D'Ouro*) ficam separados por muito tempo até que o jovem bacharel consiga estabelecer-se para não se colocar mais como subalterno do velho Soares, e Paulo e Lúcia (*Luciola*) não podem casar-se, já que ela se mantinha pela venda de seu corpo” (DE MARCO, 1986, p. 72).

164 Viana Filho (2008, p. 166).

165 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 48, p. 1, 18 de fevereiro de 1855.

Legenda triste de infeliz passado,
Ou a sombra erradia de minha alma
Extinta por um dia haver-te amado.

Pode a teus pés curvar-se o mundo inteiro,
Podem render-te os homens vassalagem,
Que eu contemplo de longe sobranceiro
D'uma mulher que amei a fria imagem.

Talvez um dia quando não restarem
Nem vestígios daquele santo amor,
Eu venha, como os outros, já sem crença
Revelar-te o mistério d'uma dor.

Assim de longe terra o peregrino
Se volta à doce pátria que perdera,
Ajoelha ante a lousa de seus pais
Nas ruínas da casa onde nascera.¹⁶⁶

No poema, reconhecendo de antemão, por um lado, a beleza da amada com seus “grandes olhos negros que fascinam” a prometerem num “volver o paraíso”, e, de outro, o possível lugar (social) elevado ocupado por ela (“Pode a teus pés curvar-se o mundo inteiro, / Podem render-te os homens vassalagem”), o eu lírico, de maneira incisiva e vendo-a como estátua, “legenda triste de infeliz passado”, carrega consigo apenas e tão somente “os vestígios daquele santo amor” e “o mistério d'uma dor”. Curiosamente, e sem se referir a quem o poema era dedicado ou mesmo ao fato de que tinha saído neste folhetim de *Ao Correr da pena*, o crítico Araripe Junior, além de reproduzir o poema em nota de rodapé, afirmou que seguramente nessa época a vaidade de Alencar

passou pelas primeiras provações. Correm mesmo, por aí alguns versos vigorosos, cheios de indignação, que transpiram todo o fel que políticos ou não políticos derramaram-lhe na

166 Id. *ibid.*, p. 1.

alma. Semelhantes versos revelam a existência de decepções que um moço de talento, e já festejado, não tolera sem protesto.¹⁶⁷

No contexto da relação fracassada com Francisca Nogueira da Gama, o poema reforça, e muito, o sofrimento amoroso do “moço de talento”. Para não reabrir velhas feridas e pelas mesmas razões já explicitadas, José de Alencar poderia muito bem ter pedido a exclusão deste folhetim do livro. E, por fim, da mesma forma que os folhetins de 28 de janeiro e 4 de fevereiro, a exclusão do folhetim de 18 de fevereiro implicaria na consequente exclusão do anterior, isto é, o do dia 11, uma vez que, como se mostrou, os leitores de 1874 teriam dificuldades para entender um sem o outro.

AS CHUVAS, A SEMANA SANTA E O VESTIDINHO PRETO.

O sétimo folhetim excluído da primeira edição de *Ao correr da pena* apareceu no jornal *Correio Mercantil* no dia 8 de abril de 1855. À primeira vista, pode-se dizer que este texto é um típico folhetim, pois, de forma algo prosaica, retrata alguns dos principais acontecimentos da semana anterior, que, aliás, fora “semana santa”. Em outras palavras, a aparente normalidade temática que permeia este folhetim cria, de antemão, uma dificuldade adicional para a tarefa de sugerir os eventuais motivos que teriam levado à sua exclusão do livro de 1874.

No início do folhetim, José de Alencar, ao constatar que “há muito tempo não há uma semana santa em que se tenham feito mais preces do que esta que acabou ontem”,¹⁶⁸ esclareceu que a razão de tantas orações era bem simples, enfatizando a persistência de “uma chuvinha miúda, uma chuvinha teimosa e escarvinha, [que] começou a fazer foscas às procissões, às visitas das igrejas, aos passeios da rua do Ouvidor, a todas as festas enfim”.¹⁶⁹ E, ainda seguindo o folhetinista, como a chuvinha não parava:

167 Araripe Junior (1958, p. 181-182).

168 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 96, p. 1, 8 de abril de 1855.

169 Id. *ibid.*, p. 1.

[...] nem as preces, nem as lindas mãozinhas juntas, nem o volver suplicante de tantos olhos bonitos, puderam conseguir uma estiada de meia hora. A chuva de invejosa não quis que aparecessem os elegantes *toillettes*, que os vestidinhos pretos realçassem a alvura de um colo acetinado, ou a macia palidez de um rosto melancólico.¹⁷⁰

Diante da persistência da chuva, Alencar sugeriu então que o pensamento “se devia dirigir nesses dias consagrados à comemoração do mais poético e do mais santo mistério da nossa religião”.¹⁷¹ E, nesse sentido, ainda observou que as igrejas não apresentavam “aquele aspecto de severidade, aquele caráter austero que infunde o respeito e cala dentro da alma”, pois, sobretudo naquele ano, “se os templos estiveram mais brilhantes do que deviam, a rua do Ouvidor ficou aquém do que se esperava”. A partir de tal constatação e “de tudo que vi”, o folhetinista passou a descrever algumas ornamentações que, em forma de cascatas, enfeitavam duas lojas da rua do Ouvidor.

Mudando então de assunto para a “semana profana”, e referindo-se à chegada do vapor *Avon* com “notícias importantíssimas” da Europa, Alencar comentou sobre as repercussões da morte inesperada do Imperador russo Nicolau e “a influência que tem este grande acontecimento sobre a questão do Oriente”, isto é, sobre a Guerra da Crimeia. E, por fim, “passando do grande mundo político ao nosso pequeno mundo da corte”, ainda anunciou “às leitoras algumas notícias agradáveis”: a volta dos bailes do Cassino, a criação da “companhia de canto da nova empresa lírica” que se formara em Paris, e, como na política local “nada houve de notável”, já que “os boatos de crise desaparecem, e tudo voltou à antiga calma”, o perdão a um condenado feito pelo Imperador Pedro II, que “costuma sempre exercer o seu direito de graça” na Sexta-feira Santa.¹⁷²

Como se disse, aparentemente este folhetim com seus temas prosaicos não apresenta quaisquer motivos que justifiquem sua ex-

170 Id. *ibid.*, p. 1.

171 Id. *ibid.*, p. 1.

172 Id. *ibid.*, p. 1.

clusão do livro. No entanto, há uma passagem do texto que talvez explique tudo, notadamente se se pensar aqui que os motivos da exclusão deste folhetim poderiam ser de ordem estritamente moral. Na sequência de seu texto de juventude, pouco depois de se referir à chuva persistente da semana santa e, sobretudo, ao fato de não aparecerem nas ruas os vestidinhos pretos a realçarem “a alvura de um colo acetinado” ou “a macia palidez de um rosto melancólico”, José de Alencar acabou por confessar com todas as letras que, na verdade, tinha um “fraco decidido por um vestidinho de *cetim preto*” e que, dessa forma, quando via uma moça vestida de preto “não respondia nem mesmo por mim”. Veja-se a passagem:

E assim foi bom! Quem sabe, como eu, a fascinação e o encanto poderoso que tem um vestidinho preto num corpo alvo, quem viu tudo quanto há de lascivo, de gracioso, de faceiro nessas ondas de renda e de cetim que se desdobram voluptuosamente sobre umas formas esbeltas, quem sentiu o olhar tremer-lhe rastreando as trêmulas oscilações de umas linhas suaves e harmoniosas, compreende todos os males que se evitaram, todas as loucuras que se preveniram.

O que é verdade é que eu não respondia nem mesmo por mim. Confesso que tenho um fraco decidido por um *vestidinho de cetim preto*; e se algum dia me vier a mania de escrever romances, o primeiro há de levar aquele título. Acho muito natural que um vestidinho branco excite uma paixão casta e pura; que um vestidinho azul inspire um desses amores do céu, uma dessas contemplações suaves como se tem por uma estrela; que um vestidinho cor de rosa desperte uns sonhos lúbricos e uns desejos maliciosos; mas um vestidinho preto é que eu compreendo que se quebre um protesto, que se esqueça um juramento, que um celibatário faça promessas de casamento, que um velho

se lembre do seu tempo, e que um folhetinista não fale do regimento de custas.¹⁷³

Caso tivesse vindo à luz, esta surpreendente “confissão” do folhetinista sobre “a fascinação e o encanto poderoso que tem um vestidinho preto num corpo alvo” a lhe causar um “fraco decidido” poderia, no mínimo, tornar-se um eventual incômodo de natureza moral para o ex-Ministro da Justiça e então deputado José de Alencar. Se, por um lado, essa suposta justificativa moral poderia ser algo frágil diante do fato de que Alencar já havia tratado de outros temas desta natureza em sua obra literária, como, por exemplo, o tema da prostituta regenerada em *Asas de um anjo* (1858) ou em *Lucíola* (1862), por outro, neste folhetim, e ao contrário dos textos ficcionais, é o próprio autor quem, de público, assume ter um “fraco decidido por um vestidinho de *cetim preto*”. O que, por sua vez, justificaria que a situação fosse contornada com a exclusão deste texto do livro de 1874.

Por fim, diga-se de passagem, convém salientar que, quando José de Alencar começou com “a mania de escrever romances”, o indefectível *vestido de cetim preto*, ainda que não tenha virado título de obra literária, apareceu de imediato e com destaque nas caracterizações dos trajes das heroínas de seus dois primeiros ensaios romanescos. Seja vestindo a Carlota – “o meu vestido preto sumiu-se pela portinhola de um cupê, que partiu a trote largo” – de *Cinco minutos*, publicado inicialmente em dezembro de 1856 no *Diário do Rio de Janeiro* e no ano seguinte em livro;¹⁷⁴ seja obviamente vestindo a Carolina – “trajava um vestido de cetim preto, simples e elegante” – de *A viuvinha*, que começou a ser publicado em 1857 também no *Diário do Rio de Janeiro*, mas que só teve o seu final concluído para a edição em livro de 1860.¹⁷⁵

173 Id. *ibid.*, p. 1.

174 Id. (1977a, p. XXIV-XXV, 7).

175 Id. (1977b, p. 36, 61).

VIAGENS, INCÊNDIO E OS VOTOS DA MINORIA.

O oitavo folhetim excluído foi publicado em 1^o de julho de 1855. Na verdade, trata-se do penúltimo texto que saiu em *Ao correr da pena*. No domingo seguinte, 8 de julho, José de Alencar publicaria o último folhetim no *Correio Mercantil*, pois, ao ter alguns parágrafos censurados pela direção do jornal, demitir-se-ia ainda no mesmo dia.¹⁷⁶ Em 1875, num dos artigos da polêmica com o jovem Joaquim Nabuco, e já referido aqui, Alencar rememoraría o episódio: “criei o *Correr da Pena*. [...] usei da liberdade de escritor na plenitude que eu apreciei sempre, como a primeira recompensa. Logo que vi-me tolhido, retirei-me e na mesma noite; não esperei pela manhã”.¹⁷⁷

De todo modo, o último folhetim excluído era estruturado em duas partes. Na primeira, José de Alencar abriu o texto convidando o leitor a viajar, afinal, “o gosto de viagens está em moda. É a mania da época, o sonho dourado dos moços, a última experiência dos velhos, a educação das mulheres; e finalmente um alimento do espírito”.¹⁷⁸ Em seguida, observando que o viajante tem sempre uma coisa nova para contar, Alencar passou a conjecturar sobre os lugares que poderia conduzir o leitor, como, por exemplo, um passeio pela “vasta costa pitoresca do Brasil”, mostrando-lhe “o luxo e a profusão da natureza de nossa terra”. Assim, continuou o folhetinista,

veríamos o panorama gracioso da cidade da Bahia, o mar verde e gracioso das Alagoas, depois a nossa Veneza surgindo do seio das ondas, as alvas praias de areia do Ceará com seus leques de palmeiras, e por fim o grande

176 Na carta dirigida a Francisco Otaviano e publicada no dia seguinte, José de Alencar explicou ao amigo que “tendo saído inteiramente estropiado o meu artigo de hoje, é necessário que eu declare o motivo por que entendi não dever continuar a publicação da *Revista Semanal* desta folha, visto como desapareceram algumas frases que o indicavam claramente. / Sempre entendi que a *Revista Semanal* de uma folha é independente e não tem solidariedade com o pensamento geral da redação, principalmente quando o escritor costuma tomar a responsabilidade de seus artigos, assinando-os. / A redação do *Correio Mercantil* é de opinião contrária; e por isso, não sendo conveniente que eu continuasse ‘a hostilizar os seus amigos’, resolvi acabar com o *Correr da Pena* para não comprometé-la gravemente” (ALENCAR, J. À Redação do *Correio Mercantil*. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 188, p. 1, 9 de julho de 1855).

177 ALENCAR, J. Às quintas. *O Globo*, Rio de Janeiro, n. 281, p. 1, 14 de outubro de 1875.

178 ALENCAR, J. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 180, p. 1, 1^o de julho de 1855.

rio, o Amazonas, o gigante das águas, estendidos sobre as suas imensas campinas.

Que de lindas coisas não admiraríamos nesta viagem! Florestas virgens, aves de mil cores, rochedos de mármore, flores, diamantes, rios de ouro, palácios de verdura, grutas de estalactites, maravilhas da natureza em todo seu esplendor!¹⁷⁹

Em seguida, obstando que não se contentava com “pouca coisa”, o folhetinista ainda afirmou que preferia “fazer com o leitor uma viagem *ao redor do mundo*”, já que, para ele, “hoje não há ninguém de certo que durante a sua vida não faça pelo menos uma viagem semelhante”. E citando autores como Xavier de Maistre e Alfonso Karr, deu exemplos de possíveis “viagens ao redor do mundo”. Entre eles, as viagens que costumavam reger as notórias relações de interesse que permeavam o mundo político do Império brasileiro. Segundo Alencar: “o ministro viaja ao redor da pasta; o deputado ao redor do ministro; o eleitor ao redor do deputado, e o votante ao redor do eleitor. Em tempo de eleições o vento muda; e a boa monção dessas viagens, é em sentido contrário”.¹⁸⁰

Avisando ao leitor que, na verdade, viajariam com o pensamento e “como verdadeiros turistas, observando tudo, abrindo a alma a todas as impressões, tomando notas, escrevendo enfim as nossas recordações de viagem”, José de Alencar rematou a primeira parte do folhetim com a seguinte indagação: “que vistes de notável e interessante nesta viagem de seis dias pela nossa bela cidade do Rio de Janeiro?”.¹⁸¹ Para, finalmente, na segunda parte do texto, começar a discorrer sobre os fatos importantes daquela semana.

E aquela semana fora agitada. Iniciou-se com um incêndio de casas na rua do Ouvidor, com uma regata em homenagem a São Pedro pescador, passando por uma forte crítica ao estado de conservação dos teatros da capital do Império – “em cada um deles o espectador acha uma ocupação conforme ao seu gosto.

179 Id. *ibid.*, p. 1.

180 Id. *ibid.*, p. 1.

181 Id. *ibid.*, p. 1.

Em um ri-se, no outro dorme-se, no terceiro arrepende-se, e no último ouve-se música, mas às vezes também ri-se, dorme-se e arrepende-se”¹⁸² – e, por fim, concluiu os fatos com um comentário ferino sobre o mundo político que, naquele momento, conversava muito sobre as incompatibilidades.

Esta menção à conversa do mundo político sobre as incompatibilidades se inseria no bojo das discussões da nova lei eleitoral – A lei dos círculos – que o Senado e a Câmara se debruçavam e que acabaria sendo aprovada e promulgada em 19 de setembro de 1855. Os dois principais aspectos da proposta estavam na criação do voto distrital, que permitiria maior representação das minorias, e no problema das incompatibilidades eleitorais, isto é, a proibição de que, sobretudo, os magistrados disputassem as eleições. Segundo explica José Murilo de Carvalho,

as incompatibilidades eram tentativa de reduzir a influência do governo nas eleições, de evitar que a Câmara fosse dominada por funcionários públicos, sobretudo juizes. [...] O voto distrital tinha o propósito claro de quebrar o monolitismo das grandes bancadas provinciais e permitir a representação de facções locais. [...] O voto distrital daria mais força aos chefes locais em detrimento dos chefes nacionais dos partidos e em detrimento dos presidentes das províncias, permitindo uma maior diversidade de representação e maior autenticidade dos representantes.¹⁸³

A proposta da lei, chancelada como “questão ministerial” pelo Marquês de Paraná, era apoiada pelo *Correio Mercantil*, que, como se sabe, era um dos periódicos que apoiava publicamente o ministério da Conciliação. Dentro dessa perspectiva, é interessante mostrar que, neste folhetim, José de Alencar expressou, em termos algo contundentes, uma firme posição contrária à aprovação da lei

¹⁸² Id. *ibid.*, p. 1.

¹⁸³ Carvalho (1996, p. 364).

dos círculos, ecoando argumentos usados pelos conservadores que se opunham à Conciliação. Veja-se a passagem:

Os deputados estudam, conversam, discutem e elaboram os princípios de uma lei que possa salvar o país.

Ora, a câmara dos deputados compõe-se na sua quase totalidade de magistrados e altos funcionários públicos.

Por isso a tal lei das incompatibilidades vai-se parecendo como a árvore que Bertholdo procurava para se enforcar, e que infelizmente nunca conseguiu achar.

Se o governo deseja sinceramente uma verdadeira lei de incompatibilidades, fique certo que não é essa câmara que há de votar; mande proceder às eleições livremente, e quando todas as classes estiverem representadas com uma certa igualdade, então se poderá fazer alguma coisa nesse sentido.

Pelo que toca nos dois projetos que atualmente existem nas duas câmaras; nem um deles satisfaz o fim a que se propõe; são apenas um engodo, a que é muito preferível a atualidade.

Demais, insistem nessa ideia de eleição por círculos, que na minha opinião não pode ser por ora aplicável às nossas circunstâncias.

Não temos ainda uma boa divisão administrativa, judiciária e municipal, e vamos criar círculos eleitorais, que não podem deixar de apresentar muitos inconvenientes práticos, talvez insuperáveis:¹⁸⁴

Se, por um lado, é possível imaginar que a indisposição contra os interesses políticos do *Correio Mercantil* e, por tabela, a aproximação com o pensamento dos conservadores contrários à Conciliação

184 Id. *ibid.*, p. 1.

poderiam ser vistas como sintomas reais do desconforto político do jovem folhetinista em relação à direção do jornal liberal e, ao mesmo tempo, o possível início do namoro que acabaria em casamento com o campo conservador, por outro, esse suposto alinhamento político não seria em si o motivo para que este folhetim fosse excluído do livro de 1874.

Entretanto, se se levar em conta que, no limite, um dos principais aspectos da lei dos círculos era o de também garantir uma maior representação das minorias no jogo político brasileiro, a crítica do jovem Alencar muda de figura, ganhando novos significados, pois entraria em choque com as ideias que, posteriormente, Alencar desenvolveria tanto na obra *O sistema representativo* (1868) quanto nos discursos parlamentares sobre a *Reforma Eleitoral*, que, em livro, seria publicado em 1874.¹⁸⁵ Discorrendo, por exemplo, sobre a legitimidade da representação política no livro de 1868, Alencar defendeu que se devia estabelecer o direito de acesso das minorias ao parlamento, uma vez que:

Residindo a soberania solidariamente em toda a nação e formando-se da consubstanciação de todas as opiniões que agitam o povo, é evidente que um país só estará representado quando seus elementos integrantes o estiverem na justa proporção das forças e intensidade de cada um. [...] É essencial à legitimidade dessa instituição [o governo representativo] que ela concentre todo o país no parlamento, sem exclusão de uma fração qualquer da opinião pública.¹⁸⁶

Quando do aparecimento de *O sistema representativo*, Machado de Assis, em crônica encontrada por Raimundo Magalhães Junior, elogiou a preocupação de José de Alencar com as minorias políticas como uma “ideia fecundíssima e necessária à legítima expressão da vontade pública”. No texto, publicado na revista *Imprensa*

185 Para mais detalhes sobre a importância das duas obras, ver Santos (1991, p. 9-56).

186 Alencar in Santos (1991, p. 36-37).

Acadêmica de São Paulo e assinado com o pseudônimo de *Glaucus*,¹⁸⁷ Machado de Assis escreveu o seguinte:

Estão reunidos nesse volume os artigos publicados pelo Sr. Conselheiro José de Alencar [...]. Digo mal: não é uma reunião de artigos soltos; é um livro completo, [...]. Que maior serviço se pode prestar a uma nação do que pensar maduramente nos meios de fazer com que ela se governe com a máxima liberdade? O autor do *Sistema Representativo* estudou profundamente o problema da representação das minorias, *ideia fecundíssima e necessária à legítima expressão da vontade pública*. Não posso, nem sou competente para fazer aqui uma análise da obra do Sr. José de Alencar. Apenas direi que, apreciando obras destas esqueço as designações políticas deste país. Não me ocorre o nome dos partidos, diante de um homem que vê as coisas do alto e põe a sua vasta inteligência ao serviço das grandes necessidades políticas da nação.¹⁸⁸

E ainda nessa perspectiva, José de Alencar, numa outra passagem de um dos discursos de 1874, reafirmaria sua posição sobre a necessidade de se garantir maior espaço de representação política para as minorias, pois, para o autor, elas se constituiriam num legítimo centro de resistência a qualquer vocação concentradora de poder. Nas incisivas palavras do deputado Alencar, “o mais forte centro e também o mais legítimo dos centros de resistência que pode existir num país livre é a representação das minorias”.¹⁸⁹

Enfim, para voltar ao caso deste folhetim e considerando as novas posições defendidas por José de Alencar nas duas obras teórico-políticas, pode-se imaginar que essa guinada liberalizante do

187 Magalhães Junior (1958, p. 71-77).

188 Id. *ibid.*, p. 76-77.

189 Alencar *in* Santos (1991, p. 66).

pensamento político de Alencar em relação à necessidade de maior representação das minorias políticas poderia muito bem ter se transformado no motivo que provavelmente levou à exclusão deste folhetim de 1º de julho de 1855 da primeira edição de *Ao correr da pena*.

E O RESTO?

A despeito de se ter acertado ou não no levantamento dos possíveis motivos que levaram às exclusões dos oito folhetins de *Ao correr da pena* da primeira edição em livro, organizado pelo Dr. José Maria Vaz Pinto Coelho, em 1874, ou, em outras palavras, na resolução completa do enigma dos folhetins, acredita-se que os indícios levantados, e mais notadamente as modificações observadas no corpo do texto do primeiro folhetim, indicam que José de Alencar tenha tido de fato influência direta na decisão final de excluí-los, já que, pela última vez, seria muito difícil supor que o editor tivesse tomado tais decisões sozinho.

Aliás, além dos oito folhetins excluídos, existe ainda outro dado adicional que poderia reforçar a tese sobre a participação de José de Alencar na organização do livro, ou seja, a também inclusão de um folhetim que não fora publicado em *Ao correr da pena*. Na verdade, trata-se do famoso texto sobre as “Máquinas de coser”, em que, ao narrar a visita que fizera à fábrica de Mme. Besse, um entusiasmado Alencar pôde escrever que viu de perto “aquelas lindas maquininhas que trabalham com tanta rapidez, e até com tanta graça”.¹⁹⁰ Ao contrário dos folhetins de *Ao correr da pena*, que, como já se disse, saíam aos domingos, este outro apareceu numa sexta-feira sob a rubrica de apenas “Folhetim”, no dia 3 de novembro de 1854, no mesmo *Correio Mercantil*.¹⁹¹

Em suma, e à guisa de fechamento, embora, como se mostrou, existam vários indícios que, em maior ou menor grau, possam ser considerados algo esclarecedores quanto aos motivos das exclusões dos textos da primeira edição de *Ao correr da pena*, muito

190 ALENCAR, J. Máquina de coser. In: _____. *Ao correr da pena*. Organização de José Maria Vaz Pinto Coelho. São Paulo: Tipografia Alemã, 1874. p. 55-60.

191 ALENCAR, J. Folhetim: Máquina de coser. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 302, p. 1, 3 de novembro de 1854.

mais importante do que propriamente ter decifrado o enigma dos folhetins, é – sem sombra de dúvida – a oportunidade ímpar de, na íntegra, recolocar ao alcance de leitores e críticos estes oito folhetins, inéditos em livro. O que, de antemão, já é um ganho. No fundo, espera-se que os textos, cada um a sua maneira, ajudem a crítica literária no seu recorrente trabalho de reafirmação e/ou revisão do papel histórico-estético dos primeiros “filhos da [...] musa inexperienced” do escritor José Martiniano de Alencar, que, por si, é um dos personagens mais interessantes da história literária brasileira.

O resto? É leitura.

* * *

Entendendo que a prioridade é dar publicidade aos oito folhetins de *Ao correr da pena*, optou-se por não fazer notas de rodapé nos mesmos. Além disso, como o trabalho de pesquisa recorreu em grande parte a fontes do século XIX, tanto os eventuais textos de jornais e livros quanto, obviamente, os oito folhetins de José de Alencar foram atualizados ortograficamente, segundo as normas atuais do padrão culto da língua portuguesa. Em relação aos demais aspectos expressivos, procurou-se preservá-los tais quais estão nas publicações, sobretudo os que se referem à pontuação, ainda que, em alguns momentos pontuais, signifique menosprezar as regras atuais.

Por fim, registro de público os meus agradecimentos à *Biblioteca Nacional*, à *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin* e ao *Real Gabinete Português de Leitura*, sem os quais este livro não seria possível.

AO CORRER DA PENA.

(FOLHETINS INÉDITOS)

10 de setembro de 1854.

O dia sete de setembro amanheceu este ano um pouco turvo e embaciado: parece que o Sol quis fazer uma pirraça aos poetas tirando-lhes o invariável tema do brilhante raiar do dia. Mas se assim foi, bem mostra que está milhões de léguas distante da Terra, e que não anda por isso muito ao fato do que vai por este mundo.

Em poeta de cunho, lido no *Gradus ad Parnassum*, formado na escola do mestre Horácio que sem licença lhe deu licença para tudo, pouco se importa com estas pequenas coisas. Que a máquina do mundo se desmantele, que os elementos se agitem, que desfeche de repente a mais horrível tempestade, nada disto é capaz de abalar a solene impassibilidade de um soneto, ou de uma poesia em oitava rima. Em prosa o dia pode amanhecer chovendo: mas em verso, tenha paciência, há de ser quer queira quer não, límpido, esplêndido e radiante.

Nós que escrevemos na prosa a mais chã e rasteira, não temos remédio senão curvar-nos à verdade dos fatos, e confessar que desta vez a natureza não festejou como costumava o dia das nossas glórias. O astro brilhante de nossa terra, que todos os anos vinha, como um conviva real, tomar parte na nossa grande festa nacional, escondeu o rosto entre as brumas cinzentas de uma manhã de inverno. Quem sabe se neste cenho torvo e neste aspecto carrancudo, não houve uma exprobração amarga para nós? Quem sabe se o sol da independência não fugiu desta terra, onde os seus raios não iluminam um monumento, uma pedra sequer, que lhe fale do grande dia?

Felizmente um pensamento, que há muito tempo fermentava no espírito público, começou a realizar-se no seio da nossa municipalidade, que devia esta iniciativa à história pátria e às gloriosas tradições do antigo senado. Trata-se de elevar uma estátua a D. Pedro I, fazendo concorrer para esta obra nacional a oferenda dos ricos e o óbolo da pobreza. Uma comissão composta de cidadãos de influência e prestígio, foi incumbida de promover a subscrição com toda a rapidez possível.

Brasileiros como nos prezamos de ser, não podemos deixar de aplaudir a esta ideia: mas desejaríamos que na sua realização se imitasse o pensamento de fraternidade política da União Americana, que vai elevar a Washington um monumento, para o qual todos os estados da Federação devem enviar a sua pedra e o seu padrão. A estátua que há de coroar a obra será de mármore do Parthenon, oferecida pela Grécia. A inscrição é grande e sublime na sua simplicidade, digna dos Gregos e do herói Americano: “A George Washington, fundador da liberdade moderna, o país de Sólon, de Temístocles e de Péricles, pátria da liberdade antiga, como prova de admiração e respeito”.

Imitando este belo pensamento, daríamos ao monumento da nossa independência um caráter mais brasileiro. Todas as províncias mandando o seu tributo para esta grande obra, como que santificariam novamente o laço da fraternidade que as prende, dando assim uma alta prova de adesão à integridade do Império. Sobre este monumento assim formado, a Câmara Municipal desta corte colocaria a sua estátua com a inscrição seguinte: “A Pedro I, fundador da independência, o Brasil livre e independente, como prova de reconhecimento e admiração”.

Todos os anos então, quando voltasse o dia aniversário das nossas glórias, não iríamos profanar o nosso monumento com estes festejos vãos, que não exprimem nada, que não significam ideia alguma útil e nobre. Não: reservaríamos para esta ocasião alguma festa industrial, e destinaríamos este dia para a inauguração de algum melhoramento proveitoso para o país. Os manes dos patriarcas da nossa independência, que rodeiam a sombra ilustre do fundador da monarquia, se haviam de regozijar quando vissem a nação que tinham criado, cheia de atividade e inteligência, consagrando-lhes todas as suas ideias de grandeza e de progresso, e levando à posteridade a

memória de seus nomes, que passariam de geração em geração, não como estéril reminiscência, mas como um exemplo venerando de abnegação, de patriotismo e de amor à causa pública.

Nós também a quem coube em partilha o estudo e as insônias, concorreríamos com o nosso pequeno contingente para a festa nacional. Criaríamos uma sociedade intitulada *Sete de Setembro*, e seríamos obrigados promiscuamente a apresentarmos em todos os aniversários uma obra literária, fruto de nossas vigílias e dos nossos trabalhos. Com que prazer S. M., depois dos cortejos palacianos, não viria assistir à festa simples e modesta das letras, das artes e da indústria, onde o poder e a inteligência se nivelariam um momento para sagrar uma recordação ao passado, e uma promessa ao futuro? Então se poderia realizar a bela ideia do Sr. Dr. F. Otaviano; e destes livros, destas obras de arte, desses produtos industriais oferecidos à memória da independência, o governo escolheria aqueles que julgasse dignos de prêmio e de encorajamento.

Não seria isto preferível a estes festejos militares, cheios de tumulto e de ruído, próprios das antigas monarquias, que só cuidavam em fazer alarde de sua força e do seu poder? De que servem todos estes aparatos bélicos, o estrugir das trombetas, o troar das salvas da artilharia, que passam como uma rajada de vento, e que apenas deixam após si um pouco de fumo!

Outro dia ao descambar da tarde, depois do estrondar do canhão e das cargas da fuzilaria, quando já se iam dissipando os últimos rumores da parada, comecei a olhar por acaso para os alvos flocos de fumaça que se enovelavam e se desfaziam ao santo bafejo das brisas do mar; e não sei a que propósito, vieram-me umas reflexões filosóficas sobre o destino das coisas humanas, que me parecia simbolizado naqueles vapores rarefeitos, único vestígio das pompas do dia.

Se Job, se o Eclesiástico e todos os doutores dos antigos tempos, escrevessem hoje sobre as misérias humanas, não falariam tanto em pó, em vaidade e outras quejandas palavras sem sentido, e se convenceriam que tudo neste mundo é fumo. Todas as glórias, todas as grandezas da terra, a virtude, o talento, a riqueza, o que são em resumo? Um pouco de fumaça.

Com efeito, a maior festa deste mundo não passa disto. Fumam as luzes, fuma o vinho de Champagne nas taças de cristal,

fumam os fogões do hotel a preparar a suntuosa ceia, fumam os hóspedes o bom tabaco da Virginia ou de Havana, e afinal *fuma* o anfitrião quando lhe apresentam as contas exorbitantes do esplêndido sarau.

No meio do baile é a mesma coisa. Lá passa um indivíduo que se tem em conta de talentoso, outro que se julga um poeta ou um hábil político, uma mocinha que acredita que tem os mais belos olhos do mundo, e que se inculca como espirituosa. De longe isto pode iludir: quando a gente se chega é que vê que aí não há nada de real; que todas aquelas coisas, o espírito, a beleza, o talento, são *fumaças* apenas!

Um indivíduo, escolhido pela fortuna, que é cega como sa-beis, tem por sorte uma boa herança de algumas centenas de con-tos. Deixai passar alguns meses, um ano se tanto, e vereis a gorda herança fumada em todos os sentidos. Começa logo porque ela se anuncia pelo fumo do chapéu, e muitas vezes acaba desgraça-damente pelo fumo da pólvora de um tiro de pistola, quando os credores estão *fumando* por causa das letras vencidas e não pagas.

Se tendes por aí alguma paixão verdadeira, lá um dia ao sair do baile, ou do teatro, encontrais um amigo, trançais o braço, conversais sobre o divertimento, sobre a primeira representação do *Trovatore*, e ele vos refere com todos os pontos e vírgulas uma conquista que fez por desfastio. Rides a morrer dos episódios cômicos e dos comentá-rios espirituosos, e afinal de contas, posta a coisa em pratos limpos, a conquista do amigo é a vossa paixão. O coração sangra: mas atirais ao fogo uma porção de versos, um retrato, o que quer que seja, e no meio de toda esta fumaça de papel, fumais o vosso charuto de Ha-vana, e podeis dizer como Ferranti no teatro - *Ho finite d'impazzire*.

Napier, que fumou no banquete de despedida que lhe deram em Londres, está agora fumando diante de Cronstradt: e toda esta guerra do Oriente, que um jornalista chamou luta de gigantes, e na qual estão empenhadas a Inglaterra, a França, a Rússia, a Turquia, a Áustria, a Prússia e a Suécia, não tem outro fim, senão ver qual dos gigantes deitará fumaça nos olhos dos outros.

Tudo no mundo é fumo. O espírito do século está simbolizado nesse vapor tênue e ligeiro. O progresso fumege nos caminhos de ferro, nos bicos de gás, pelo canudo dos vapores, pelo tubo das grandes fábricas. A humanidade é um grande fumista capaz de

pedir meças a um paxá turco: e a terra não passa de um enorme cachimbo alemão. Daqui a alguns anos quando se quiser exprimir um país rico e industrioso como a Inglaterra, e uma cidade opulenta, regurgitando de ouro e de riquezas como Londres, dir-se-á que é um grande fogão, ou uma grande chaminé. Nesse tempo provavelmente a ciência da política e da administração se simplificará, e ficará reduzida a arte de atizar o fogo.

Assim o fim de todas as coisas, o desfecho de todas as dores e de todos os prazeres é um pouco de fumo. Quando nasceis defumam-vos com alfazema, e quando vos caseis deitam-vos nos olhos fumaça de incenso, não só como símbolo do nada das coisas humanas, mas também para vos atordoar e evitar qualquer mudança de resolução.

Estas reflexões, que chamareis de extravagantes e de hoffmânicas, como quiserdes, me assaltaram de repente, e quase me fizeram esquecer do *Trovatore*. Felizmente ainda pude alcançar o fim do primeiro ato, e todo ouvido ia reclinar-me sobre o recosto das cadeiras de diante, quando senti-me puxar pela casaca. Voltei-me para conhecer o importuno: era o número da minha cadeira que me queria dar a alegre notícia de se ter acabado com os tais triângulos de papel. “Bem, estimo muito; mas aquiete-se, e perca este maldito costume de agarrar; sempre há de mostrar que é gente da polícia!”.

8 de outubro de 1854.

Os últimos dias da semana passada vieram-nos fazer recordar aqueles belos tempos de outrora, em que se contava com a trovoadá por volta da tarde, assim como se conta com o sol ao meio-dia e com as chuvas ao anoitecer.

Naquela época o relógio era um traste bem dispensável; ajustava-se o passeio, a entrevista, o encanto para depois da trovoadá, e quando acabavam de escorrer de todo as últimas enxurradas da chuva, abriam-se as gelosias verdes das casinhas térreas, e aparecia um ou outro rostinho gracioso que vinha espiar, com o sorriso nos lábios e o rubor nas faces, a passagem habitual de certo estudante que todos os domingos se encontrava na missa.

É verdade que as velhas viam-se obrigadas a rezar mais dois ou três rosários de *Padre-Nosso* por dia; e que os pais de família tinham no seu *budget* uma verba especialmente consagrada às velas de cera.

Mas em compensação, depois de duas ou três horas, uma vi-
ração bonançosa varria o temporal, e dentre as nuvens pardacentas, e dentre o manto rasgado da tempestade começava a desdobrar-se uma tarde fresca e anilada, ainda toda rociada das gotas da chuva, como uma sultana ao sair de seu banho perfumado.

Dava-se algum passeio agradável, respirava-se um ar ténue e puro, e à noite em volta da mesa de jacarandá de pés torneados fazia-se o serão costumado. Os velhos jogavam a bisca ou o trunfo; a dona da casa inspecionava a ceia, e a filha bordava crivo n'algum

lencinho, bordando ao mesmo tempo na imaginação os sonhos prazenteiros de uma afeição pura e serena.

Naquele belo tempo, em que não havia progresso, nem ópera, e bailes esplêndidos, ainda não se tinham feito certas descobertas que depois transformaram completamente a ordem das coisas, trazia-se o dinheiro no bolso da calça ou do colete, e os alfaiates não se haviam lembrado de inventar as algibeiras no peito das casacas, como se usa hoje para que o coração esteja sempre em contato com a carteira. E como estas, muitas outras invenções, que dão matéria larga às reflexões bem filosóficas.

A botica nessa época era apenas o lugar onde se jogava gamão, onde se ia saber novidades, e comprar macela e flor de sabugueiro para as moléstias do tempo, que não passavam de algum defluxo ou indigestão. Não se conhecia nem febre amarela, nem febre escarlatina, nem febre azul, enfim todo este prisma completo de febres, como me parece havemos de ter brevemente, se as coisas continuarem pelo mesmo jeito em que vão.

Agora é inteiramente o contrário. Além das tísicas e erisipelas, e do enorme catálogo de enfermidades que temos para o nosso uso, todos os anos no tempo de verão recebemos a visita de algum vagabundo lá da Europa, que se nos mete em casa, vive uma porção de meses à nossa custa, e por fim toma gosto à terra e naturaliza-se cidadão brasileiro, para o que começa assinando termo na Câmara Municipal, segundo exige a lei.

É verdade que a culpa é nossa, e que o mal provém da nossa incúria e do nosso desleixo proverbial. Se não lhe preparássemos boa pousada e boa cama, estou certo que difficilmente aquela espécie de parasita nos viria incomodar. Mas nós somos um povo eminentemente *hospitaleiro*: temos ruas e praias imundas, temos charcos de águas estagnadas, valas abertas, e conservamos cuidadosamente todas estas preciosidades para receber com as considerações devidas qualquer epidemia que nos queira honrar.

Fala-se já por aí que vamos receber brevemente a amável visita do *Judeu Errante*, que segundo dizem parece que não vem desta vez em forma de romance, mas sim com ares de tragédia. Não sei donde parte a notícia, mas tenho minhas razões de supor que são simples boatos de uma veracidade muito duvidosa.

Lembro-me que Eugenio Sue quando escreveu a biografia da-quele senhor e de sua irmã, disse-nos que ele não podia sair do continente do velho mundo, tanto que quando sentia-se com saudades da Sra. Herodia ia para o estreito de Berhing para vê-la à luz das auroras boreais, visto que naquela época ainda não havia gás.

Ora, não creio que aqueles, que anunciam a sua vinda à América, saibam mais a seu respeito do que o escritor francês, que com ele comeu e viveu muito tempo.

Lembro-me também que de vezes quando há falta de matéria, os jornalistas, gente aliás muito capaz, inventam certas coisas, como a vinda de Alexandre Dumas à América, a fim de ter sobre que falar e discorrer. Isto não quer dizer que cometam o pecado da mentira, porque um jornalista ortodoxo tem à sua disposição certas frases sacramentais à guisa de *consta-me e é de supor*, que fazem o efeito de um exorcismo ou de uma pia de água-benta.

Enfim não creio que na Inglaterra, um país tão bem policiado e tão filantrópico, que tantas provas têm dado de afeição ao Brasil, se conceda passaporte a um individuo de tão má reputação, como é o Judeu Errante, um vagabundo que há muito tempo devia estar em Batany-Bay ou em Pedras de Angoche.

Desconfia-se porém que o tal sujeito viaje *incógnito*, e por isso antes de ontem quando chegou o paquete de Southhampton, imediatamente mandou-se ficar de quarentena, até conhecer-se se entre os passageiros viria algum homem mursuflo e de botas ferradas em forma de cruz, sinais característicos dados pela polícia de Paris.

Sei que muita gente queixou-se desta providência, e que muitos médicos riram-se dela. São empíricos, que andam a par do progresso da ciência, e que ainda acreditam que o *cólera* se propaga pela transmissão do ar.

As últimas descobertas, começadas por Eugenio Sue, alta capacidade médica que deu provas exuberantes do seu talento escrevendo romances marítimos, demonstraram a evidência que o *cólera* não se transmite nem pelo ar, nem pelo contágio.

A moléstia é uma espécie de quebranto. *O Judeu Errante* é um homem de sobranceiras unidas, com um olho de crocodilo, que basta olhar qualquer sujeito para fazê-lo sentir imediatamente tremores e dores de barriga. Em algumas pessoas, esses efeitos são também

sintomas do medo; e por isso não estou longe de crer que em muitos casos os remédios da botica são que fazem a moléstia.

Seja como for, o caso é que não se pode negar que à vista da importante descoberta feita pela ciência, a única medida preventiva é a quarentena como se pratica novamente. Chega um navio: desembarcam-se as cargas, as malas, os jornais, enfim tudo quanto não é homem, tudo quanto não teria barriga nem pernas, e que por conseguinte não pode ter recebido o quebranto. Quando muito, por excesso de precaução, defuma-se aquilo tudo como um quarto de noiva ou mete-se em conserva de vinagre e não há miasma que resiste.

Tende-se pela chegada a um resultado desta ordem, não se pode mais recear a invasão da moléstia, principalmente com a descoberta de um remédio eficaz no óleo de rícino (*castor-oil*).

Este último achado sobretudo é interessantíssimo para a indústria nacional. Uma fábrica brasileira de óleos vegetais, que existe em Botafogo e quem tem sempre lutado com dificuldades pela concorrência de produtos estrangeiros, poderá agora tomar a sua desforra e vender óleo de rícino às pipas.

Depois do jantar em vez do café tomar-se-á, em canecozinhos de porcelana da Índia, uma dose de óleo de rícino. O Francioni fará sorvetes abaunilhados preferíveis aos de creme; e o hábil cozinheiro do hotel d'Europa deve já ir cuidando em preparar-nos algumas gelatinas para os grandes jantares.

Entretanto é bom que o governo tome sérias providências a respeito da iluminação de certas cidades do norte, que ainda se servem do azeite da mamona. Pode suceder que muitas noites a população usurpe os privilégios das torcidas e chupe todo o azeite dos lampiões deixando a cidade às escuras.

Outra providência muito necessária a tomar-se seria a abastança dos mantimentos, porque é fácil de prever que começando a moda do óleo de rícino deve manifestar-se imediatamente um apetite devorador, e então nem os açougues monstros serão suficientes para manter a cidade. Fora portanto conveniente cuidar em ir construindo pequenas cidades de açougues, e edificando ruas do Rosário monstros.

Descansemos, que o governo tomará todas estas medidas, e que o seu zelo pela salubridade pública destruirá todas essas apreensões que sem pensar se vão inculcando no ânimo público. Descansemos,

porque esses receios infundados vão produzir-nos um grande benefício, trazendo à nossa bela cidade o asseio, a limpeza, e as condições higiênicas de que tanto necessita.

O que nos cumpre, não é enchermo-nos de um terror pânico, e exagerar o perigo: e sim auxiliarmos o governo na obra que vai começar, exigir toda a solícitude em remover as causas de infecção que existem por aí a cada canto da cidade. Pensais que é somente o receio de uma moléstia especial que nos deve excitar a isto? Não: é a saúde pública em geral, que sofre todos os anos, e a multidão de homens que durante a quadra do verão são vítimas de uma epidemia qualquer, ou de uma moléstia diferente, mas que provem das mesmas causas. Que importa o nome das enfermidades? Que importa se o soldado que morreu na guerra foi ferido por um obus, ou por uma bala de fuzil?

Deixemos pois as ideias tristes, as palavras agoureiras. O verão aí se anuncia carrancudo, é verdade; mas não há nada neste mundo que não tenha uma compensação, tanto mais doce, quanto o mal é mais cruel.

Se a estação é incômoda, se os dias são de calma, vem com eles o tempo dos passeios campestres, das sextas passadas à sombra das árvores, da convivência familiar do campo, e daquelas alegres noitadas ao relento, tão plácidas e tão isentas de cuidados e preocupações.

De manhã, a natureza se arreia com suas galas mais delicadas para desenhar-nos um desses belos quadros do nascer do sol, tão tristes na cidade, mas tão agradáveis no campo entre as árvores e as montanhas.

A moda também sofre uma metamorfose completa. Desaparecem os pesados *toilettes* sem graça e sem elegância, que fizeram dizer a um fidalgo francês que a mulher é uma criatura humana, *qui s'habille, qui babille, et qui se deshabilé*. Aí vem o tempo dos graciosos vestidinhos brancos, das gases ligeiras, dos *toilettes* singelos, que tem apenas uma fita por ornato, e uma simples flor por toucado.

A quadra dos grandes bailes e dos esplendidos *soirées*, que este ano foi de um brilhantismo extraordinário, despediu-se quarta-feira com a reunião da Fileuterpe, que correspondeu ao que se esperava. Tudo quanto há de elegante e de *fashionable* na sociedade desta corte se reuniu naquele dia no melhor salão de baile que temos presentemente, a fim de concorrer para o benefício da orfandade desvalida.

A munificência generosa dos ricos, a presença de belas senhoras, a parca e modesta oferenda daqueles a que a fortuna não habilita a seguir os impulsos do coração, nada faltou; nem mesmo a inspiração de um poeta traduzida em versos de uma simplicidade e de uma singeleza encantadora.

Apareceram *toilettes* de muito gosto, e realçava sobre todos um vestido branco com franjas de penas escarlates. As agulhas trabalharam, as modistas fizeram um esforço supremo, talvez que presentindo já a revolução que se preparava, e que ameaça apeá-las do seu trono da rua do Ouvidor.

Mme. Gustin, Mmes. Barat e Dazon. Dagnan e Blachon, reis e rainhas da agulha, chorai sobre as glórias passadas! O vosso reino acabou! Os Estados Unidos, invejando o vosso poder, mandaram-nos uma porção de máquinas de coser, que começarão a trabalhar num estabelecimento que se vai fundar na rua Nova do Conde.

Sedas, veludos, panos, cambraias, toda a casta de estofos, passa rapidamente das mãos de Mme. Besse entre as agulhas curvas de uma máquina, e num momento aparece preciosamente cosida com o ponto que se deseja, e pela forma que mais agrada. De maneira que agora sai um homem pela manhã, compra pano na loja, passa pela fábrica, e de tarde recolhe-se com o seu enxoval pronto para ir ao baile.

Viva o progresso! Não há nada como as máquinas. Dizem que Pascal inventou uma de somar. Não estamos muito longe de ver por aí surgir qualquer dia alguma máquina de comer, de ler, de escrever, e até de fazer folhetim, do que não gostarei nada.

Os Americanos sobretudo, gente que anda sempre ruminando um invento qualquer, são muito capazes de apresentar quando menos o esperarem alguma máquina-homem, que sirva para todos os misteres a que se presta o *bípede implume*.

Teremos então máquina-negociante, máquina-advogado, máquina-médico, e uma variedade de máquinas políticas e sociais para o uso dos governos.

Ora, isto não será muito de admirar, visto que alguns países já descobriram uma espécie muito importante daquele melhoramento: a *máquina-deputado*. Todos sabem a organização de semelhante maquinismo. A máquina-deputado é movida pelo interesse, agente de maior força que o vapor, e o mais poderoso que se conhece hoje.

O maquinista chama-se ministro, e quando a máquina se enferruja um pouco, aplica-lhe, em vez de azeite, pão de ló.

Esta máquina serve para votar, levantando-se e sentando-se para dar apartes, fazer cauda aos ministros nas ocasiões necessárias, preencher o número de deputados que as constituições exigem, e finalmente para resistir aos deputados-homens, gente de consciência, que tem a balda de só apoiar os governos ilustrados. Bem se vê, que para semelhante fim era escusado nesses países empregar-se um homem livre e inteligente, e que basta uma máquina, a qual não possa opor tropeços à marcha da administração.

La deixar a pena, mas não o devo sem dar-vos a notícia do incômodo de S. A. a Sra. P. Isabel, o qual felizmente é passageiro e não pode causar o menor receio.

28 de janeiro de 1855.

Os antigos tiveram a sua idade do ouro. A história deu o mesmo nome ao século de Leão X e de Luiz XIV. A realização porém desses sonhos dourados estava reservada para a nossa época.

A Califórnia, a Austrália, e ultimamente o Turiaçu, vão inundar a terra do precioso metal, e acabar de uma vez com a *auri sacra fames* de Virgílio. Brevemente teremos de ver operar-se na indústria e nas artes uma grande revolução.

Quem é que gastará mais o seu tempo a pensar em caminhos de ferro, em estátuas de bronze e em casas de pedras e cal? A idade do ferro acabou. Agora tudo vai ser ouro, e até eu já começo a ter bem fundadas esperanças de fazer um dia *correr uma pena de ouro*. E então ver-me-ei obrigado a escrever sempre, para bem dos meus leitores, dois, três, ou quatro folhetins por semana.

Quem diria há um século que o sonho do *el-dorado* da Paraíba, e da *cidade encantada* da Bahia, era uma profecia exata e verdadeira dos tempos futuros?

O Maranhão, a terra do arroz e das pororocas, mostrou para quanto servia, e meteu num chinelo o Sincorá, a Diamantina e todos os Pactolos de Goiás e Mato Grosso.

Infelizmente não há gostos perfeitos, vamos ficar para sempre privados dos abacaxis e do clássico doce de bacuri. Quem naquela terra da promessa acenderá mais fogo em casa, a não ser para derreter ouro?

Tempora mutantur. Outrora os nossos pais tinham a mania de ajuntar ouro para enterrá-lo. Hoje nós o desenterramos para espalhá-lo. A antítese é completa.

E por falar nisto acode-me uma ideia extravagante, mas que bem pode ter o seu quê de verdadeira. Quem sabe se não é o ouro enterrado pelos usurários de outrora que germinou como boa semente, e está agora produzindo essas *califórnicas modernas*? Quem sabe se a anedota da *árvore das patacas* não é um mito, que como os da antiguidade dos povos, começa agora a esclarecer-se, um hieróglifo egípcio que espera o seu novo Champollion?

Aposto que os homens que se ocupam de mineralogia ainda não se lembraram disto; e andam provavelmente dando por paus e por pedras para explicar uma coisa tão simples como a queda do pomo que revelou a Newton a grande lei da gravitação dos corpos.

Entretanto a questão vale a pena de ser estudada com toda a profundidade.

Se conseguirmos decifrar este mito ainda envolto nas sombras do mistério, ficará explicada a tradição bíblica, e especialmente a parábola do Gênesis sobre o pecado. Com efeito, que outra árvore, senão a das *patacas*, seria capaz de tentar a mulher? Que outra árvore poderia com razão ser chamada a árvore da ciência, da vida, do bem e do mal?

A mitologia grega consagra também uma tradição que não pode deixar de referir-se a esse abençoado vegetal. Estou convencido que a árvore carregada de frutos dourados, que pendiam sobre a cabeça de Tântalo, excitando-lhe o desejo, e subindo à proporção que seus lábios iam tocá-los, não é outra senão aquela mesma *árvore das patacas*.

Neste caso o mito seria a parábola mais exata do homem pobre, cuja imaginação rica e ardente borda os sonhos mais belos, pinta-lhes gozos, prazeres e delícias que ele não pode sequer tocar com a ponta dos seus lábios áridos e ressequidos.

Tudo isto vai ser explicado. Entramos na idade do ouro: não haverá mais pobres, nem tentações, nem suplícios de Tântalo. Aí temos o Turiaçu, que vai abrir-se como um subterrâneo encantado, e envolver-nos de repente como um palácio de fadas, como um conto das *Mil e uma noites*.

Como tudo vai mudar-se! Daqui em diante, em vez de vos pregarem alguma *peça* desagradável, e que vos incomode, dar-vos-ão

peças de ouro vindas de Turiaçu. Em lugar dos navios entrarem na *barra*, como tem acontecido até hoje, serão as *barras* que entrarão nos navios para serem transportadas a bom mercado. Os banqueiros não procurarão mais peles de tigres para fazerem tapetes nos seus palácios, visto que será mais fácil ladrilharem todo o soalho de *onças*.

Até a literatura, a poesia, e as belas-artes vão sofrer uma completa transformação. Que poeta se animará daqui em diante a dizer que a sua bela tem lindas tranças de ouro, quando este metal há de provavelmente andar nas ferraduras dos cavalos, nos tachos das doceiras, e nas rodas de qualquer tílburí da praça? Que roman-cista será capaz de escrever *sonhos de ouro*, ou páginas *douradas* de sua vida, se esta palavra apenas exprimirá uma cor amarela como a da oca e da gema do ovo de galinha?

Não haverá remédio pois senão voltarem às espigas de trigo, às jubas fulvas de leão, e a todas essas outras comparações clássicas da poesia antiga. Quem não quiser estar por isso, pode agarrar-se à língua *tupi*, e achará nela uma mina ainda não explorada de imagens poéticas, uma multidão de nomes fanhosos, de frutas, de coquinhos, de bichinhos, de cipós, que devem ser de uma originalidade encan-tadora. Teremos então cabelos de *sabambaia*, lábios de *uricuri*, olhos de *guajiru*, *et reliqua committante caterva*.

Enquanto a nova escola não se apresenta, e não põe em voga as suas brilhantes imagens, quero aproveitar a ocasião para dar-vos uns versinhos muito simples, que foram escritos há cerca de dois meses numa bela noite límpida e estrelada, e num momento de desfastio. Não foram feitos ao *correr da pena*, como podeis pensar, mas...

Ao correr dos olhos

Eu tenho nuns olhos negros
 Desta minha alma o condão;
 É por eles que ainda vivo,
 E que morro de paixão.
 São negros, negros, tão lindos,
 Porém que maus que eles são!

Muito maus! Nunca me dizem
 O que bem sabem dizer;

Não me dão uma esperança
E nem m'a deixam perder.
Andam sempre me enganando,
Têm garbo em ver-me sofrer.

Por mais terno que os suplique
Não se condoem de mim;
Às vezes fitam-me a furto,
Porém nunca dizem sim.
Ah! Olhos negros tão maus
Nunca vi outros assim!

Não quero mais esses olhos;
Amo agora umas estrelas
Que entendem o meu silêncio
E me sorriem tão belas,
Que quando me sinto triste
Espero a noite p'ra vê-las.

Cautela, porém. Não vos deixeis ir ao correr desses olhos, que ficais perdidos, como eu, que já nem sei onde ficou o Turiaçu, e todo o enxame de ideias brilhantes que me despertava o novo *el-dorado* do Brasil. Tinha matéria larga para escrever uma *página dourada*, um *livro de ouro*.

Dizem que não há nada para dar inspiração como seja o tinir sonoro deste metal. Eu creio piamente nisto depois que li a *Clotilde* de Alfonso Karr, e que vi como é doce, melíflua e insinuante a linguagem que falam essas moedinhas *coquettes*, que giram por todo o mundo, e passam de mão em mão sem conservar amor a ninguém.

Uma moeda de vinte mil réis, por exemplo, quando tine, murmura docemente ao vosso ouvido. “Comigo tu podes ir passar um dia no Jardim, cear à larga com um amigo, ou comprar um bilhete de loteria em que talvez tires a sorte grande. Vinte contos! Com isso já podes te apresentar no mundo, e fazer algum casamento rico, ou mesmo possuíres a mulher que desejas. Olha! Eu te dou tudo isto”.

Esse canto de sereia vos embriaga. Se ainda tendes no coração esse perfume d'alma, essa crença poética do verdadeiro sentimento, resistis ao encanto. Que vale o dinheiro para a mulher que amais?

Não tendes n'alma tesouros de tanta dedicação, de tão grande afeto, mil vezes mais preciosos do que todos os tesouros do mundo?

Mas enquanto vos embalais nestas risonhas ficções do vosso espírito, a moedinha vos lança um reflexo dourado, tine de novo, e vos diz ainda mais docemente do que da primeira vez. “Não acredites nessas ilusões dos poetas. Só eu é que te posso dar a verdadeira felicidade. Tu cuidas que uma mulher te compreende? Dize-lhe uma palavra, e ela te enviará com sobrescrito ao pai ou ao tutor, ao qual a sociedade incumbiu, como procurador bastante, a gerência e administração desse patrimônio da família”.

Por fim fareis como os outros, como todo o mundo. Não resistis mais; deixais que a torrente vos leve; e começais essa luta tenaz da fortuna, esse suplício de Tântalo de que já vos falei, e que acaba um dia por um ceticismo cruel que nega tudo, porque nasce do vácuo imenso da própria existência.

Aqui o folhetinista já maçado, não teve remédio senão por cobro aos desmandos da sua pena, que, pelo que parece, pretendia fazer-vos um curso completo de filosofia. Porque se falou em ouro, porque se disse que este metal dava inspiração, não era motivo para que ela começasse a escrever dissertações.

Deixe isso para as outras. Estou certo que agora não há de haver poeta nem escritor que não deseja *estar* de *veia* sobre o Turiaçu; e que havemos de ver por aí muito S. Crisóstomo improvisado. Contentem-se pois em ter matéria para o folhetim; e pode anunciar a todos os poetas e escritores do mundo que não se importem mais com estar ou não de *veia*, e que tratem de arranjar o lugar de barbeiro do Turiaçu, que é hoje a melhor fatia de pão de ló que pode haver.

O governo, pela Repartição das Terras, está tratando de estudar as medidas necessárias a tomar, para manter a segurança naquele lugar, e evitar as cenas tumultuárias e os crimes repetidos que apareceram na Califórnia, e que se conseguiu prevenir na Austrália. Daremos conhecimento aos nossos leitores destas medidas, nas quais muito confiamos.

Ainda não temos o regulamento da empresa da rua do Cano, e nem esperanças de o obtermos tão cedo. As ações começaram a baixar: quando elas ficarem ao par, e ninguém as quiser tomar, quando a companhia chegar a dissolver-se, então haverá muito tempo de

estudar-se as condições da abertura de uma rua, que parecem custar mais do que a planta de uma cidade.

Um desses dias os Srs. Ministros do Império e de Estrangeiros, presidente e membros da Junta de Higiene Pública, e o cônsul inglês, visitarão o novo lazareto que se está construindo na ilha de Maricá. A posição do lazareto é magnífica, e o lugar é belo e pitoresco, banhado pelos ventos, e muito abundante d'água. Lembro que há tempos o Sr. Dr. Paula Cândido nos dizia que admirava como uma posição tão agradável e tão amena se conservara tanto tempo inabitada, estando a tão pequena distância da barra.

Pelo paquete do Havre chegou a esta corte o nosso distinto poeta o Sr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, que era há muito tempo esperado. Tendo criado a nossa poesia lírica, enriquecido a nossa literatura dramática, e melhorado esta arte com as suas lições de declamação, o Sr. Magalhães partiu para a sua comissão diplomática, e levou o esboço de um poema épico sobre a fundação do Rio de Janeiro.

Hoje, servindo-nos da bela expressão do Dr. Macedo, o Sr. Magalhães atravessou os mares como Camões com o seu poema debaixo do braço, para vir oferecer à sua pátria esse fruto de seus trabalhos e de suas inspirações.

A ser verdade o que nos dizem, brevemente o ilustre poeta fará a leitura dos *Tamoios* a um círculo de amigos e escolhidos. Se tivermos o prazer de sermos admitidos nesse grêmio literário, daremos conta aos nossos leitores das impressões que nos despertar aquela leitura, pela qual todos estão ansiosos.

Chegou enfim o *Pampero*, que tendo saído de Liverpool foi obrigado a arribar à *Plymouth* por causa de um forte temporal que apanhou. Parece que os irmãos europeus do vento americano quiseram dar uma lição ao naviozinho, que foi tomar um nome tão arrogante.

O tempo não está para graças. Quem pode mais sova o mais fraco: e ainda é bom quando não sucede como aos Russos, que continuam a investir com toda a galhardia, e a levar pancada dos aliados com toda a paciência.

Agora vamos para o teatro ver o *Ernani*, já que a *Semíramis*, a heroína dos tempos antigos, a conquistadora infatigável, deu parte de cansada.

A última vez que fui ao teatro representava-se o *Trovador*. Lembro-me que por sinal veio-me um desejo invencível de fazer versos. Procurei um assunto, e só via matéria para epigramas: fiz de fato alguns, mas não estou agora para escrevê-los.

Afinal no quarto ato, já me tinha esquecido de versos e de poesia, quando a Charton cantou ou antes soluçou aquela exclamação admirável. *Di lei scordarmi!*...

Esta única frase era um poema; ou fiz apenas uns maus versos.

Di lei scordarmi!...
(à Charton)

Solta do lábio inspirado
Esta palavra sublime!
Tanto amor como ela exprime
Nunca mulher o sentiu.
Nunca! Teu lábio mentiu.

Quando a voz n'um grito d'alma
Convulsa te parte o seio,
Hesito!... E eu mesmo creio
Nessa divina mentira
Que o gênio d'arte te inspira!

Mas se contemplo outra imagem
Esquecida n'um momento;
Como pode o pensamento
Conceber tanta paixão
N'um corpo sem coração?

A Charton tinha cantado divinamente; mas nesta terra julgam que a garganta de uma cantora é uma espécie de máquina de vapor, que pode trabalhar sempre sem se fatigar.

O que está sucedendo agora é justamente o que dizíamos há tempos, quando aconselhávamos que se fechasse o teatro. Não quiseram. O Gentili anda sempre rouco; a Charton sente-se fatigada, e não pode cantar duas vezes por semana; e nela isso deve ser acreditado, visto a boa vontade que sempre mostrou para com a empresa.

Enfim a polícia interveio; os diretores perderam a tramontana, e mandaram para os jornais anúncios de transferência por *ordem superior*, como se um inferior pudesse dar ordens. É verdade que no estado de coisas em que está o teatro não há que admirar se isto acontecer.

Antes de deixar-vos preciso participar-vos um fato importante, e é que vou amanhã para Petrópolis. Aposto que torceis o nariz, e perguntais o que tendes com isto, e o que vos importa semelhante coisa.

O que vos importa? Importa-vos mais do que pensais. Esta notícia quer dizer que domingo seguinte, em vez de ser eu quem vos contará os fatos da semana, haveis de ser vós que me referireis tudo ponto por ponto, sem faltar a menor particularidade.

Estais rindo e pensando que isto é brincadeira? Pois afianço-vos que é muito sério. Domingo vos mostrarei. *Bon gré, mal gré*, haveis de me contar tudo o que por cá se houver passado.

Agora, se desejais saber o que vou ver a Petrópolis, eu vos digo: vou procurar um lugar sossegado e tranquilo para entregar-me ao estudo da *nacionalização da língua*, e assim satisfazer o correspondente do *Diário do Rio* de ontem. Não é muito que procure sossego, e destine oito dias para isto, quando o correspondente gastou seis dias para descobrir que *étrenne* significa consoada, e *coupé* se traduz por berlinda, isto é, carruagem de viagem. *Berline* com se traduzirá? O correspondente não o diz.

Quando voltar vos darei conta de meu importante trabalho.
Até a volta.

4 de fevereiro de 1855.

- **B**om dia, meu estimável leitor!
Eis-me de volta de Petrópolis, e pronto a dar-vos conta não só da minha viagem, como da promessa que vos fiz domingo passado.

Deveis estar lembrado do que então vos disse. Tive a imprudência de prometer que *bon gré mal gré* me havíeis de referir tudo quanto se passasse de importante nesta cidade durante a minha curta ausência.

Confesso-vos que só depois de feita aquela desastrada promessa é que avaliei toda a dificuldade da minha posição. Onde estava eu com a cabeça quando fui tomar sem necessidade um compromisso impossível de realizar?

Se eu fosse um homem político, pouco abalo me daria semelhante coisa. Agarrava-me a algum dos casos de força maior, e estava tudo arranjado

Não se tratava porém de programas, nem de promessas ministeriais (que, entre parênteses, valem o mesmo que promessa de casamento); por conseguinte, força era cumprir a minha palavra.

Mas como?...

Dei tratos à imaginação, e tudo foi baldado; por fim já me parecia lobrigar de longe a minha maliciosa leitora a sorrir-se desdenhosamente dos embaraços em que me achava.

Foi a minha salvação. Aquele mau sorriso irritou-me, e veio como um raio de luz esclarecer de repente o meu espírito fatigado.

Tive uma ideia; e que ideia! Era nada menos do que isto, estava com o meu leitor *literalmente* fechado nas páginas da minha carteira da viagem.

– Não se espante, meu caro senhor! Bem vejo que aqui é necessária uma explicação formal. Deseja naturalmente saber como é que o tinha fechado nas páginas do meu *memorandum*?

Vou satisfazê-lo. Queira ter a bondade de atender-me um momento.

Como já lhe disse, tive de repente uma ideia. Ora, o primeiro lampejo desta ideia foi uma pergunta que insensivelmente fiz a mim mesmo:

– O que é o meu leitor?

Tratava-se de um compromisso grave, e portanto era necessário antes de tudo conhecer o indivíduo com quem lidava. Nunca me tinha lembrado de fazer este curioso estudo que me vi obrigado a tentar naquela ocasião.

Infelizmente porém Buffon e todos os naturalistas que eu conheço esqueceram-se de classificar esta espécie de bípede implume, que até hoje ainda não é bem conhecida.

Onde pois iria eu encontrar o meu leitor para estudá-lo convenientemente? Como poderia achar essa personalidade coletiva e monstruosa, que aplaude, ri, critica e louva ao mesmo tempo, que ora está de bom humor, e muitas vezes não há quem a suporte?

Seria mesmo possível conhecer exatamente este gigante informe que tem cem olhos como Argos, cem braços como Briareu, cem bocas como a fama, que sofre todas as metamorfoses imagináveis, que às vezes lê com os olhos lânguidos e requebrados de uma bela mulher, e outras com os olhos de tartaruga de um velho tabaquista?

Só havia um meio de sair desta dificuldade, e era deixar-me de formalidades, e criar eu mesmo o meu leitor tal qual ele é.

Tomei portanto a minha carteira e o meu lápis, e tratei de recomençar a obra de Pigmalião.

Para criar o meu leitor precisava em primeiro lugar de mim mesmo, que sou o primeiro que tenho a honra de ler aquilo que escrevo.

Em segundo lugar carecia:

De um compositor,

De um revisor,

De um redator.

São as três pessoas que, depois de mim, passam primeiro pelos olhos (e sabe Deus com que má vontade) as tiras de papel que vão para a tipografia.

Em terceiro lugar era-me preciso:

Um assinante,

Um filante,

Um frequentador de café.

Estes indivíduos simbolizam o preço diverso que custa ao meu respeitável leitor a sua leitura do domingo.

Tinha também necessidade urgente:

De um homem e uma mulher,

De um velho e um moço,

De um rico e um pobre.

Finalmente, para completar esse todo heterogêneo ainda me faltava o seguinte:

Um amigo,

Um curioso,

Um terço de um político,

Metade de um literato,

Duas doses de um crítico,

Um estudante,

Um vadio,

Uma velha beata,

Três quartos de um negociante,

Um dízimo de poeta,

Uma mocinha bonita,

Uma niilidade de um sábio,

Um nacionalizador de línguas.

Com estes elementos, e sem que fosse preciso fazer um furto como Pigmalião, estava criado o meu leitor. Só restava fazê-lo falar.

Escrevi duas ou três cartas, meti no bolso o meu *álbum*, e tratei da minha viagem, que já estava demorada de um dia.

– Vê pois o senhor que tinha toda a razão quando lhe disse que estava com o meu leitor *literalmente* fechado nas páginas da minha carteira.

Agora, se me quer ouvir, vou contar-lhe a minha viagem. A seu tempo verá como o meu amável leitor foi além dos meus desejos,

e referiu-me ponto por ponto tudo quanto se passou de interessante nesta corte durante a semana que findou.

Éramos dois companheiros de viagem, dois colegas, dois amigos. *Una ave sola*, dizem os espanhóis, *ni canta ni llora*.

Cada um levava o seu livro para distrair as horas de tédio durante a viagem. O meu era um romancezito de Méry intitulado *L'ame transmise*. Meu companheiro escolhera: *Viagens à minha terra*, de Garrett.

Quanto a mim, não passei do título. Também que título! A transmigração da alma! Um enxame de ideias e de pensamentos me assaltara ao ler esta única palavra, que lembra a poética crença do Oriente.

Quem sabe se com efeito não há alguma coisa de verdadeiro nesta tradição? Quem sabe se não é exata aquela lenda da Bretanha, que vê nas estrelas as almas puras das virgens mortas na flor da idade?

Se isto fosse verdade, não duvidaria crer que as moças loureiras revivem nas borboletas, e as viuvinhas *coquettes* nessas noturnas que procuram a luz para morrerem abrasadas.

Assim como não se me daria de apostar que as almas dos maçantes deste mundo se tinham transmigrado para o corpo dos mosquitos de Petrópolis, a fim de continuarem a sua missão de nos azoarem os ouvidos.

Não era porém para isso que ia a Petrópolis, e sim para estudar a fundo a *nacionalização da nossa língua*.

Lembrei-me que o meu mestre me mandava que consultasse entre outros o Garrett, e por conseguinte entreguei-me todo à leitura das *Viagens à minha terra*.

Que salutar conselho! Bastou-me ler o primeiro volume para conhecer que o correspondente do *Diário do Rio* tinha toda a razão. Garrett forneceu-me alguns exemplos de nacionalização da língua, que não posso deixar de apresentar aos meus leitores.

Toillete, boulevard, carroça d'ancien regime, nojento caravan-seray, demi-jour da coquete, canvassing de umas eleições, láudano, caleche, briska, rua *fashionable*, etc., tudo isso são termos de que se

serviu Garrett, e que eu, obediente às lições do meu mestre, empregarei daqui em diante, sempre com o fim de nacionalizar a língua portuguesa.

“Não posso contudo, ao acabar estas reflexões, deixar de mencionar uma balda que têm certos críticos menos experientes, isto é, quando criticam para o público citarem muito autores, para também darem a entender que são lidos em muitos clássicos; mas é essa balda que muitas vezes os deita a perder, porque frequentemente citam autores que nunca leram”.

Desculpe-me o correspondente se parodiou as próprias palavras do seu artigo. Mas onde poderia eu achar um modelo de mais belo estilo e de melhor cunha de linguagem do que naquele trecho admirável?

Esquecia-me dizer-lhe que, se já traduziu *berline* me fará especial obséquio em transmitir-me a significação. Assim como peço-lhe, a bem da nacionalização da língua, que me ensine a maneira de traduzir e nacionalizar as palavras: *coquette, desapointement, nuance, grisette, badaud, iluminures, etc.*

Garrett não o conseguiu, porque usa de muitas destas palavras; mas eu confio muito mais no classicismo do meu mestre.

Quanto à expressão que o senhor inquiriu-me de fazer um *gyro*, tomo a liberdade de enviá-lo ao autor de *Adozinda*, para que lhe responda se é português *brochura*, retrato *esquissado* a pressa, iluminuras, livração, etc. Louvo-me inteiramente nele a respeito deste negócio.

– Perdão, meu leitor! Achais que esta questão da nacionalização da língua é extremamente maçante? Tendes toda a razão. Passemos adiante.

Não vos contarei de Petrópolis, porque o tempo não me chegaria se vos quisesse dizer tudo quanto se goza naquela deliciosa miniatura de um *bourg* suíço.

Tinha algumas observações a fazer sobre a maneira por que se pratica o serviço da companhia de Mauá; mas a culpa da tardança e demora que sofremos, recai em grande parte sobre os contratadores do calçamento da serra. Logo que este trabalho esteja concluído, a companhia pretende melhorar o serviço a ponto de fazer a viagem da ida em três horas, e da volta em duas horas e meia.

É preciso, além disto, considerar que aquela companhia foi um primeiro ensaio, uma tentativa que ainda está em começo: e que por conseguinte nós somos muito exigentes quando queremos que tudo corresponda aos nossos desejos. Comparemos o que temos hoje com o que havia há um ano, e veremos que não há muita razão de queixa.

Por falar na companhia de Mauá, vem a propósito dizer-vos que os trabalhos do Juazeiro continuam com bom êxito, e que os estudos preparatórios da estrada de ferro que se projeta em São Paulo estão inteiramente concluídos.

Aqui termina a narração da minha viagem. *Esto brevis et placet*, diz Horácio. Nunca reconheço tanto o acerto deste preceito, como quando estou atacado, não de preguiça que é coisa que nunca sinto, mas de pouca disposição para trabalhar.

Eram dez horas quando desembarquei nesta heroica cidade. O primeiro conhecido que tive a honra de encontrar era um verdadeiro *dilettante*. Trocamos um afetuoso aperto de mão.

– Então chega de Petrópolis?

– Neste instante.

– Não sabe portanto o que tem havido por cá?

– Não: alguma novidade?

– Uma coisa nunca vista: desta maneira não podemos ter teatro lírico.

– Como assim?

– Eu lhe conto.

O meu leitor começava a falar por uma de suas cem bocas, pela boca do *dilettante*.

– Lembra-se do que tem havido entre a Charton e a diretoria?

– Pouco mais ou menos.

– Pois em virtude disto preparava-se uma pateada à Charton na primeira noite que cantasse a *Semíramis*.

– Que desacato! Pateram uma rainha como *Semíramis*!

– Que quer, meu caro? A verdadeira soberania é a do público. A Charton merecia a pateada; mas o chefe de polícia mandou encher o salão do teatro de policiais com ordem de prender a quem desse o menor sinal de desaprovação.

– Ah! Pelo que vejo o chefe da polícia deseja que se apure entre nós o bom gosto musical; nisto dá prova de grande *dilettante*.

– Está tomando o negócio em caçoada?...

– Nada, acho que a questão é grave! A majestade ia ser insultada na pessoa da rainha da Babilônia, e o Sr. chefe de polícia fez o seu dever defendendo-a.

– Não quer acreditar? Ainda não lhe disse tudo. Na véspera alguns moços desta cidade foram chamados à polícia e repreendidos severamente: proibiu-se mesmo a sua entrada no teatro. Ora, que lei deu ao chefe de polícia o direito de repreender? Se aqueles moços eram criminosos, deviam ser processados.

– Naturalmente isto foi pela regra do quem pode o mais, pode o menos: quem pode prender pode ralar.

– O caso é que agora não se pode ir ao teatro. Cada porteiro, cada empregado subalterno, flanqueado de dois policiais, é um rei pequeno.

– Sinal de que estamos no reinado da igualdade e fraternidade!

– É verdade! Nunca brincando disse o senhor uma coisa mais verdadeira. A fraternidade é tal, que aqueles homens de que lhe falei pedem o bilhete a gritar como se dessem ordens, e dirigem-se a qualquer pessoa decente por *meu caro senhor!*

– Já vê pois que não há razão de queixa. Deixe a polícia marchar no seu caminho. Tudo vai bem. Ela já se incumbiu do asseio público, marcou agora as ocasiões em que devemos gostar ou não gostar de uma cantora; daqui a pouco determinará as horas em que cumpre almoçar ou jantar; e proibirá as ceias por indigestas e pouco econômicas. Abençoada instituição, que por um sentimento filantrópico procura evitar-nos todos os incômodos da vida!

– Larguei o meu *dilettante*, e daí a dois passos esbarrei com um turiaçu.

Bravo! Como estou adiantado na nacionalização da língua! Descobri um termo *brasileiro* para substituir o de Creso, de Monte-Cristo, de nababo e de Rotschild.

Conversamos a respeito de comércio, de companhias e do estado da praça. Não havia nada de novo. O espírito da empresa continua a desenvolver-se. A reunião das duas companhias de Jerumirim e Niterói prometia melhorar a nossa navegação costeira.

Era tempo de descansar; tomei caminho de casa. Diante de mim caminhava um estudante macambúzio e cabisbaixo, como se estivesse entrado na aula em dia de sabatina.

Apenas me cortejou, tal era a preocupação em que estava. Mas puxei por ele, e afinal contou-me, quase com as lágrimas nos olhos, a nova *degolação dos inocentes* que tivera lugar no colégio de Pedro II.

– Tudo tem sofrido com esta calamidade, disse-me ele em tom de choramingas. O estado não percebe o dinheiro das matrículas; os alfaiates perderão a pechincha do novo enxoval que mamãe nos tinha prometido; papai ficou zangado e declarou-se oposicionista. Não houve banquete nem *soirée*, e por conseguinte os convidados ficarão logrados. Enfim, os lentes da academia de medicina estão ameaçados de uma redução nos ordenados.

Com efeito, quem pensaria que duas favas pretas representariam algum dia um papel tão importante nos destinos de nossa terra?

Enfim na porta de casa encontrei um poeta

– Oh! Andava mesmo com desejo de vê-lo!

– Aqui me tem as suas ordens.

– Li a sua poesia.

– Ah!...

– Gostei: estava bonita.

– Obrigado.

– Mas...

Já esperava esta palavra; não há elogio em boca de poeta que não tenha seu *mas*, seu *porém*, seu *entretanto*.

– Mas, para falar-lhe francamente, não achei boa uma coisa.

– O que?

– O senhor disse - *solta do lábio inspirado*. Ora, ninguém canta com um lábio só.

– É verdade!...

– Depois, aquilo de *mentira divina* é uma contradição.

– Escapou-me!

– Outra coisa: *corpo sem coração*.

– Nada; quando a isto sustento; se quer eu lh'o mostrarei.

– Quando?

– Amanhã. Não vai ver *Gli Arabi nelle Gallie*?

– Vou; e por falar nisto, tenho ouvido os últimos ensaios, e pelo que pude julgar creio que a música agradará.

– Estimo muito.

– Adeus.

– Até amanhã.

Enfim o meu leitor acabou de descrever-me a semana pelas cartas que recebi ao chegar, pela palestra dos meus amigos, pelas novidades que me contaram, e por muita conversa de moças que ouvi por aí algures a respeito da insipidez do tempo.

Disseram-me que hoje se vai tornar a abrir o *foyer* do teatro de S. Pedro de Alcântara, o que é uma medida muito útil para o público, especialmente no verão.

Soube que tinham tido umas noites soberbas de luar; mas que poucos divertimentos houvera, à exceção do Teatro Lírico, da estreia do anão em S. Pedro, e do Passeio Público, onde se vai de vez em quando tomar um pouco de *fresco e re-fresco*.

Passando os olhos pelos jornais vi a excelente reforma do Conservatório de Música, realizada pelo Sr. Pedreira, e os merecidos elogios feitos às providências que tomou o Sr. Ministro da Justiça a respeito dos passaportes e títulos de residência dos estrangeiros e sobre o transporte de escravos de umas para outras províncias.

Uma das cartas que recebi era de um literato meu amigo, e rezava nestes termos:

“Al.

“O movimento literário desta cidade apresenta um fenómeno curioso.

“Enquanto a Revista Bibliográfica do Diário apeia o livro sobre a Turquia de Lamartine das honras da história, o Ensaio Corográfico do Brasil é elevado à altura de uma obra importante de geografia.

“Console-se meu amigo. O mundo literário perdeu um historiador, mas o Brasil ganhou um geógrafo da polpa de I. Malte-Brum e Mac-Cullog.

“T.C., 1º de fevereiro de 1855.

“Teu, etc. M.”

A outra carta continha uma obra publicada ultimamente pelo Sr. Costa Lima, diretor e engenheiro do 2º distrito das obras

municipais. É uma compilação da nossa legislação sobre terrenos de marinha, trabalho muito útil e muito necessário.

No estudo em que se acha o corpo de nossas leis, essas compilações pareciam e são de alguma importância, não só porque facilitou e metodiza o estudo, como muitas vezes evitam a avultada despesa do custo de uma coleção completa da nossa legislação.

E agora o que dirá o meu leitor? Cumpri ou não a minha promessa?

11 de fevereiro de 1855.

O Botafogo é de todos os arredores do Rio de Janeiro o sítio em que a natureza mais caprichou. Tudo aí é suave e harmonioso. Tudo respira essa graça mimosa e faceira, que é como o perfume da beleza.

Dir-se-ia que a natureza garrida da nossa terra, depois de criar a soberba e majestosa baía do Rio de Janeiro, tendo imprimido tanta gravidade, tanta elevação, tanta grandeza naquelas montanhas de granito, veio, como uma moça casquilha ao sair do baile, esconder-se neste cantinho do mundo, neste delicioso retiro, e aí cismou e sorriu.

Como o olhar brinca alegremente com essas vagas azuis que estremecem e palpitam aos beijos tépidos das auras da tarde? Como os olhos se repousam tão docemente no pendor suave dessas colinas verdes; e rastreiam a curva graciosa da terra, que parece arquear-se lascivamente para estreitar no seu seio o mar que suspira e adormece no seu regaço?

Às vezes lá aponta ao longe entre as sombras do crepúsculo uma velinha branca que resvala na flor das águas, como a asa de um pássaro aquático. Outras vezes é a barquinha de vapor que corta as ondas, e agita um momento esse pequeno lago sempre calmo e tranquilo.

Quando se segue pela praia de Botafogo, admirando todos esses esmeros da natureza, que humilham o gênio do homem, vê-se da outra banda a elegante fachada de um belo e vasto edifício, que se desenha no fundo deste quadro magnífico.

É o hospício de Pedro II.

Todos sabem a história deste edifício, que é ao mesmo tempo um episódio brilhante da vida de um homem e uma grande página do reinado de um monarca, um monumento de atividade e de virtude.

Esta história já foi escrita. Não há muito tempo uma das nossas penas mais ilustradas traçou, com toda maestria, no discurso anual do *Instituto Histórico*, o esboço deste poema de abnegação, de esforço e de vontade. Tanto é verdade que a história tem sempre uma poesia sublime para os homens que sabem compreendê-la como o Sr. Porto-Alegre.

Depois desta solene comemoração, quem se animaria a esquecer ainda este fato? Demais hoje todos o sabem, como há pouco dissemos: basta olhar-se este edifício, para ler-lhe nas pedras, nas muralhas, como em um livro aberto, a narração simbólica de sua criação, e o nome do seu fundador.

Hoje no túmulo que se abriu e se fechou sobre este homem, sepultaram-se com o seu corpo todos os ódios, todas as paixões do mundo. Se cometeu alguns erros, se alguma falta houve na sua vida, a posteridade o julgará. Deixemos pois ao futuro a sentença da história, e não manchemos com rancores mesquinhos as belas recordações de sua vida.

Em face deste monumento criado por ele, tudo esquece; tudo, suas glórias políticas, seus erros se os teve. O seu nome despe-se de todos os títulos, de todas as honras. Quando contemplais este edifício, conheceis a verdade do belo pensamento do Sr. Porto-Alegre: O soldado da Península, o herói da independência, o senador do império, o ministro ativo, desaparecem para deixar ver unicamente o Provedor da Santa Casa da Misericórdia.

Tudo isto eram reflexões que me acudiam anteontem ao espírito, quando por volta de seis horas e meia entrava no Hospício de Pedro II, onde se esperava a visita de Sua Majestade, que, acompanhado dos Srs. Ministros da Fazenda, do Império e da Guerra, e dos seus semanários, tinha ido primeiramente examinar na fortaleza de S. João o lugar onde se deve estabelecer a nova escola militar prática.

O Imperador chegou por volta das sete horas, e dirigiu-se à capela de S. Pedro de Alcântara, a mais bela obra deste gênero que há no Rio de Janeiro.

O que sobretudo encanta neste pequeno templo é uma excessiva simplicidade, uma singeleza graciosa que se casa perfeitamente com o gosto e o estilo da arquitetura.

Aquela alvura diáfana que parece sorrir-se com a gente, aquelas linhas puras e harmoniosas que se curvam tão docemente, aqueles contornos brandos e suaves, calam na alma toda a poesia, todos os eflúvios da religião.

Compreendendo-se que nesta capela até os próprios alienados, que costumam ouvir missa, se compenentrem do poder de Deus, e se portem, como nos informaram, com todo o recolhimento e toda a decência.

Saindo da capela, Sua Majestade percorreu grande parte do edifício, e examinou o plano de uma casa para lavagem de roupa, com a qual se esperam tirar muitas vantagens do serviço das alienadas.

O estabelecimento está no melhor estado possível, e é mantido com toda a ordem e regularidade. Em qualquer dia que se visite o edifício vê-se o mesmo asseio, a mesma limpeza, levada a um ponto que nos parecia quase impossível num estabelecimento deste gênero.

Aí tudo brilha, tudo respira essa louçania e essa nitidez que encanta os olhos: até como que se sente um perfume de asseio.

O diretor teve a excelente ideia de mandar envernizar o soalho, o que conserva-o sempre limpo e evita as contínuas lavagens, cuja umidade é prejudicial à saúde dos alienados.

As enfermarias são vastas e arejadas, e as células dos pensionistas estão bem mobiliadas. Tanto na roupa de cama, como no vestuário dos alienados se revela o mesmo espírito de ordem, o mesmo asseio escrupuloso que se nota em todo o estabelecimento.

Mas é especialmente na cozinha, na despensa e na rouparia, que se podem bem apreciar a que apuro chegou o zelo das pessoas que se acham incumbidas deste trabalho. A rouparia está sempre provida de fazendas e roupas feitas para os alienados.

Há uma mesa redonda numa soberba varanda, onde comem os pensionistas, e à qual são também admitidos alguns pobres, em atenção à posição social que ocupavam. Disse-nos o diretor que se portam muito bem na mesa, e comem de garfo e faca sem que até hoje tenha havido nenhum acidente desagradável.

O trabalho dos alienados por ora consiste numa oficina de 8 alfaiates, e noutra de 70 costureiras; alguns servem nas obras do

edifício, as mulheres lavam ou engomam, ou fazem renda; e muitos homens se ocupam em jardinagem.

Este último gênero de trabalho, junto aos passeios que dão os alienados de manhã e de tarde concorrem muito para a sua cura, como está hoje provado geralmente nos hospitais europeus.

O jardim é grande e bem cultivado; mas enquanto não se impedir que os passantes falem e conversem com os alienados, não é possível consentir que nele passeiem alguns mais inquietos. O diretor espera esta medida e a conclusão das obras, para dar maior desenvolvimento ao trabalho dos reclusos.

Há ainda muitas outras coisas de primeira necessidade, umas que já estão em projeto, e outras nas quais seria conveniente ir cuidando desde já.

Assim, é essencial que a Santa Casa trate quanto antes de construir no seu hospital de Santa Luzia uma enfermaria especial para os alienados incuráveis que são remetidos para o hospício, e que só servem de desacreditar o estabelecimento.

Vi, por exemplo, uma mulher de noventa anos, uma menina *cretina*, e muitos paráliticos que estão ali unicamente esperando o momento de germinar aquela vegetação inerte em que vivem sem esperança de melhoras. Isto é muito prejudicial, porque até dificulta a cura dos outros enfermos.

A necessidade do gás já foi compreendida pelo atual provedor o Sr. Marquês de Paraná, que se ocupa eficazmente em realizar este melhoramento o mais breve possível.

Nota-se neste edifício uma falta, que parece peculiar ao nosso país, e da qual se ressentem todos os edifícios públicos: é um perfeito sistema de limpeza fecal. A penitenciária da corte luta com esta mesma dificuldade; e só agora temos esperanças de poder de alguma maneira vencê-la.

O Sr. Marquês de Paraná ocupa-se também deste objeto, e incumbiu ao engenheiro o Sr. Rivière de fazer um trabalho a este respeito. Portanto esperemos da sua solicitude não só este, como um outro melhoramento, que é de extrema necessidade. Refiro-me a um cais e um gradil exterior que feche toda a fachada do edifício; medida esta útil não só para aformoseamento da casa, como para boa disciplina dos reclusos.

O Hospício de Pedro II inaugurou-se a 9 de dezembro de 1852; e já tem perto de trezentos alienados. O tempo ainda não é suficiente para se começarem a colher todas as vantagens que dele devem provir para a cura da alienação mental; entretanto já se pode prever toda a sua utilidade futura.

O médico-diretor do estabelecimento é o Dr. Barbosa, nomeado dois meses depois da abertura. Os seus esforços e o seu zelo são por todos conhecidos. É pena porém que os serviços de tão hábil empregado sejam remunerados com um tão mesquinho ordenado, como é o de um conto e duzentos mil réis anuais.

A consequência disto é, que não podendo abandonar a sua clínica civil, não tem o tempo necessário para a direção de uma casa desta ordem. Se não é possível por enquanto assegurar-lhe um honorário que lhe permita entregar-se exclusivamente ao seu emprego, ao menos pede a justiça que se lhe conceda uma gratificação em remuneração aos seus bons serviços.

La acabar com o Hospício de Pedro II; mas como é possível falar numa casa onde se padece sem admirar esses anjos da abnegação que por toda a parte acompanham o sofrimento como um culto, como uma religião, essas filhas de Deus, que se chamam as *Irmãs das Caridade*?

Sua vida é a virtude; sua pátria o mundo. Em qualquer canto da terra, onde o padecimento careça de um alívio e a dor de um consolo, elas irão ter através dos mares, arrostando todos os perigos, como atualmente sucede na Crimeia.

Sempre alegres, sempre calmas, o seu plácido sorriso deve ser uma bem doce esperança, e as suas palavras um bálsamo suave para essas almas enfermas.

Elas sabem o mistério de todas as dores; conhecem os refolhos mais profundos do coração, e advinham muitas vezes o pensamento cruel, ou a recordação amarga que rói surdamente a nossa vida.

E que vasto campo não tem elas nesta casa, que um médico filósofo chamou a mais perfeita miniatura do mundo? Aí a inteligência humana desce até o idiotismo, ou eleva-se até a exaltação, até o delírio; e as paixões ora prostram o homem numa atonia estúpida, ora atingem a última expressão do desespero.

O amor, a glória, a ambição, a avareza, a poesia, a religião, tudo aí tem o seu tipo: até me lembro de um alienado que, na ocasião da

visita de Sua Majestade, assassinava numa rabeca, com um entusiasmo verdadeiramente artístico, o hino imperial.

Quando Paganini sentiu gemer nas cordas de sua rabeca a alma transmigrada de uma mulher seria menos louco do que este pobre mentecapto que nos esturgia os ouvidos? Quem sabe se naquele pensamento enfermo não dorme em embrião um gênio desconhecido?

É verdade que com isso pouco perdemos. Não temos por aí tantos gênios musicais, que foram injustamente esquecidos na reforma do Conservatório de Música, realizado pelo Sr. Ministro do Império?

Escolheu-se o que havia de mais notável nas diversas especialidades: atendeu-se unicamente ao merecimento; mas como não foi possível contentar a todos, como alguns não foram contemplados, tratou-se de censurar a reforma.

Não se lembram esses que assim procedem quanto prejudicam o futuro de sua classe, e por conseguinte os seus próprios interesses. Enquanto a música não se desenvolver entre nós, enquanto não tivermos um conservatório bem montado, seremos obrigados a pedir artistas à Europa, e então, como agora, se renovará essa queixa constante de preferência que no nosso país se dá aos estrangeiros.

Por que existe esta preferência? É pela mesma razão porque a vossa casaca é de pano francês, a vossa calça de linho inglês, e não de algodão de Minas. É porque bebei chá da Índia e não de São Paulo: e por muitas outras razões que sabeis tão bem como eu.

Trabalhemos pois; esforcemo-nos por nos tornarmos melhores do que somos, para que um dia não precisemos de mestres estrangeiros, e para que nos possamos desvanecer dos nossos próprios artistas.

Desta vez, minhas leitoras, não tendes de que vos queixar. Tirando algumas coisas sérias, falei-vos quase todo o tempo de música e de loucos, isto é, das duas coisas de que mais gostais.

É verdade que para verdes loucos não precisais ir ao Hospício de Pedro II. Todos os dias, a todas as horas, não vedes a vossos pés um sem-número deles, tão loucos, tão loucos de amor?

É que este mundo é um grande hospital, no qual vós sois as *Irmãs da Caridade*.

Estou arrependido depois que escrevi este último pensamento, que não presta para nada; mas enfim como está escrito, não tenho ânimo de riscá-lo. Vou emendar a mão falando-vos da representação dos *Árabes* no Teatro Lírico.

Mas agora é a pena que se revolta, advertindo-me que isto não me compete. Eu, que tenho sempre todo respeito e deferência para com as senhoras, não pude deixar de fazer-lhe a vontade.

Entretanto, aqui entre nós, vou dizer-vos o segredo daquela repugnância disfarçada de minha pena a respeito do teatro. Como ela sabe que eu não havia de estar pelo que ela quisesse dizer, tomou o prudente partido de recolher-se ao silêncio.

As mulheres! As mulheres! Nada! Vou ver se posso de agora em diante escrever à lápis.

No fim das contas porém, não perdeis nada pelo que toca aos *Árabes*. Amanhã ou depois tereis uma bela compensação, quando lerdes a revista dos teatros.

Ai!... Sem modéstia: ia-me esquecendo de dar-vos uma notícia da mais alta importância para a nossa literatura, e especialmente para o jornalismo do mundo: é uma ideia pela qual reclamo um *brevet d'invention*.

Não comeceis já a pensar que é alguma sociedade em comanda para explorar sobre manuscritos velhos, nem algum privilégio para escrever artigos de fundo sem *fundo*. Não: é coisa muito mais sublime.

Enfim, para encurtar razões, é nada menos do que isto: pretendo domingo apresentar-vos o *Correr da Pena* em verso. Não sei ainda que qualidade de verso há de ser; mas se vos contentásseis com o verso branco, eu dar-me-ia por mais feliz do que pensais.

Ora, agora que sabeis da minha ideia, confessai que é alguma coisa, e que sobretudo é original. De todos os jornais de que tenho notícia, ainda nenhum se lembrou de semelhante coisa. Estava reservada mais esta inovação ao *Correio Mercantil*, que inventou ou introduziu a crônica semanária, os fatos diversos, o mosaico, as revistas do foro e outras coisas mais de que não me lembro. Nós inventamos, os outros aperfeiçoam ou caricaturam: são as três fases do progresso humano.

Até domingo. Podeis contar com o *Correr da Pena* em verso. Sabeis como costume cumprir a minha palavra.

18 de fevereiro de 1855.

UM PIERRÔ.

Estamos no carnaval, e por isso não vinha muito fora de propósito apresentar a minha revista mascarada e de modo que nem um dos meus leitores pudesse conhecê-la. Para isto, o meio mais simples era deixá-la no tinteiro, isto é, vesti-la de *dominó preto*.

Tive a princípio esta excelente ideia; porém a promessa que fiz domingo passado impediu-me de realizar uma tão bela e tão cômoda lembrança.

Não quero que me digam que me aproveito de um subterfúgio para deixar de cumprir a minha palavra: Nada! Embora sacrifique uma boa inspiração, o meu leitor há de ter hoje o seu *Correr da Pena* em verso.

Não se impaciente portanto. Temos tempo de sobra; podemos conversar largamente sobre o carnaval, sobre máscaras, sobre bailes, e tudo o mais que nos aprouver.

Já que não posso vestir o meu folhetim de *dominó preto*, como tinha tantos desejos, permitam-me ao menos que lhe dê o gracioso *costume* de um travesso *pierrô*.

O mundo é um grande baile mascarado. Em vez de *débardeurs*, de *titis*, de *bayardères* e de *majos*, os homens se disfarçam em políticos, negociantes, médicos ou escritores.

A amizade, o amor, a religião e a virtude servem-lhes de máscara como o cetim. Intrigam-se durante todo o baile da vida, e só deixam o disfarce quando chega a última hora, a hora do sono e do repouso da existência.

Isso é um pensamento muito antigo; e nem cuide o nosso colega do *Jornal do Comércio* que reclamamos por ele algum *brevet de invention*.

Deus nos livre! O nosso colega não pode sofrer o monopólio, o exclusivismo! Há muito tempo que sabíamos disto. Não vimos com que generosidade, com que filantropia, ele contratou a publicação dos atos do governo, somente com a condição de não ser dada aos outros jornais a parte oficial?

Ainda outra prova. Quando começamos a nossa revista judiciária, entendemos que seria muito útil tratarmos de algumas questões do contencioso administrativo, e publicarmos as ordens do tribunal do tesouro, que solvessem dúvidas suscitadas na execução das nossas leis.

Extravagante ideia! Podia ser dado a nós, simples escritor, profanar aquele santuário venerando, que se chama a Secretaria da Fazenda, e lançar os olhos sobre aquelas decisões que se guardam e se registam como um arcano da ciência?

Que nos importava a nós que o Regulamento da Alfândega fosse interpretado desta ou daquela maneira; que as ordens do tesouro decidissem algumas vezes de encontro à lei; que cada ministro novo impusesse uma nova doutrina, desprezando a prática anterior?

O mundo nasceu do caos. Esperemos pois que da repartição da fazenda saia alguma coisa que se pareça com uma repartição pública, e para isto basta querê-lo o respectivo ministro, a quem sobram energia e inteligência. Por ora o caos ainda não está perfeito, e a confusão ainda não atingiu ao seu último apuro. Quando começarão os sete dias ou os seis anos da criação?

Talvez o colega do *Jornal do Comércio* o saiba, ele, que mais feliz do que nós, e sempre pelo ódio que tem ao monopólio, conseguiu penetrar neste labirinto que nos foi vedado. É verdade que nós não tínhamos como ele o fio de Ariadne para nos guiar, e vencer o minotauro.

Seja por esta, ou por qualquer outra razão, o que é certo é que o nosso colega nos anunciou que publicaria e discutiria as decisões de todos os tribunais superiores, compreendendo o Tesouro e até o Conselho de Estado, este outro arcano impenetrável, cujas consultas não se devem de maneira alguma profanar à exceção das que pertencem à seção do império, e da justiça às vezes.

Sabemos que estas consultas encerram importantes trabalhos dos nossos estadistas; mas por isso mesmo convém deixar que sejam roídas pelas traças para assim adquirirem aquele cunho de vetustidade que tanto valor dá aos manuscritos antigos quando chegam ao ponto de se tornarem ilegíveis.

Talvez que o meu leitor esteja um tanto admirado das alturas por onde passeamos hoje. Se assim é, não tem razão.

Estamos no carnaval; e a sociedade, como já lhe disse, é um grande baile mascarado; portanto o meu *pierrô*, que comprou o seu bilhete de entrada no mundo, tem direito a girar por todo o salão e a intrigar a quem bem lhe parecer.

Continuemos pois o nosso passeio, e acompanhemos o *pierrô*, que entra em outro camarote, ainda da ordem nobre. Este camarote chama-se *Repartição dos negócios estrangeiros*. Se eu estivesse com veia para calemburizar, aproveitava esta palavra de *negócios estrangeiros*; mas isto me levaria muito longe, e me obrigaria a contar histórias velhas, coisas que eu aborreço.

Junto deste camarote, está o do *Ministério da Marinha*: de maneira que o meu *pierrô*, perguntando à direita e à esquerda, quis por força saber o que havia a respeito de guerra do Paraguai, e que notícias tínhamos da nossa expedição. Não consegui pilhar coisa alguma; e retirou-se cantarolando entre dentes a ária tão conhecida da *Cenerentola*:

Um secreto d'importanza
Um arcano interessante, etc.

Dando uma volta, o meu *pierrô* encontrou uma *bayadère* perfeitamente disfarçada; conheceu-a imediatamente. Era uma mocinha chamada, a *Reforma das secretarias*, menina *coquette* e caprichosa como nunca houve neste mundo.

— Oh! Estimo muito encontrá-la! Disse o meu *pierrô* tomando-lhe o braço.

— Pois tu me conheces *pierrô*?

— Perfeitamente, minha gentil *bayadère*: e para prova tu vais dizer-me quando é que deixarás de enganar a toda esta súcia de amantes que esperam por ti, e a quem andas constantemente a fazer negaças.

– Tu és um pretendente, pierrô! Disse a *bayadère*, fitando os olhos no máscara.

– Enganas-te, minha bela máscara: não espero nada de ti.

– Pois olha, não tens razão; muita gente boa suspira por mim.

– Sei disso! E também sei que hão de suspirar ainda muito tempo.

– O que é bom custa, retrucou ela com um sorriso.

– Ah! Minha *bayadère*, tu te pareces muito com uma moça que eu conheço; mas olha, o tempo corre, chega a velhice, e daqui a alguns anos nem ao menos terás o consolo das *reformas de secos e molhados*, que são sempre *novas*.

O pierrô não esperou a resposta, e fugiu pelo salão. Pouco adiante esbarrou com a polícia disfarçada de *Madame de Maintenon*.

– V. Ex. faz obséquio?

– Que temos?

– Desejava saber se posso achar má a execução dos *Árabes*?

– Não, senhor.

– Mas os entendidos assim o dizem.

– Deixe-os falar.

– A casa tem sempre estado vazia...

– Não é razão: o bom gosto não é uma coisa comum.

– A própria diretoria não confia muito nesta ópera, tanto que a tem sustentado com o *Trovador*.

– Está bom; consinto que ache sofrível.

– Mas....

– Tenho dito.

O pierrô lembrou-se da *bastilha*, e vendo a polícia à *Madame de Maintenon*, recebeu que não tivéssemos voltado àqueles antigos tempos. Cortejou profundamente, e foi recitar ao ouvido de uma *la Valière* que passava um epigrama que tinha ouvido, não sei onde.

Por que requebras os olhos
A quem te fita um momento?
Será por que o menor sopro
Faz girar um cata-vento?

Escuta toma um conselho
Não faças tantos trejeitos;

Olha menos para os outros
E mais para teus defeitos.

Enfim, cansado, fatigado do seu longo passeio, o meu *pierrô* sentou-se no meio de um círculo de máscaras, e começou a recitar-lhes uma multidão de máximas do carnaval, que tinha lido aqui e ali n'algum livro francês.

Aí vão algumas de que nos lembramos, e que de certo escaparam ao *Mosaico*:

#

O homem é um charuto aceso pelo amor, e que a mulher faz *fumar*.

#

A ciência é o bico de gás da humanidade.

#

A vida é uma flor que vegeta tanto em casa do rico como em casa do pobre. O primeiro rega-a com champagne, o segundo com lágrimas.

#

A modéstia é a folha de parreira do talento.

#

O remorso da consciência é o resultado de uma indigestão moral.

#

Viver de ilusões, é condenar o espírito à dieta.

#

A fealdade no rosto de uma mulher é uma apólice de seguro contra o incêndio.

#

O pudor e a castidade são as cortinas da alma.

#

O coração é a alcova do sentimento.

#

Uma conta é uma história narrada em cifras.

#

A glória e a esperança são as cadeiras de balanço do espírito.

#

As moedas de vinte mil réis são as limonadas, que refrescam os que tem a sede de ouro.

#

Ocultar o seu passado, é o mesmo que fechar a janela de sua vida.

#

Um pouco de ciúme é um grão de sal que tempera um amor insosso.

Agora, meu leitor, queira ter a bondade de voltar a folha, e achará o *Correr da pena em verso*, tal como lhe prometi domingo passado.

Estamos no *verso* da página; por conseguinte temos cumprido a nossa promessa em todo o rigor da palavra.

Só sinto não poder usar do *verso branco*, que acho tão bonito, e sobretudo tão fácil e tão natural!

Como porém os meus leitores não haviam de estar por isto, não há remédio senão recomeçar o *pão nosso* de cada domingo, e fazer a história desta semana, que deve ter um lugar distinto entre as semanas estéreis e maçantes.

Não pensem que isto é desculpa do escritor; está bem longe disto. Tenho a este respeito uma opinião singular, porém muito verdadeira.

Estou persuadido que as semanas insípidas e estéreis são justamente as que dão mais larga matéria ao escritor; basta o exame das causas dessa pretendida insipidez para encher um longo artigo, mais longo do que estou hoje disposto a escrever.

Os meus leitores vão ver um exemplo desta verdade, que tem seus visos bem pronunciados de um paradoxo: e depois me dirão com toda a sua habitual *franqueza*, se é ou não exata esta minha maneira de pensar.

A primeira e grande causa da insipidez da semana passada deve atribuir-se aos preparativos do carnaval. Todo o mundo, que gosta de brincar e divertir-se, ocupava-se em ver figurinos, em escolher *costumes*, provar a sua roupa de fantasia, e finalmente em conversar sobre as extravagâncias futuras.

A rua do Ouvidor começou a sua exposição de caras de todas as espécies, de todas as cores e de todos os feitios. Ouvia-se já nos diversos círculos um jargão carnavalesco, composto de nomes franceses, espanhóis, turcos, etc., capaz de fazer arrepiar as carnes ao meu mestre, o *nacionalizador da língua*, que desapareceu sem ao menos despedir-se da gente.

Todos os povos, todas as épocas, todos os tipos foram postos à contribuição; e amanhã ou depois no Passeio Público, ou no teatro de S. Pedro de Alcântara, haveis de ver uma das coisas mais grotescas deste mundo, o século V pelo braço do século XVIII, a França conversando com a China, e mil outras extravagâncias deste jaez.

À sociedade carnavalesca, criada o ano passado nesta corte, se deve em grande parte esta grande influência pelos divertimentos de máscaras e fantasia.

O seu passeio hoje à tarde pelas ruas da cidade promete ser um belo espetáculo, o mais belo por certo desde que entre nós se introduziu novamente o costume das mascaradas.

Pelo programa, publicado um desses dias, podemos fazer ideia da variedade dos máscaras e do bom gosto e elegância do seu vestuário.

É pena, como já dissemos numa revista passada, que não tenhamos ainda um lugar, uma rua larga e espaçosa para onde concorresse toda a população, e que se tornasse uma espécie de *corso*.

Da maneira porque está determinado o passeio, é necessário que ele seja muito rápido, e isto tira-lhe toda a graça que teria se fosse feito lentamente, como se usa na Itália e especialmente em Roma.

Na terça-feira porém a sociedade pretende reunir-se à tarde no Passeio Público, e aí o divertimento deve ser muito mais agradável.

É de se esperar que as autoridades concorram para tornar esse passatempo ainda mais interessante, fazendo tocar algumas bandas de música.

Acabo aqui o carnaval, unicamente em atenção aos meus leitores: se quisesse podia ainda escrever, a propósito deste divertimento, a história anedótica de sua origem e dos seus progressos, e com isto estava mais que completa a minha revista.

Mas temos ainda outras causas que merecem atenção, como seja por exemplo o calor.

Se eu quisesse examinar este assunto com toda a profundidade, não de um folhetinista, mas de um *boletínista*, tinha um longo tratado a escrever. Estudaria a influência perniciosa desse menino indolente; e mostraria, entre outras coisas, que ele obriga a moda a fazer certas extravagâncias inexplicáveis, como seja esta de usar de um vestido imensamente comprido, mas decotado; isto é, de ocultar um bonito pezinho, a coisa mais linda deste mundo, e descobrir o seio, a flor mais delicada que Deus criou.

Enfim a última das causas da esterilidade de uma semana é a esterilidade de espírito de quem a escreve. Quando os olhos veem

tudo cor de rosa, quando o céu, as árvores, o bom tempo parecem sorrir-se com a gente, não há dias insípidos, nem horas tristes.

Por isso, embora alguns dos meus leitores achem que a semana passada não lhes deu bastantes divertimentos e emoções, outros guardam ao contrário bem agradáveis recordações desses poucos dias, a que ninguém talvez deu atenção.

Para esses últimos a semana teve lindíssimas tardes de passeio, uma ou outra reunião encantadora, e duas belas noites no Teatro Lírico.

Em uma dessas noites cantou-se o *Trovador*, a *Charton* fez a sua costumada colheita de flores e aplausos; o *Gentili* estava num dos seus bons dias: a enchente era completa.

De muito boa vontade terminaria aqui; mas quem quer escrever em *verso* está na obrigação de escrever o dobro do que costuma. Não sei quando me hei de corrigir desta maldita balda que tenho de fazer promessas aos meus leitores!

Oh! Boa ideia! O *verso* comprometeu-me; o *verso* vai salvar-me. Não há nada para encher papel como sejam estes batalhões de linhas enfileiradas que se chamam estrofes, quadras, estâncias, etc. Melhor do que isto só os diálogos à Alexandre Dumas, dos quais o *Mosaico* se bem me lembro, já vos deu uma excelente amostra.

Aí vão os versos. Não são meus, e nem vos sei dizer o autor, o que, estou certo, pouco vos interessa:

Ainda és bela! No teu lábio altivo
 Desfolha amor um lúbrico sorriso,
 Dos grandes olhos negros que fascinam
 Prometes n'um volver o paraíso.

Mas que importa? Para mim és uma estátua,
 Legenda triste de infeliz passado,
 Ou a sombra erradia de minha alma
 Extinta por um dia haver-te amado.

Pode a teus pés curvar-se o mundo inteiro,
 Podem render-te os homens vassalagem,
 Que eu contemplo de longe sobranceiro
 D'uma mulher que amei a fria imagem.

Talvez um dia quando não restarem
Nem vestígios daquele santo amor,
Eu venha, como os outros, já sem crença
Revelar-te o mistério d'uma dor.

Assim de longe terra o peregrino
Se volta à doce pátria que perdera,
Ajoelha ante a lousa de seus pais
Nas ruínas da casa onde nascera.

8 de abril de 1855.

Há muito tempo não há uma semana santa em que se tenham feito mais preces do que esta que acabou ontem.

A razão é simples: desde quinta-feira o céu anuviou-se, desapareceram as belas noites de luar, e uma chuvinha miúda, uma chuvinha teimosa e escarninha, começou a fazer foscas às procissões, às visitas das igrejas, aos passeios da rua do Ouvidor, a todas as festas enfim.

E por isso tudo rezava. Uns para que a chuva continuasse, para que a água caísse a cântaros, para que as ruas voltassem ao bom tempo das canoas: os outros, os que de ordinário gostam das noites escuras, desejavam o luar com a mesma cegueira das noturnas, que se deixam fascinar pelos raios da luz.

E a chuva zombava de todos; nem parava nem crescia. Ao mesmo tempo que os respeitáveis pais de família sentiam o seu bem-estar ameaçado pelas lamas das ruas e pelas cotoveladas da multidão, aqueles que aspiram a sê-lo viam as suas esperanças de passeio irem-se a pouco e pouco se desvanecendo.

E a chuva não parava, apesar das preces que murmurava tanta boquinha feiticeira, apesar das promessas feitas com toda a devoção, apesar de tão lindos e tão requebrados olhos que se erguiam ao céu para pedir uma hora, uma só, de bom tempo.

Uma hora?... sim; uma hora, o espaço necessário para resolver a mamãe, para vencer as objeções do papai, para sair de casa. Depois podia vir um dilúvio, que não causaria o menor abalo nessas graciosas heroínas da quinta-feira santa, dispostas a afrontar

destemidamente a lama, a chuva e as moléstias, embora no dia seguinte desmaiassem à vista de uma barata.

É verdade que se elas desmaiam não é por medo, mas por uma repugnância invencível; assim também certos sujeitinhos que eu conheço correm por prudência, gritam por cautela, empalidecem de raiva, tremem por causa dos nervos, e no fundo são de uma bravura a toda a prova.

Mas, voltando à quinta-feira santa, nem as preces, nem as lindas mãozinhas juntas, nem o volver suplicante de tantos olhos bonitos, puderam conseguir uma estiada de meia hora. A chuva de invejosa não quis que aparecessem os elegantes *toillettes*, que os vestidinhos pretos realçassem a alvura de um colo acetinado, ou a macia palidez de um rosto melancólico.

E assim foi bom! Quem sabe, como eu, a fascinação e o encanto poderoso que tem um vestidinho preto num corpo alvo, quem viu tudo quanto há de lascivo, de gracioso, de faceiro nessas ondas de renda e de cetim que se desdobram voluptuosamente sobre umas formas esbeltas, quem sentiu o olhar tremer-lhe rastreado as trêmulas oscilações de umas linhas suaves e harmoniosas, compreende todos os males que se evitaram, todas as loucuras que se preveniram.

O que é verdade é que eu não respondia nem mesmo por mim. Confesso que tenho um fraco decidido por um *vestidinho de cetim preto*; e se algum dia me vier a mania de escrever romances, o primeiro há de levar aquele título.

Acho muito natural que um vestidinho branco excite uma paixão casta e pura; que um vestidinho azul inspire um desses amores do céu, uma dessas contemplações suaves como se tem por uma estrela; que um vestidinho cor de rosa desperte uns sonhos lúbricos e uns desejos maliciosos; mas um vestidinho preto é que eu compreendo que se quebre um protesto, que se esqueça um juramento, que um celibatário faça promessas de casamento, que um velho se lembre do seu tempo, e que um folhetinista não fale do regimento de custas.

Assim, a chuva foi uma enviada do céu que veio à terra apagar essas ideias mundanas, e mostrar para onde o nosso pensamento se devia dirigir nesses dias consagrados à comemoração do mais poético e do mais santo mistério da nossa religião.

Infelizmente as nossas igrejas não apresentavam aquele aspecto de severidade, aquele caráter austero que infunde o respeito e cala dentro da alma. Todo o sublime do culto está nesta extrema singeleza, que tanto realça a majestade, a elevação e a grandeza da religião.

O luxo ao contrário obscurece; e essa expressão garrida e faceira, que ostentam alguns dos nossos templos, é imprópria da gravidade da igreja, do luto e do sentimento que deve respirar nesta solenidade com que se comemora a regeneração do homem pela divindade.

Um templo em toda a sua nudez, um véu negro sobre os altares, a imagem do Senhor Crucificado, algumas luzes, e nada mais. Quem aí for ver uma festa, achará apenas o luto da igreja; e em face desta simplicidade e desta nudez o espírito o mais cético sentirá ao menos o respeito que se vota às grandes dores.

Deixemos as galas, o luxo, o brilhantismo para as exposições anuais da rua do Ouvidor, que não sei porque se habituaram a fazer no mesmo dia da visitação das igrejas. Aí ao menos só há de impróprio o dia. A religião pode ser esquecida no meio de tanta fascinação; mas o culto não é profanado.

Estou mesmo convencido que estas exposições nenhum mal fazem aos sentimentos religiosos. As ostentações, o brilho e a elegância daqueles belos salões dispõem o espírito pelo contraste a receber as fortes impressões que lhe deve causar o aspecto sombrio e austero da igreja.

Este ano porém tudo foi às avessas; se os templos estiveram mais brilhantes do que deviam, a rua do Ouvidor ficou aquém do que se esperava. E nem foi isto motivado pela chuva, porque na quarta-feira à noite já estavam todas as lojas preparadas, e já se passeava como se fosse quinta-feira santa.

De tudo que eu vi, as mais belas coisas foram duas cascatas. Uma era de ondas de rendas e *blondes* que se precipitavam sobre um leito de pedra formado por amplas dobras de seda escura; mas isto tão artisticamente feito, arranjado com tanta originalidade e bom gosto, que todo o mundo parava para admirar o quadro e para elogiar a lembrança.

Defronte mesmo via-se a outra cascata em casa de *Marin*. Esta era de luz e de fogo; as ondas eram raios ardentes; e as pedras,

que chamejavam, despediam chispas brilhantes, como certos olhos bem meus conhecidos, que começo a recear não sejam também de *pedra*.

Está visto que, apesar do gosto delicado e original da cascata de renda, todos preferiram a segunda. Entretanto um capitalista que passava na ocasião declarou que antes queria as *rendas* do que os brilhantes, que são um capital empatado.

Em casa de *Desmarais* havia um belo relevo em bronze galvanizado, representando o quadro de Nosso Senhor Crucificado; e *Notre-Dame de Paris* mostrava nas suas vidraças e no seu magnífico salão as mais belas fazendas, as mais ricas sedas, e muitos outros objetos de gosto.

A respeito da semana santa é o que vos posso contar; quanto à semana profana, tivemos alguns fatos notáveis.

O vapor *Avon*, entrado ontem, trouxe-nos notícias importantíssimas.

A morte inesperada do imperador Nicolau, a influência que tem este grande acontecimento sobre a questão do Oriente, a nova face que deve apresentar a guerra, são temas inesgotáveis para as conversações, para as palestras, para as conjecturas e profecias dos políticos de sala.

Na Europa mesmo já aquela notícia tinha começado a fazer efeito. Thiers, que passeava no seu jardim, como Cícero em Túsculo, dizem que ao receber a notícia caiu e quebrou as pernas. E entretanto Thiers era republicano.

Alexandre Dumas, que já estava atrapalhado com a continuação do seu romance dos *Moicanos*, depois que se lhe ia acabando o tema de Napoleão, estimou extraordinariamente que a eternidade começasse para Nicolau, a fim de metê-lo em cena, e escrever mais trinta volumes, enquanto a imaginação não lhe descobre novo assunto.

O que é certo porém é que atualmente a França e a Rússia estão na mesma posição que em 1808. Napoleão e Alexandre estão em face; a guerra se fez na Rússia, e Sebastopol se prepara a desempenhar o papel de Moscou.

Passando do grande mundo político ao nosso pequeno mundo da corte, vamos das às nossas leitoras algumas notícias bem agradáveis.

O Cassino, que se receava fizesse sinalefa de bailes este ano, a pretexto da construção do novo edifício, resolveu dar suas partidas nos salões do *Club*. A casa é das melhores que temos para este fim; e os bailes serão excelentes se as mocinhas do tom não estiverem com aquela mania de romantismo que às vezes as costuma atacar.

Esta é a primeira notícia; a segunda é que já se formou em Paris a companhia de canto da nova empresa lírica, faltando unicamente o baixo-profundo e algumas partes comprimárias. Afiançaram-nos não só a veracidade deste fato, como que os artistas contratados são dos mais notáveis que existem na Europa, e que se acham atualmente livres.

Ainda não foi deferido o requerimento feito ao governo por esta empresa para a construção de um teatro; mas parece-nos que não deve tardar muito semelhante concessão, visto como o governo não pode deixar de sentir a necessidade que temos de um edifício desta natureza, e as vantagens que lhe oferece a empresa para a realização deste fim.

Consta-nos que a diretoria do Teatro Lírico pedira igual autorização para a incorporação de uma companhia que tem o mesmo fim que a outra; mais ainda quando esta companhia já estivesse efetivamente incorporada, quando ela apresentasse as mesmas garantias que a outra, há um direito de precedência que não convém ofender sem uma razão de grande peso.

Em política nada houve de notável. Os boatos de crise desapareceram, e tudo voltou à antiga calma.

Na sexta-feira santa, dia em que S. M. o Imperador costuma sempre exercer o seu direito de graça como uma prova de consideração ao fato que a religião comemora, foi perdoado entre outros o Dr. José Thomaz de Aquino. Um dos primeiros atos do presidente da comissão inspetora da penitenciária fora recomendar ao governo este condenado como digno da alta clemência imperial.

Sua Majestade volta hoje para Petrópolis, e consta-nos que só pelo fim desta, ou pelo começo da semana seguinte, é que irá residir em Botafogo, na casa do Sr. marquês de Abrantes.

1º de julho de 1855.

Vamos viajar.

Quem é que hoje em dia não viaja, e não abandona o seu ninho como os dois pombos da fábula para ir correr terras e ver novos climas?

O gosto de viagens está em moda. É a mania da época, o sonho dourado dos moços, a última experiência dos velhos, a educação das mulheres; e finalmente um alimento do espírito.

O indivíduo que não viajou não tem aquele *cachet* que distingue o homem da boa sociedade, e não pode dar a sua conversa aquele encanto que atrai a atenção.

Ao contrário o viajante acha sempre uma coisa nova a contar, uma anedota chistosa a referir. Ele viu todas as ilustrações da Europa, conversou com todos os reis, jantou com todos os grandes ministros.

Assim por não há remédio senão acompanhar-nos a moda, e emprender-nos por nossa vez uma viagem importante.

Mas por onde viajaremos?

Eu podia levar o meu leitor por esta vasta costa pitoresca do Brasil, mostrar-lhe o luxo e a profusão da natureza de nossa terra.

Veríamos o panorama gracioso da cidade da Bahia, o mar verde e gracioso das Alagoas, depois a nossa Veneza surgindo do seio das ondas, as alvas praias de areia do Ceará com seus leques de palmeiras, e por fim o grande rio, o Amazonas, o gigante das águas, estendidos sobre as suas imensas campinas.

Que de lindas coisas não admiraríamos nesta viagem! Florestas virgens, aves de mil cores, rochedos de mármore, flores,

diamantes, rios de ouro, palácios de verdura, grutas de estalactites, maravilhas da natureza em todo seu esplendor!

Mas eu não me contento com tão pouco coisa, e prefiro fazer com o meu leitor uma viagem *ao redor do mundo*.

– Uma viagem ao redor do mundo?

É verdade.

Outrora, quando um navegante audaz e destemido descreveu esse grande diâmetro que corta dos dois hemisférios, tudo ficou assombrado, e leu com avidez esse livro do capitão Biron, tão conhecido das crianças pela estampa do marinheiro oferecendo um pão ao gigante Patagônio.

Depois, as viagens *ao redor do mundo* foram-se tornando mais comuns, e hoje não há ninguém de certo que durante a sua vida não faça pelo menos uma viagem semelhante.

Xavier de Maistre aproveitou uns quinze dias de prisão para fazer uma viagem ao redor de sua célula, que era então o seu mundo; e todos sabem com que graça e espírito contou os incidentes de sua jornada.

Alfonso Karr escreveu o itinerário completo de uma viagem que realizou felizmente ao redor do seu jardim, que para ele resumia o universo.

O amante, para quem a sua namorada é o mundo, passa a vida a fazer a viagem constante ao redor de sua casa ou do lugar onde se acha, e gira como um satélite em torno do planeta. Também esta viagem já foi escrita por um certo francês com o título de *Voyage autour de ma maîtresse*.

O ministro viaja ao redor da pasta; o deputado ao redor do ministro; o eleitor ao redor do deputado, e o votante ao redor do eleitor. Em tempo de eleições o vento muda; e a boa monção dessas viagens, é em sentido contrário.

O negociante viaja ao redor de seu escritório, a mãe ao redor de seu filho querido, a moça ao redor do toucador, o estudante ao redor dos seus livros.

Finalmente há sujeito que viaja ao redor de si mesmo; que se estuda, se contempla, se desvanece, e pose diante de todos para que o admirem.

Portanto, meus leitores, não vos deve causar susto a nossa projetada viagem ao redor do mundo. Bem sabeis que o nosso mundo

não passa de uma semana, e que por conseguinte a viagem não pode ser muito longa:

Quanto ao meio de viajar não vos dê isso cuidado. Teremos uma locomotiva muita mais rápida do que o vapor, do que o caminho de ferro, do que mesmo o aeróstato ou fio elétrico: - muito mais segura e mais cômoda do que uma macia berlinda.

Viajaremos da maneira mais barata que é possível, e sem estar sujeitos a acidentes do caminho e ao mau tratamento das estalagens.

Viajaremos com o pensamento.

Sentai-vos na vossa cadeira de balanço, acendei o vosso havana, olhai para o teto ou para as nuvens, cerrai a meio as pálpebras, e...

E parte o vagão.

Quero dizer que o pensamento deixa-vos como um corpo inerte, e desliza-se docemente nos ares, sobe às nuvens como uma águia altaneira, e paira entre o céu e a terra.

O pensamento é uma sibarita de bom gosto, e que sabe viajar com todo o luxo e todas as comodidades possíveis.

Quando viaja por terra tem um carro formado de uma crisálida dourada, alcatifada de penas brilhantes, e tirado pelos sonhos e pelos devaneios, espécies de silfos criados pela mitologia moderna.

Se viaja por mar, debruça-se no seu barquinho feito de uma pérola do Ceilão, acolchoado de folhas de rosa e nenúfar, abrindo sua vela às brisas perfumadas que formam o hálito da Ondinas adormecidas sobre as vagas.

Por mar ou por terra, como quiserdes, comecemos a nossa viagem.

A caminho.

Atravessemos essas belas noites de luar que tem feito, esses dias tão frescos e tão puros.

Viajemos como verdadeiros turistas, observando tudo, abrindo a alma a todas as impressões, tomando notas, escrevendo enfim as nossas recordações de viagem.

Chegamos.

Que vistes de notável e interessante nesta viagem de seis dias pela nossa bela cidade do Rio de Janeiro?

Nada que valha a pena escrever, nada que mereça duas linhas de lembrança, nada que já não fosse dito e repisado.

Felizmente estamos livres do tal mês de junho, que assentou de divertir-se à nossa custa fazendo toda a casta de extravagâncias.

Constipou-nos, demitiu ministros, queimou casas, afugentou as moças dos bailes, e deixou-nos reduzidos a um fogo de vistas, a uma regata em honra de S. Pedro pescador, e a um incêndio na rua do Ouvidor.

A respeito do incêndio já todos sabem o que se passou, e a maneira por que a polícia procedeu a respeito da prisão de um homem para averiguações, as quais até hoje parece que ainda não se concluíram.

Não sei se a autoridade tinha razões fortes para fazer esta prisão com o único fim de proceder a averiguação, principalmente quando segundo nos consta, o indiciado não procurara ocultar-se nem evadir-se.

Entretanto, quaisquer que fossem os motivos que aconselharam este passo, eles não podem autorizar a continuação de semelhante prisão, sem provas, sem mesmo a formação de um processo, que, se já estivesse instaurado, teria de certo sido anunciado pelos jornais, como foi o fato da prisão.

Muitos serviços se prestaram na noite do incêndio; e se alguns têm sido declarados e publicados, outros estão ainda no esquecimento, como os de um empregado da secretaria da polícia, que dizem escapou de ser esmagado pelo teto que se abateu na ocasião em que ele e outros trabalhavam por extinguir o fogo.

Quanto à regata de sexta-feira, já todos esperavam o resultado. O local foi mal escolhido, porque embora mais próprio para a corrida, contudo fica muito distante da cidade, o que não oferece as comodidades que se tem em Botafogo.

Entretanto estou certo que os que lá foram divertiram-se e passaram uma metade do dia bem alegres e satisfeitos.

Além disto apenas tivemos algumas pequenas reuniões e algumas noites de teatro.

O que vale é que há agora na cidade quatro teatros que nos abrem constantemente as suas portas duas ou três vezes por semana.

Em cada um deles o espectador acha uma ocupação conforme ao seu gosto. Em um ri-se, no outro dorme-se, no terceiro arrepende-se, e no último ouve-se música, mas às vezes também ri-se, dorme-se e arrepende-se.

No teatro lírico espera-se muita coisa que dizem deve torná-lo mais interessante; e por isso creio que já era tempo de fazerem-se no edifício alguns melhoramentos essenciais.

Desde o ano passado que se nos prometeu uma nova pintura e uma iluminação melhor do que a dessas luzes trêmulas que incomodam a vista e pouco esclarecem

Porque o ex-provisório se tornou *permanente* não se segue que o deixem ficar no mesmo estado, sem tratar-se de melhorá-lo ou ao menos de torná-lo decente.

Na discussão do orçamento do império o Sr. Mello Franco, tratando de alguns objetos do serviço público concernentes a essa repartição, falou a respeito da subvenção ao teatro lírico e do cumprimento de algumas condições do contrato.

É preciso pois que a diretoria habilite o governo a responder a essas censuras, mostrando que a subvenção que recebe do tesouro reverta em proveito do público, que tem direito a um teatro decente, cômodo, e que lhe ofereça um agradável passatempo.

No mundo político conversa-se muito sobre incompatibilidades.

Os deputados estudam, conversam, discutem e elaboram os princípios de uma lei que possa salvar o país.

Ora, a câmara dos deputados compõe-se na sua quase totalidade de magistrados e altos funcionários públicos.

Por isso a tal lei das incompatibilidades vai-se parecendo como a árvore que Bertholdo procurava para se enforcar, e que infelizmente nunca conseguiu achar.

Se o governo deseja sinceramente uma verdadeira lei de incompatibilidades, fique certo que não é essa câmara que há de votar; mande proceder às eleições livremente, e quando todas as classes estiverem representadas com uma certa igualdade, então se poderá fazer alguma coisa nesse sentido.

Pelo que toca nos dois projetos que atualmente existem nas duas câmaras; nem um deles satisfaz o fim a que se propõe; são apenas um engodo, a que é muito preferível a atualidade.

Demais, insistem nessa ideia de eleição por círculos, que na minha opinião não pode ser por ora aplicável às nossas circunstâncias.

Não temos ainda uma boa divisão administrativa, judiciária e municipal, e vamos criar círculos eleitorais, que não podem deixar de apresentar muitos inconvenientes práticos, talvez insuperáveis?

Tratou-se também esta semana da reforma hipotecária, e o belo discurso do Sr. Ferraz sobre esta questão merece ser lido com toda a atenção, pelas sábias considerações que fez acerca de alguns tópicos do projeto.

Estamos no fim da nossa viagem, meu leitor, e portanto apertemo-nos a mão como bons companheiros.

Au revoir.

REFERÊNCIAS.

Fontes primárias

CORREIO DA MANHÃ.

CORREIO MERCANTIL.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO.

GAZETA DE NOTÍCIAS.

O GLOBO.

Bibliografia

ALENCAR, J. *O Marquês de Paraná (Traços biográficos)*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1856.

_____. Carta ao Dr. Jaguaribe. In: _____. *Iracema (Lenda do Ceará)*. Rio de Janeiro: Tipografia de Vianna & Filhos, 1865.

_____. [1871]. Nota. In: _____. *A guerra dos mascates*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873. Tomo I.

_____. *Ao correr da pena*. Organização de José Maria Vaz Pinto Coelho. São Paulo: Tipografia Alemã, 1874.

_____. *Ao correr da pena*. Organização de Mário de Alencar. 2. ed. Rio de Janeiro/Paris: Garnier, 1888.

_____. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1893.

_____. *Ao correr da pena*. Organização de Francisco de Assis Barbosa. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

_____. A festa macarrônica. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960. v. 4.

_____. Cinco minutos. In: _____. *Romances ilustrados de José de Alencar*. 7. ed. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/INL, 1977a. v. 6.

_____. A viuvinha. In: _____. *Romances ilustrados de José de Alencar*. 7. ed. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/INL, 1977b. v. 6.

_____. Reforma eleitoral. In: SANTOS, W. G. (Org.). *Dois escritos democráticos de José de Alencar: sistema representativo, 1868; Reforma eleitoral, 1874*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1991.

_____. *Ao correr da pena*. Organização de João Roberto Faria. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ARARIPE JUNIOR, T. A. *Obra crítica de Araripe Junior: José de Alencar*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958. v. 3.

ASSIS, M. Comentários da semana: 1º de abril de 1862. In: GRANJA, L.; CANO, J. (Org.). *Comentários da semana*. Campinas: Editora UNICAMP, 2008. p. 197-200.

_____. O folhetinista: 30 de outubro de 1859. In: _____. *O espelho*. Organização, introdução e notas de João Roberto Faria. Campinas: Editora UNICAMP, 2009. p. 55-56.

BROCA, B. José de Alencar: folhetinista. In: ALENCAR, J. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960. v. 4.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

_____. (Org.). Apresentação. In: ALENCAR, J. *Cartas de Erasmo*. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

DE MARCO, V. *O império da cortêsã: Luciola, um perfil de mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

IGLÉSIAS, F. Vida política 1848-1868. In: HOLANDA, S. B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1967. Tomo II. (O Brasil monárquico: reações e transações).

LYRA, H. *História de Dom Pedro II*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. v. II.

MAGALHÃES, D. J. G. *A confederação dos Tamoiós*. Organização de Maria Eunice Moreira e Luíz Bueno. Curitiba: Editora UFPR, 2007. (Edição fac-similar seguida da polêmica sobre o poema).

MAGALHÃES JUNIOR, R. Machado de Assis e os estudantes de São Paulo. In: _____. *Ao redor de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

_____. *José de Alencar e sua época*. 2. ed. corrigida e aumentada. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1977.

MARQUES, W. J. Diálogos de além-mar: um artigo inédito de José de Alencar. *Navegações: Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa*, Porto Alegre: Editora PUCRS, v. 8, n. 2, p. 179-187, jul.-dez. 2015.

MARTINS, E. V. *A fonte subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista*. São Paulo: EDUSP; Londrina: EDUEL, 2005.

_____. Nabuco e Alencar. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte: UFMG, v. 19, n. 2, p. 15-32, 2010.

MENEZES, R. *José de Alencar: literato e político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

NABUCO, J. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. v. I.

NETO, L. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar*. São Paulo: Globo, 2006.

PINHO, W. *Salões e damas do segundo reinado*. São Paulo: Martins Editora, 1942.

PORTO-ALEGRE, M. A. Discurso. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, n. 17, p. 51-89, 1854. (suplemento).

SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. v. 5.

SANTOS, W. G. (Org.). A teoria da democracia proporcional de José de Alencar. In: _____. *Dois escritos democráticos de José de Alencar: sistema representativo, 1868; Reforma eleitoral, 1874*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1991.

VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VIANA FILHO, L. *A vida de José de Alencar*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

ESTE LIVRO FOI IMPRESSO EM JUNHO DE 2017 PELA COMPACTA GRÁFICA E EDITORA LTDA.
EM SÃO CARLOS/SP.
